Diário de Lisboa

ANO 55.º/18 850 — 4$00

TERÇA-FEIRA 26 AGOSTO 1975

Fundador **Joaquim Manso** — Director **A Ruella Ramos** — Director-adjunto **José Cardoso Pires**

VASCO E CORVACHO NOS SEUS POSTOS

● 5.ª Divisão foi sacrificada

No difícil jogo de xadrêz a que o impasse na situação política nos conduziu, a 5.ª Divisão do E.M.G.F.A. foi sacrificada. Alguém tinha de ser, para não se chegar a um confronto violento entre forças militares, que chegou a antever-se (e a preparar-se se se preferir, em jeito de golpe de Estado). No arranque para a saída da situação, que opôs, finalmente, duas linhas determinantes — a dos «nove» e a dos que apoiavam Vasco Gonçalves e o «documento Copcon», uma figura emergiu e vai ser determinante: a do almirante Pinheiro de Azevedo.

Ontem foi um dia intenso de trabalho e discussão no Palácio de Belém. O comunicado do Conselho da Revolução dirá muito pouco, até porque muita coisa não terá sido decidida: mas o V Governo Provisório continua a sua missão, impávido, e a esta hora já se encontra de novo reunido, sob a presidência do general Vasco Gonçalves, um homem íntegro que se tornou o vértice da crise por força de uma imensa campanha de calúnias e chantagem a que a Revolução não deve nem pode ceder. Calúnias cá dentro, chantagem cá dentro e lá fora, nomeadamente nos Estados Unidos e na Europa capitalista, conforme noutro local referimos. Facto significativo é a recondução do brigadeiro Corvacho, tido como figura decisiva para resolver os problemas socio-políticos-militares do Norte do País. Finalmente, e ainda e acordo com o comunicado do C.R. a Assembleia do M.F.A. vai reunir-se dentro de dias, retomando as suas atribuições legítimas, conforme aqui temos sucessivamente defendido. É do seguinte teor o comunicado tornado público ao princípio da madrugada:

. «Na sua reunião de 25 de Agosto de 1975 decidiu o Conselho da Revolução que sejam:

. «1. Suspensas as actividades da 5.ª Divisão do E.M.G.F.A., até à sua reestruturação.

«2. Que o brigadeiro Corvacho, terminadas as averiguações que solicita, reassuma o comando da Região Militar do Norte no dia 27 de Agosto,

«3. Que o Conselho da Revolução seja reestruturado em Assembleia do M.F.A. a realizar na próxima semana,

«4. Garantir o funcionamento regular das estruturas do M.F.A. de acordo com as directivas dos respectivos chefes dos Estados Maiores.»

Em edição especial, saída mais cedo do que o costume, o «Jornal Novo», vespertino que se tem distinguido na feroz campanha contra o V Governo e Vasco Gonçalves anunciava ontem a entrega do elenco pedido pelo Presidente da República ao general Carlos Fabião. O «requiem» pelo V Governo era cantado em vários tons e por vários executantes, desde há dias. Ontem, foi a última grande pressão pública, sob um novo «slogan»: a necessidade de um «Governo de eficácia». Qual? Um, fundamentalmente, social-democrata. O desmentido tardio de Cravinho e Sampaio é muito débil. Mas, curiosamente, a Presidência da República não desmentiu, nem o próprio general Fabião. Desmentiu o Gabinete do Primeiro-Ministro.

O curioso da história é que, tudo o indica, não terá sido o general Fabião quem se encarregou de formar novo elenco governamental, o tal da «eficácia»: teria sido o próprio major Melo Antunes e outros elementos dos «nove», com os quais, de resto, Cravinho e Sampaio tinham relações frequentes, ainda quando estavam no IV Governo Provisório — umas relações consubstanciadas nas já célebres «reuniões de Cascais».

A história deste conturbado período da vida nacional não poderá ainda ser feita. Mas será interessantissíma. Basta lembramo-nos que ainda não há muito tempo figuras proeminentes do M.F.A. defendiam como única saída um Governo «apartidário» — a «apartidarite» tornou-se então uma mania — como única saída para a crise. Vasco Gonçalves, encarregado pela assembleia do M.F.A., formou um Governo finalmente operacional e «apartidário». Logo de seguida, o «Governo apartidário» não servia, porque não tinha apoio popular ...

Povo de Sesimbra apoia o V Governo

A ausência forçada de Vasco Gonçalves no comício ontem realizado em Sesimbra não esbateu o apoio entusiástico que o povo trabalhador desta vila quis prestar ao Primeiro-Ministro e ao V Governo Provisório. «Vasco em frente, luta com a gente», foi a palavra de ordem dominante da manifestação, que reuniu milhares de pescadores e trabalhadores, alguns dos quais se deslocaram de longe na esperança frustrada de ver e ouvir Vasco Gonçalves.

. . As palavras deste acabariam por chegar, após um compasso de espera que deu lugar à tomada de posições revolucionárias e a intervenções de dirigentes sindicais: o capitão Manuel Durán Clemente levou ao povo de Sesimbra a saudação de Vasco, do Primeiro-Ministro, e usou da palavra para focar alguns aspectos da actual situação política.

. . A sessão, inserida na campanha de esclarecimento popular iniciada por Vasco Gonçalves em Almada, foi promovida pela União dos Sindicatos de Setúbal, Sindicato dos Pescadores do distrito, e comissões de trabalhadores e moradores da vila.

. . O capitão Clemente, da 5.ª Divisão do E. M. G. F. A., portador da seguinte mensagem de Vasco Gonçalves: «O camarada general manifesta a sua mágoa por não poder estar presente nesta combativa manifestação do povo trabalhador de Sesimbra. Só a extrema importância e gravidade da reunião do Conselho da Revolução a que tem estado a assistir torna impossível a sua presença aqui. Presença essa que desde já fica assegurada para uma próxima oportunidade. O camarada general Vasco Gonçalves saúda as massas populares de Sesimbra, e exorta à vigilância e militância revolucionárias, certo de que só assim poderá ser ultrapassada em favor da Revolução socialista a presente crise política. Contra o fascismo, pescadores, operários camponeses, soldados e marinheiros, unidos venceremos.»

. . Esta mensagem foi recebida aos gritos de «Vasco, Vasco», «Unidos venceremos», «Vasco sim, Fabião não», «Clemente, Clemente, luta com a gente».

Continua na pág. 14

Leiria: um morto e dez feridos na 2.ª noite negra

Por STTAU MONTEIRO
nosso enviado especial

. Seriam 22 horas quando ontem entrei, pela segunda vez em 48 horas, nesta cidade de Leiria, que parece ter esquecido as regras mais elementares do comportamento humano para se dedicar a uma autêntica caça às bruxas comunistas, num afã que se esqueceu de revelar contra as bruxas fascistas durante os cinquenta anos que antecederam o 25 de Abril. Que este desabafo não seja interpretado num sentido partidário: é-nos indiferente que as bruxas sejam deste ou daquele partido ou que a caça seja levada a cabo em nome destes ou daqueles princípios, como nos é indiferente que os ateadores de fogueiras actuem em nome desta ou daquela ideologia política.

O que nos revolta, o que nos leva, por vezes quase a desesperar, é isto de alguém se sentir no direito de defender o seu semelhante em nome de uma ideologia — seja ela qual for — e de saquear à vontade em nome de conceitos e de «princípios».

Isto é tanto mais grave quanto é certo que, na grande maioria dos casos, estes assaltos são levados a cabo por pessoas que nunca deram um passo para combater a ditadura, a que agora dizem opôr-se, quando ela vigorava entre nós. Isto é tanto mais grave quanto é certo que a grande maioria das pessoas que me tem sido dado ver empenhadas na destruição de sedes de partidos, afirmam estar a actuar em defesa da liberdade e da democracia. Digamos que têm uma desculpa: não tendo sido educadas em democracia, nem sabem nem imaginam o que ela seja.

Quem tiver visto ao que se reduzem as pessoas quando se excitam para atacar a sede de um partido, quando arrancam árvores de um parque para se armarem, quando dançam em torno de fogueiras ateadas na via pública e quando proferem obscenidades, duvida, aliás, que tal gente tenha alguma vez sido educada ou, sequer, que seja gente. Isto, repete-se, independentemente do que dizem defender ou dos seus ideários políticos.

Continua na pág. 20

20 PÁGINAS

O FALSO "PAPÃO" DOS TREZENTOS MIL DESLOCADOS DE ANGOLA

Fala-se com frequência (e certo temor) nos trezentos mil refugiados de Angola, que, até Outubro próximo chegarão a Portugal. E esse temor advém, por norma, da possibilidade de, perante uma situação inapelável de desemprego, estes portugueses retornados irem engrossar as fileiras da reacção. Todos. Os trezentos mil sem excepção.

Ora aqui reside um falso problema, de que as forças contra-revolucionárias se aproveitam, fomentando o boato e a agitação social. Porque dos trezentos mil só cerca de cem mil, ou talvez menos, são homens potencialmente válidos, já que os restantes são crianças e adolescentes em idade escolar, domésticas, reformados e pessoas muito idosas.

Portanto, o que está em causa, de imediato, são cem mil desempregados em perspectiva e a possibilidade de arranjar em Portugal idêntico número de postos de trabalho. E destes cem mil a grande maioria não são reaccionários. Mas apenas homens em crise, homens momentaneamente traumatizados, também eles explorados durante anos pelo colonial-fascismo, e que, uma vez integrados na nova ordem, saberão responder a curto prazo de forma progressista e não alienada.

Muitos irão mesmo retornar a Angola logo que a situação naquele país se clarifique, ajudando com a força do seu trabalho e o amor à terra onde alguns deles nasceram ou viram nascer os seus filhos, a construir uma pátria nova e livre. Como já vem acontecendo em relação a Moçambique, após a independência, com o regresso de número apreciável de refugiados.

Resta depois uma minoria, constituida pelos verdadeiros colonialistas (os tais que de costas direitas e «chicote» à ilharga conseguiram juntar fortunas incomensuráveis à custa da exploração conjunta de negros e brancos), esses, sim, predispostos a continuar a usufruir dos mesmos privilégios afrontosos e por isso potencialmente aptos a engrossar as fileiras dos «ELP» e de todas as organizações fascistas. Ou, então, já de malas feitas para o Brasil e outras paragens latino-americanas, onde os sistemas vigentes ainda lhes permitem sonhar com toda a casta de traficâncias.

E esses representam um «papão» de ribalta a que as forças revolucionárias portuguesas estão prontas a dar a resposta adequada na altura precisa.

MANUEL GERALDO

O PORTUGUES JÁ É LÍNGUA DE DIPLOMA DE CURSO...

Ter diploma de curso era promoção social e necessidade de uma caixilho no escritório para selo em lacre e papel de pergaminho.

Mas novos ventos correm pelo ensino e pelo respectivo Ministério. gAssim, surge agora uma portaria assinada por Avelãs Nunes, secretário de Estado do Ensino Superior e Investigação Científica, que considerando ser o sistema usado pels Universidades e Escolas Superiores na elaboração dos diplomas «declaradamente obsoleto» determina uma série de modificações, a saber: 1os diplomas de conclusão de curso, bacharelato ou licenciatura conferids por todas as Universidades e Escolas Superiores oficiais passam a ser redigidos em língua portuguesa; é eliminado o uso do papel pergaminho, bem como a caixa de prata, o selo em cera ou em lacre e as fitas com as cores das Faculdades». A portaria determina ainda a aprovação de um modelo de carta de curso que será impresso tipograficamente, em série, por cada Universidade ou escola independente.

Do diploma constará a assinatura do reitor ou do presidente do conselho directivo da escola, sobre o qual será aposto o selo branco da entidade que emite o diploma.

Estas medidas que poderão vir a desgostar muito «boas famílias» levam também em linha de conta os prejuízos materiais para o País e para os estudantes que resultavam da confecção desses diplomas onde eram utilizados materiais decorativos supérfluos e bastante caros, que não se encontram no mercado nacional (pasme-se...)

CRAVINHO E SAMPAIO E O "VI GOVERNO"

De João Cravinho e Jorge Sampaio recebemos, com pedido de publicação, a seguinte carta:

«Na edição do «Jornal Novo», de ontem, dia 25, figurava a provável composição do VI Governo Provisório que incluía os nossos nomes.

«A propósito dessa notícia, julgamos impor-se o seguinte esclarecimento:

«1. Durante a crise que antecedeu a constituição do V Governo Provisório, trouxemos a público um documento em que sintetizámos a nossa posição perante a conjunra política portuguesa.

«2. Essa posição — que, por suficientemente conhecida, nos dispensamos de relembrar — em nada se alterou desde então.

«Continuamos, pois a lutar designadamente pela necessidade de um projecto político para o M.F.A., autonómo das forças partidárias em presença, que lhe assegure a unidade que julgamos indispensável à viabilidade da Revolução e sua defesa.

«3. Assim, a mesma coerência que nos levou a recusar a participação no V Governo, leva-nos a só aceitar a viabilidade de qualquer outro, desde que assente nesse projecto, e no apoio que lhe deve ser garantido pelas principais forças políticas de esquerda.»

AS RELAÇÕES COMERCIAIS DA U.R.S.S. COM OS PAÍSES DA EUROPA OCIDENTAL

A Conferência sobre a Segurança e Cooperação Europeias, que ocupa um lugar de relevo na história das relações internacionais europeias, examinou os problemas relativos ao alargamento da cooperação económica mútua, vantajosa, entre os Estados de sistemas socioeconómicos diferentes.

Chamamos a atenção dos leitores para uma breve tradução do artigo de You. Kapelinski, do Ministério do Comércio Externo da URSS, comentando o alargamento das relações comerciais entre a URSS e os países da Europa Ocidental, no grupo dos quais passa a estar Portugal.

Perto de 1/4 de total de negócios do comércio externo da URSS e 3/4 do comércio entre a URSS e os países capitalistas desenvolvidos, efectuaram-se com Estados da Europa Ocidental. De 1965 a 1974, a circulação de mercadorias aumentou mais de 4,6 vezes, compreendendo 2,6 vezes em quatro anos do plano quinquenal em curso.

Uma parte considerável das exportações soviéticas é destinada aos países da Europa Ocidental, em troca das crescentes importações. A URSS exporta para estes países carvão, petróleo e produtos petrolíferos, gás, energia eléctrica, minerais de ferro, de manganésio e de cromo, fundições, combinações de ferro e laminas de metais ferrosos, metais não ferroso (alumínio, cobre, zinco, chumbo, etc.), amianto, artigos de madeira, de celulose e de papel, variados produtos químicos compreendendo adubos, algodão, linho, lã, óleo de girassol e outros produtos alimentares, não cessando de aumentar esta lista de produtos sobretudo graças à sua boa qualidade.

A CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS ENTRE A U.R.S.S. E OS PAISES DA EUROPA OCIDENTAL

(em milhões de rublos)

	1965	1970	1974
TOTAL compreendendo:	2060	3674	9623
R.F.A.	249	544	2209
Finlândia	408	531	1540
Itália	225	472	1137
França	202	413	941
Inglaterra	399	641	890
Bélgica	74	149	603
Holanda	85	223	571
Suécia	98	235	436
Áustria	102	155	340

Estes números reflectem naturalmente a alta de preços que se deu nestes últimos anos no mercado mundial. Mas apesar disso o volume físico do comércio mútuo aumentou consideravelmente.

A ESTRUTURA DA TROCA DE MERCADORIAS

O concurso da garantia da rápida cadência do desenvolvimento da economia soviética, pela compra, nos países capitalistas, de modemo equipamento técnico, de matérias-primas e material deficitário, assim como de artigos de consumo corrente, sempre foi e permanece um dos objectivos fundamentais do comércio externo soviético.

As máquinas, os equipamentos e os meios de transporte constituem perto de 1/3 do conjunto de importações que provêm de países da Europa Ocidental, ocupando um lugar importante nas importações de equipamento completo, para as empresas de diferentes ramos industriais, compreendendo as indústrias química, do papel e da celulose, automóvel ligeira e alimentar. Aumentam também as importações de equipamentos para o tratamento de metais para outros ramos industriais, cabendo um lugar de relevo às máquinas e instrumentos especiais, cadeias de fabrico automático e máquinas de forja e de imprensa. As importações de diferentes tipos de navios, nomeadamente de carga seca, petroleiros, quebra-gelos, frigoríficos, etc., contribuem para o alargamento e modernização da frota mercante e de pesca soviética.

As importações vindas dos países capitalistas desenvolvidos têm um certo papel na satisfação das necessidades da URSS em matérias-primas e em pródutos semi-acabados. Fornecem-lhe por exemplo metais não ferrosos como o estranho e o chumbo; asseguram mais de 90 por cento das importações soviéticas em papel e celulose, assim como são importadas grandes quantidades de sal de soda e hidróxido de sódio, de matérias plásticas e produtos para o seu fabrico, de corantes, pinturas e vernizes, matérias destinadas ao curtume de peles e de pesticidas.

É também importada grande quantidade de artigos de consumo corrente e de matérias-primas para a sua produção, tais como fibras, calçado de couro, artigos tricotados, pronto-a-vestir, tecidos medicamentos, laranjas, tangerinas, limões, etc., permitindo satisfazer mais plenamente a procura da população e alargar a escolha de produtos.

Uma parte considerável das exportações soviéticas é destinada aos países da Europa Ocidental, em troca das crescentes importações. A URSS exporta para estes países carvão, petróleo e produtos petrolíferos, gás, energia eléctrica, minerais de ferro, de manganésio e de cromo, fundições, combinações de ferro e laminas de metais ferrosos, metais não ferroso (alumínio, cobre, zinco, chumbo, etc.), amianto, artigos de madeira, de celulose e de papel, variados produtos químicos compreendendo adubos, algodão, linho, lã, óleo de girassol e outros produtos alimentares, não cessando de aumentar esta lista de produtos sobretudo graças à sua boa qualidade.

O êxito conseguido no desenvolvimento das construções mecânicas permitiu alargar as exportações para a Europa Ocidental em máquinas equipamentos, electrodomésticos e outros. Não cessarão também de aumentar as exportações de máquinas destinadas ao corte de metais, equipamentos energéticos e electrotécnicos, escavadoras, bulldozers, tractores, carros de turismo e camiões, aviões, navios, relógios, aparelhos fotográficos e de rádio, televisões, etc.

A assinatura de contratos e acordos comerciais bilaterais, que oferecem uma base jurídica ao comércio, contribui para o desenvolvimento das relações mútuamente vantajosas com os países da Europa Ocidental. O mesmo acontece com a assinatura de acordos intergovernamentais a longo prazo (10 anos em regra) sobre a cooperação económica, técnica e industrial. Contratos comerciais deste tipo, para a exportação de mercadorias por um período de 20 anos e mesmo mais, já entraram em vigor, nomeadamente com a Finlândia, a França, a Áustria, a RFA, a Itália, a Inglaterra, a Suécia e a Holanda.

Devemos acentuar a importância desta nova forma de cooperação, que se desenvolve sobre uma base compensatória, de fornecimento a crédito de equipamentos e materiais para o desenvolvimento desta ou aquela produção concreta, e recebendo como forma de pagamento uma certa parte dos artigos produzidos. Esta forma de cooperação permite valorizar os recursos naturais, acelerar o desenvolvimento de certos ramos da economia nacional e aumentar as exportações soviéticas. Por sua vez, os países ocidentais alargam as possibilidades de venda de máquinas e equipamentos à URSS.

URSS FINLÂNDIA

As relações com a Finlândia, que é um dos principais parceiros comerciais da União Soviética de entre os países ocidentais, oferecem um bom exemplo de cooperação económica e comercial no espírito de boa vizinhança entre os países de diferentes sistemas socioeconómicos. O volume das transacções com este país subiu a 1 540 milhões de rublos em 1974. As previsões dos acordos comerciais de cinco anos, que são a base do comércio entre os dois países, são constantemente ultrapassadas. A estabilidade e a solidez das transacções comerciais completam-se por um alargamento permanente da lista de mercadorias exportadas e importadas.

O desenvolvimento das relações económicas entre a URSS e a Finlândia é favorecido pela cooperação desta com o Conselho Económico Mútuo na base de um acordo assinado em Maio de 1973. Em Outubro de 1974 assinou-se também um acordo soviético-finlandês sobre a cooperação no domínio técnico. As perspectivas do desenvolvimento destas relações comerciais para um novo período quinquenal, foram definidas por um acordo sobre a troca de mercadorias e de pagamentos entre os dois países para os anos 1976/1980, concluido no fim de 1974 e que preve um acrescentamento considerável de trocas recíprocas.

çurss FRANÇA

O desenvolvimento das relações comerciais e económicas entre a União Soviética e a França tomou nestes últimos anos um carácter mais estável e variado. Nas relações mútuas as partes deram mostras de uma larga aproximação e de uma grande perspectiva, que lançam as bases para um desenvolvimento harmonioso das transacções comerciais reciprocamente vantajosas.

Assim, nestes últimos quatro anos a troca de mercadorias aumentou perto de 2,3 vezes, atingindo 941 milhões de rublos em 1974, ultrapassando-se portanto o programa que previa a duplicação das trocas de 1970 a 1974.

No decurso do encontro entre L. Brejnev, secretário-geral do CC do PCUS, e V. Giscard D'Estaing, presidente da República Francesa, em Dezembro de 1974, foi assinado um acordo sobre a cooperação económica para 1975/1979, e que realçou a importância do desenvolvimento das relações comerciais e económicas para os próximos cinco anos.

Concluiu-se também um acordo para os créditos, visando assegurar o financiamento dos projectos mais importantes de cooperação económica, e cuja realização está prevista para o próximo quinquénio.

Acordaram na realizaçao mútua de novos projectos de cooperação e assinaram um protocolo ao programa de aprofundamento da cooperação soviético-francesa no campo da economia e da indústria, ajuntando várias obras suplementares. Neste sentido, temos os projectos de participação de companhias francesas na construção na URSS, de um complexo de produção de alumínio e alumina, sobre uma base compensatória, assinando-se o protocolo apropriado, a cooperação na valorização de jazigos de minérios, compreendendo o petróleo e o gás, no campo da energia atómica e seja, um aumento de 2,22 vezes). O crescimento mais lento do comércio com a Inglaterra em relação com a maioria dos outros países capitalistas, estava ligada à política hostil praticada pelo Governo conservador face à URSS.

O novo surto das relações frutuosas e mutuamente vantajosas, a longo prazo, foi favorecida pela visita a Moscovo do primeiro-ministro inglês, H. Wilson, que se encontrou com L. Brejnev, secretário-geral do CC do PCUS, e A. Kossyguine, presidente do Conselho de Ministros da URSS no Fevereiro último. Acordaram ambos em fazer esforços no sentido de alargar o volume e melhorar consideravelmente o comércio. Estes encontros tiveram como resultado a assinatura de dois programas a longo prazo: quanto ao desenvolvimento da cooperação económica e industrial, assim como a cooperação no domínio da ciência e da técnica e na concessão de créditos por um período de cinco anos.

URSS — ITÁLIA

Desde 1957, que o comércio com a Itália se efectua na base de acordos a longo prazo. A circulação de mercadorias em 1974 avalia-se em 1 137 milhões de rublos, o que constitui um aumento de 2,4 vezes mais em relação a 1970. O contrato com a Fiat sobre a colaboração na construção de uma fábrica automóvel em Togliati favoreceu bastante o acrescentamento das transacções. A Sociedade Financeira Nacional Italiana acordou com a banca para o comércio externo da URSS créditos a longo prazo, destinados a financiar a compra de equipamentos para esta fábrica.

Os grandes contratos feitos com as firmas Prelli Montedison e outras para a venda à URSS de equipamento para certos ramos industriais, assim como a assinatura em 1974 de um acordo para a cooperação económica, industrial e técnica por um período de 10 anos, desenvolveu e abriu amplas perspectivas às relações económicas sovietico-italianas.

Constatando que nestes últimos anos se deram importantes progressos nas relações comerciais e económicas entre a URSS e os países capitalistas desenvolvidos, convém todavia notar que o volume e a estrutura do comércio não correspondem ainda às possibilidades que oferece o nível actual do seu desenvolvimento económico.

post scriptum

Novo Messias?

A cúpula do PS. Mário Soares (P rtuguesa) SARL, caracterizou-se sempre por entulhar o cérebro dos portugueses com falsos problemas. Desta vez é o problema Vasco Gonçalves.

Quer dizer; põe-se fora o general Vasco Gonçalves e como por artes mágicas resolve-se o problema da economia, o défice da balança de pagamentos, o desemprego, a construção do socialismo, etc... etc...

Será que Mário Soares julga que é uma espécie de Novo Messias capaz de, miraculosamente, transformar água contaminada em vinho de primeira qualidade?

— Ele que estude bem o Chile e, se não tiver pena de si próprio, que tenha dignidade histórica por aqueles milhares de simpatizantes que lhe deram um voto marxista! É que, desgraçadamente neste País, nem sequer faltam os «pinochets» prontos para o ataque!

António Soares — Porto

«Carta aberta às Forças Armadas»

Tenham pena de nós, senhores militares!

— Tenham pena de quem, há várias noites, não consegue dormir sempre à escuta de noticiários que nos tragam as vossas decisões pois delas depende o futuro do Povo Português.

De vós depende o futuro daqueles que cometeram o crime de trazer ao peito, com orgulho e amor, o emblema do MFA. Tanto basta para que alguém que por nós passou nos dissesse: «estas revisas de emblema, em breve terão que o engolir»

— E foi tão terrível, tão carregado de ódio o olhar que nos lançaram, que nos sentimos estremecer e não pudemos mais deixar de pensar no que seria este País, se vós queridos amigos, pusésseis as vossas diferenças ideológicas acima da Revolução que nos prometeste. Se permitísseis que estes perversos egoístas cheios de dinheiro e de cada dia maior ambições, voltassem a mandar na nossa terra.

Sou uma mulher de quase 60 anos e doente mas que desde o 1.º instante tenho vivido o 25 de Abril com o maior entusiasmo e zelo pois ele veio trazer a concretização dos ideais de justiça por que sempre lutei.

Tenho procurado fazer o que tantas vezes o senhor Primeiro-Ministro nos tem aconselhado que nos esclareçamos uns aos outros. Quantas vezes tenho sofrido as mais grosseiras agressões ideológicas, ouvido as argumentações mais reaccionárias e até insultos directos e ameaçadores. Mas nestes últimos dias tenho notado um crescer de ódios que se puderam extravasar o mundo ouvirá contar de Portugal histórias mais terríveis que as do Chile. A «R volução dos Cravos» será um mar vermelho de sangue. Aqueles que escreveram nas paredes «Morte ao Otelo e ao Vasco» «Morte ao MFA ao Copcon». Morte à 5.ª Divisão igual à nova «pide» e outras frases que não me atrevo a descrever aqui porque me afligem de mais, e se atrevem a ameaçar uma pessoa da minha idade só porque usava o vosso emblema o que não serão capazes de fazer aqueles corajosos revolucionários que têm jogado abertamente a sua vida na defesa da Revolução.

Tremo ao pensar nisto. Tremo porque conheço e convivo com muitos reaccionários e sei o que pensam e o que querem. É temível o ar afrontoso com que se apresentam, já.

A nda de violências já desencadeada, é apenas o prenúncio do que serão capazes de fazer. E sei — oda a gente sabe — que os revolucionários são sempre os bons e os reaccionários se chamam «pinochets» tc. Há pois que levar ao fim a Revolução. Parar é morrer! Neste caso ser morto.

Não deixeis, queridos militares!

— Vencei as vossas querelas. Vós sois todos inteligentes e bons. Pensai bem. Meditai e dizei ao mundo que o glorioso Exército Português passou de colonizador a Libertador! Dai apoio a este V Governo que mostrou já uma eficiência, impressionante. E imponham a autoridade que a vossa natural bondade julgava não fazer falta.

Em frente na luta pelo Povo que em vós confia e que de vós espera a prometida sociedade socialista. Abraçai-vos uns aos outros, para que o vosso abraço nos envolva e nos anime.

É o que humildemente vos pede a — Maria Martins

Os direitos de um soldado

Chamo-me José Ferreira, fui soldado na Guiné com o n.º 194.759/68. Vim de lá e passados meses, sou internado com o direito à A. T. F. A.

Mais tarde a minha doença é considerada como adquirida em serviço e cá estou à espera de vencimentos, que não sei se tenho direito mas julgo ter.

A respectiva junta militar considera-me apto para angariar meios de subsistência, mas incapaz de todo o serviço militar. Ora eu dei todo o tempo, acabei a comissão, estive numa guerrilha sem piedade nem dó de ninguém. O que de lá trouxe foi a doença provocada pela má alimentação, pelas águas impróprias para beber e por noites perdidas em serviços.

Por intermédio do seu jornal podem as entidades ver o meu caso, já que estou farto de escrever para alguns que não respondem, pois não devem ter papel, nem caneta, ou tempo, não sei.

Agora pergunto, será que devido à minha doença, que foi considerada como adquirida em serviço, não tenho nenhum direito? Não tenho cunhas mas acho que para estes casos não é preciso tê-las.

Aqui deixo, assim, estas linhas para que seja revisto o meu caso.

José Ferreira — S. Pedro do Sul

PARA UMA METODOLOGIA DE PREVISÃO DO DESENVOLVIMENTO (1)

SÉRGIO RIBEIRO

A «dessacrilização é uma das vias imprescindíveis na construção de uma verdadeira democracia, no caminho para o socialismo. Lenine traduziu-o expressivamente quando identificou a democracia real com a possibilidade de intervenção nos «negócios do Estado de qualquer cidadão, todos para tal capacitados, citando então a cozinheira ou a «criada».

Claro que isso não acontece por se desejar que aconteça mas a partir de condições de vida social que o possibilite. Por outro lado, a própria luta pela «dessacrilização» é uma forma de mobilização, antes mesmo da conquista de tais condições sociais de partida, para que a elas se consiga chegar. Cambiantes da dialéctica como método de abordagem para a compreensão justa e a prática correcta numa realidade social extremamente complexa...

Assim introduzimos algumas considerações sobre o problema da **previsão**, e o seu lugar numa «estratégia» de desenvolvimento económico e social, de certo modo justificando porque não consideramos descabido fazê-lo na «grande informação», embora, claro, procurando que não seja o inútil (por intragável) espaço preenchido numa informação que se procura.

Por um lado, há quem ponha em dúvida a possibilidade de fazer previsões relativamente ao desenvolvimento económico e social em estruturas móveis e amorfas, com relações de produção instáveis e transitórias; por outro lado, há também e quantas vezes serão os mesmos quem nada seja capaz de fazer sem primeiro tudo construir na própria e privilegiada cabeça, isto é, sem primeiro tudo prever completamente desde os «modelos», os «projectos» até às «estratégias».

No entanto, para uma metodologia de desenvolvimento económico e social existe uma necessidade objectiva de previsão só possível se ultrapassada a situação de elaboração insuficiente do instrumental científico. E para a satisfação dessa necessidade objectiva é indispensável uma metodologia de previsão.

Esta questão da previsibilidade aparece-nos significativa não só pela necessidade objectiva, a exigir resposta através da aplicação resultante do conhecimento das leis do desenvolvimento social, mas também por traduzir a colocação perante a ciência, perante o processo histórico, perante as classes e a sua luta. Assim, é significativo poder citar reputados teóricos e qualificados políticos sobre os problemas da previsão. Desde o Prémio Nobel da Economia Gunnar Myrdal que não esconde, periodicamente, a sua perplexidade e a sua incapacidade de prever a Giscard d Estaing que vai ao ponto de falar em «gestão do imprevisível» como característica da função pública. E aceita-se que um seja considerado sábio e outro mantenha as funções sem protesto...

Adiante... o que é facto é que desta forma se reflecte a premência das questões relativas à previsão. Essa premência, essa necessidade objectiva, resulta sobretudo da impossibilidade de escamotear a questão do desenvolvimento económico e social, depois de que existe um sistema socialista em confronto com o sistema capitalista e de que a terceira grande transformação do século foi a da libertação e independência nacional, e consequente imposição da consideração dos problemas dos países do chamado Terceiro Mundo, ou dos países subdesenvolvidos, o que é terminologia menos incorrecta e nos oncluirá a nós. E se a década de 60 foi a «década do desenvolvimento», a década de 70 tem de ser a «2.ª década do desenvolvimento», o que até representa uma espécie de confissão de fracasso. Mas esse fracasso não se recupera mas sim se ajusta nesta dialéctica procura de adaptar as acções às condições concretas. Desta forma, é significativo que estas «décadas de desenvolvimento tenham a origem nas «Nações Unidas», merecendo realce a procura de coordenar as actividades dos seus organismos especializados F. A. O., O. I. T., Unesco , particularmente no que respeita ao «Programa Mundial de Emprego», que procura contribuir para uma estratégia de desenvolvimento que privilegie o aspecto de emprego dos recursos humanos.

O que podemos dizer é que esta situação histórica se pode abordar de forma quase pedagógica. Nas condições concretas do «estado do Mundo», impõe-se que se encare o problema do desenvolvimento económico e social de países e regiões e procuram-se abordagens e métodos. Essa imposição tem duas respostas, uma que pode ter várias expressões mas que assenta na fatalidade preconcebida de um desenvolvimento capitalista, outra que será revolucionária por se inserir na luta de classes e não aceitar a escatologia que se traduz por uma fatalidade de haver sempre exploradores e explorados.

Ao nível das «Nações Unidas», e das suas «décadas de desenvolvimento», encontramos, neste momento, uma evolução que interpretamos como o limite da procura de definição e prática de uma estratégia de desenvolvimento em que a fatalidade referida acima ainda o seria. No equilíbrio mundial estaremos talvez perto da verificação de uma viragem qualitativa sem ambiguidades no sentido de denúncia da impossibilidade de independência e desenvolvimento no quadro do sistema capitalista e a partir de opções que não sejam revolucionárias, isto é, que não impliquem uma efectiva mudança nas relações de produção.

É neste contexto que o problema da previsão e da sua metodologia se levanta como tendo um lugar cada vez mais importante na ciência actual e na escolha e concretização de uma estratégia de desenvolvimento económico e social que seja também um caminho de revolucionária transformação social para uma independência nacional e uma sociedade sem classes.

Por aqui nos quedamos hoje, voltando ao tema não como proposta «documental» mas como procura de contribuição para sequência prática e coerente de opções já feitas no plano das afirmações de princípio.

A REPÚBLICA SUL AFRICANA JÁ NÃO PODE VOLTAR ATRÁS

— A decisão anunciada em Kinshasa pelo senhor Giscard d'Estaing de suspender algumas das vendas de armas francesas à África do Sul suscita comentários de vários Estados africanos, entre os quais o Kenya e o Uganda, que a consideram tardia ou insuficiente. O porta-voz no Senegal dos nacionalistas da Namíbia (SWAPO) vê nisso o «beijo de Judas». Pelo contrário, outros Estados, como a Mauritânia, exprimem a sua satisfação.

A França deste modo dá a impressão de querer desviar a sua atitude para a aproximar da que tomam as potências ocidentais, que impõem um rigoroso embargo a Pretória, no momento em que a própria África do Sul, segundo nos expõe P ilippe Decraene, está em vésperas de profundas mutações.

I — O «APARTHEID»

Por Philippe Decraene

JOANESBURGO A imagem da cidade branca de Joanesburgo, cujo centro ao fim do dia fica completamente vazio dos seus trabalhadores negros, impôs-se desde há muito. Daqui para o futuro é uma imagem erronea. Numerosos negros, vagueiam, já depois de ser noite, no centro da cidade. A legislação sobre os «pass», que obrigava os negros a trazer constantemente consigo esse documento, o que permitia à polícia controlar estritamente as suas deslocações, ainda está em vigor, mas aplica-se com menos rigor do que antigamente.

Nos elevadores dos prédios construídos há menos de um ano, os letreiros sinistros «Brancos» ou «Não-Brancos» não foram colocados. Estes sinais exteriores da segregação na vida quotidiana, tão particularmente revoltantes para o visitante estrangeiro, já foram retirados de alguns prédios antigos de Joanesburgo, de Pretória ou do Cabo. Noutros locais, onde os avisos ainda se encontram, normalmente não se faz nenhuma observação aos negros que tomam o mesmo elevador do que os brancos.

Em princípio, os museus estão abertos um dia por semana para as pessoas de cor, mas já não é raro cruzar-se negros, indianos ou mestiços nas salas de exposição, como na «Africana» de Joanesburgo. Nos jardins públicos, as comunidades raciais misturam-se mais frequentemente: os brancos, na verdade, têm tendência a aí estarem mais raramente.

Na verdade, os dirigentes de Pretória não renunciaram ao sistema do « partheid», para o qual eles preferem empregar a expressão «desenvolvimento separado». É sobre a sua conservação, classificada de irracional impropriamente, que continua a assentar todo o edifício político, económico e social sul-africano. Perfeitamente funcional, rigorosamente codificado, o «apartheid» não deixa ao acaso nenhum sector da vida quotidiana: trabalho, «habitat», transportes, diversões. Todavia as suas leis sempre em vigor, são cada vez mais violadas, em particular no que respeita ao «apartheid mesquinho» («petty apartheid»), apesar das reticências dos elementos mais conservadores da população branca.

As razões desta evolução são muitíssimo diferentes. «A manutenção do « partheid» na íntegra implica tantas subtilezas que o seu aspecto odioso se eclipsa perante os seus aspectos ridículos» diz-nos um banqueiro de origem «afrikaaner». Veja-se este exemplo: um jantar que reúne pessoas de raças diferentes foi organizado por um mestiço de Landsdwone, subúrbio residencial de mestiços da cidade do Cabo; depois do pedido — hoje teórico de uma prévia autorização, não há nenhuma dificuldade particular nem para o casal que convidou, nem para os outros casais mestiços, nem para o branco estrangeiro, de passagem.

O casal negro que está presente, tem uma dificuldade: a lei neste caso proíbe-os de tomar bebidas alcoólicas, a menos que tivessem trazido de casa as bebidas alcoólicas para seu consumo.

«P rque é que não se diz oficialmente que se renuncia ao « partheid» se afinal de contas, só uma pequena minoria de não-brancos é capaz actualmente de se integrar na comunidade branca? Na realidade, arruina-se o prestígio internacional da África do Sul por uma ficção, quando se poderiam continuar a obter, discretamente, resultados idênticos» afirma-nos um homem de negócios, um pouco cínico, de origem inglesa.

Por seu lado, os políticos sul-africanos misturam preocupações humanitárias e realis-

Continua na pág. 18

Nacional

ANGOLA

AUMENTA A ZONA DE INFLUENCIA DO M.P.L.A.

Mantem-se estacionária a situação em Angola, onde os últimos acontecimentos levam diversos observadores a aventar a hipótese de um colapso definitivo da F.N.L. em curto espaço de tempo. A situação continua a evoluir a favor do M.P.L.A. na zona Centro e na região costeira. Sá da Bandeira, importante centro cafeeiro e ferroviário, encontra-se desde ontem à tarde em poder de unidades do movimento liderado pelo dr. Agostinho Neto. Naquela cidade, as forças da F.N.L.A. e da U.N.I.T.A. capitularam e comprometeram-se a abandonar a zona urbana no espaço de 24 horas e toda a província de Huíla no espaço de 48 horas. Outras três cidades no extremo sul de Angola — Pereira d'Eça, Roçadas e Humbe — estão também em poder do M.P.L.A., o qual, no decurso da última semana, obteve vantagens predominantes nos principais pontos estratégicos do país. As unidades militares do M.P.L.A., controlando uma importante parte do território angolano, empenham-se agora em organizar a normalização da vida e em edificar o poder popular nas áreas libertadas.

JUNTA MILITAR

Em Luanda, em meios oficiais, dá-se como certa a formação de uma Junta Militar que assegurará a governação de Angola. Esta Junta terá funções identicas às conferidas ao Alto Cmissário pelos acorodos do Alvor e, no caso de algum ministro do Governo de Transição abandonar o seu lugar, o cargo será suprido por um director-geral desigando pela Junta. A nomeação desta Junta parte do reconhecimento, por parte de Portugal, da ineficácia dos acordos do Alvor, face às confrontações generalizadas entre os três movimentos.

Entretanto, há notícias de que continuam a registar-se contactos entre o M.P.L.A. e a U.N.I.T.A., os quais poderão, eventualmente, levar ao estabelecimento de uma plataforma de entendimentos entre os dois movimentos. Embora a anterior reunião de alto nível entre o M.P.L.A. e a U.N.I.T.A. tenha fracassado, continua de pé a possibilidade da sua realização, a qual poderá concretizar-se nos próximos dias, quer em território angolano quer mesmo em Lisboa.

SITUAÇÃO ÀS 19 HORAS DE ONTEM

Segundo informação da quinta divisão do Estado Maior General das Forças Armadas, a situação em Angola às 19 horas de ontem apresentava-se calma.

Edo seguinte teor aquela informação:

— «Em Luanda a situação mantem-se calma.

No Caxito não há alteração da situação militar, emvbora se verifique intenso movimento de forças do M.P.L.A. e da F.N.L.A., o que faz prever a possibilidade de confrontações talvez nas próximas horas.

No Lobito, a situação é normal e teve início a evacuação das forças da F.N.L.A. para fora da cidade. Estas forças devem ser transportadas por navios da marinha de guerra para Santo António do Zaire. Lembra-se que as forças da U.N.I.T.A. já sairam da cidade do Lobito, também trsnsportadas por navios na marinha de guerra, para moçamedes.

Em Moçamedes, segundo informação recebida ontem o M.P.L.A. dominava a situação.

As forças do E.L.N.A. começaram a ser evacuadas da localidade e prosseguiram as negociações para a evacuação das forças da U.N.I.T.A. que se haviam rendido.

No Luso continuam as confrontações entre o M.P.L.A. e a U.N.I.T.A. nos arredores da cidade.

Em Nova Lisboa a coluna militar das forças armadas portuguesas que se deslocou ao Alto Catumbela, recolheu cerca de 1200 civis que se encontravam retidos junto à fabrica de celulose, tendo a coluna regressado a Nova Lisboa, sem novidade.»

ATROCIDADES DA F N L A

LUANDA, 26 — (FP) — A Polícia Judiciária de Luanda autorizou hoje alguns jornalistas a visitar o forte de São Pedro da Barra, evacuado recentemente pelos soldados da F.N.L.A., onde os elementos da informação puderam verificar horrores que atingem os limites do suportável.

Efectivamente, a três quilómetros do forte, junto a uma falésia sobre o mar, os jornalistas descobriram uma vala comum cheia de cadáveres em adiantado estado de decomposição e juncada de despojos humanos. Outros corpos, empilhados em diversas outras valas, não puderam ainda ser exumados visto a F.N.L.A. ter minado o terreno.

Aqui é que bate o ponto

. Pablo Neruda: um dos grandes gigantes, um dos últimos gigantes da poesia do nosso tempo. Cantor das lutas populares contra a opressão no seu país — o Chile — e noutros países irmãos da América Latina. Coração que abarcava toda a terra: meridiano perfeito.

Morto já depois do golpe sangrento de Pinochet, assim mesmo Pablo Neruda continuou a combater: foi com pretexto no seu enterro que o povo chileno desencadeou uma vaga de protestos e de manifestações — as primeiras depois da pinochetagem.

Como homenagem a Pablo Neruda, preencheremos hoje esta secção com alguns extractos do seu livro «Confesso que vivi», editado em Portugal por Publicações Europa-América e cuja leitura vivamente se aconselha.

À INGLESA...

Um milhão de homens dormem, noite após noite, à beira do caminho nos arrabaldes de Bombaim. Dormem, nascem e morrem. Não há casas, nem pão, nem remédios. Em tais condições deixou o seu império colonial a civilizada, orgulhosa Inglaterra. Despediram-se dos antigos súbditos sem lhes deixarem escolas, nem indústrias, nem habitações nem hospitais: apenas prisões e montanhas de garrafas de uisque vazias.

HISTÓRIA DE UMA CHOUPANA

Aconteceu também naquele tempo que os colonizadores mandaram queimar a choupana de um lavrador cingalês, com o objectivo de o desalojar e de lhe expropriar as terras. O inglês que devia executar a ordem de arrasar a choupana era um modesto funcionário. Chamava-se Leonard Woolf. Mas ele recusou-se a isso e foi destituído do cargo. Recambiado para Inglaterra, escreveu lá um dos melhores livros que já se publicaram sobre o Oriente, *A village in the Jungle*, obra-prima da verdadeira vida e da literatura real, um tanto ou quanto empanada pela fama da mulher, nada menos que a Virginia Woolf, grande escritora subjectivista de renome universal.

AQUI TAMBÉM

Curgio Malaparte que me entrevistou anos depois do que vou relatar, disse juntamente no seu artigo: «Não sou comunista; mas, se fosse poeta chileno, sê-lo-ia como Pablo Neruda o é. Aqui é preciso tomar partido, pelos *Cadillacs* ou pela gente sem escola e sem sapatos».

LUXOS DO IMPERIALISMO

Durante o vendaval insensato do Maccarthismo foram presos todos os militantes do Partido Comunista local. Eram setenta e cinco pessoas que foram anotadas e historiadas até aos mínimos pormenores da sua vida. Pois bem: todas as setenta e cinco pessoas acabaram por revelar-se agentes da polícia. O F.B.I. dera-se ao luxo de construir o seu pequeno «partido comunista» com indivíduos que não se conheciam entre si para depois os perseguir e atribuir-se vitórias sensacionais sobre inimigos inexistentes.

NADA NESTA MANGA...

O trabalho do escritor não é misterioso nem mágico: é, pelo menos o do poeta, um trabalho pessoal, de utilidade pública. O mais parecido com a poesia é um pião ou um prato de cerâmica ou a madeira ternamente lavrada, ainda que seja por rudes mãos.

PERCURSOR

O *If* de Rudyard Kijling, aquela poesia pedestre e beata, percursora do *Rider's Digest*.

A LIBERDADE COLECTIVA

O poeta pode escrever sobre o que se lhe indique, sobre aquilo que seja necessário à colectividade humana. Quase todas as grandes obras da antiguidade foram feitas à base de pedidos concretos. As *Geórgicas* são a propaganda das culturas no agro romano. Um poeta pode escrever para uma universidade ou para um sindicato, para as associações e ofícios. Nunca por tal facto se perdeu a liberdade criadora. Isso de inspiração mágica e de comunicação do poeta com Deus são invenções interesseiras.

O PREÇO

Estive certa tarde a conversar com operários de uma equipa nas instalações das minas de nitrato de Maria Elena. O chão da enorme fábrica estava sempre em lama, devido à água, ao óleo e aos ácidos. Os dirigentes sindicais que me acompanhavam e eu próprio, caminhávamos por cima de um soalho que nos protegia do lamaçal.

— Estes soalhos — declararam-nos — custaram-nos quinze greves sucessivas, oito anos de petições e sete mortes.

O VERDADEIRO PERIGO

Os reaccionários sabem que o perigo das transformações revolucionárias numa sociedade não reside nas rebeliões individualistas, mas na organização das massas e numa extensiva consciência de classe.

ABRIR CAMINHO

A luta dos povos pela independência não é um caminho fácil. Depois da efusão das almas, das bandeiras de libertação, é preciso abrir caminho por entre dificuldades e tormentas.

REVOLUÇÃO NA LIBERDADE

Os partidos reaccionários tinham ocupado a administração durante cem anos. Nem um porteiro era nomeado que não fosse conservador ou monárquico. Os democratas-cristãos, por sua vez, intitulando-se «revolução na liberdade», mostraram uma voracidade paralela à dos antigos reaccionários. Mais tarde as paralelas convergiriam até se encontrarem quase numa mesma linha.

A MESMA HISTÓRIA...

A burocracia, os arquipélagos dos edifícios públicos, tudo ficou cheio de funcionários, inspectores e assessores da direita, como se no Chile ainda não tivessem triunfado Allende e a Unidade Popular.

CAMINHOS PARA HITLER

Outra vegetação salpicava as paredes da cidade. Era o musgo do ódio que as coloria. Cartazes anticomunistas, que jorravam insolência e mentira; cartazes contra Cuba; cartazes anti-soviéticos que prognosticavam morticínios e Jacartas.

Conhecia por experiência o teor e o sentido de tal propaganda. Vivi na Europa anterior a Hitler: era esse exactamente o espírito de propaganda hitleriana: espalhar a mentira por qualquer meio, alimentar a cruzada da ameaça e do medo.

PARE, ESCUTE, OLHE

Aquela propaganda punha os cabelos em pé: as freiras seriam fuziladas, as crianças morreriam espetadas em baionetas por barbudos parecidos com Fidel, as meninas seriam separadas dos pais e enviadas para a Sibéria...

Soube-se mais tarde, por declarações feitas à Comissão Especial do Senado norte-americano, que a C.I.A. gastara 20 milhões de dólares naquela violenta campanha de terror.

SEGUNDO AS ESTATÍSTICAS MAIS TRIGO E MENOS PÊSSEGO

A produção de trigo aumentou, em relação ao ano anterior, enquanto a de pêssego diminuiu muito e a de milho se mantém ao mesmo nível, informam as estatísticas relativas a Julho, do Instituto Nacional de Estatística.

A posição do rendimento médio de trigo previsto, subiu para um valor considerado de 1356 kg por hectare, o que significa melhoria das terras de trigo na ordem dos 16 por cento em relação à média do último decénio.

O cultivo da batata numa área de 111 milhares de hectares faz prever resultados aproximados aos dos anos anteriores. O mesmo se diga em relação ao milho, cuja área semeada foi de 382 milhares de hectares.

O rendimento previsto no centeio é um dos mais elevados dos últimos anos. Em relação ao arroz prevê-se um acréscimo de 7 por cento, comparado ao rendimento do ano anterior, o que a realizar-se será um bom resultado, visto significar um acréscimo de 8 por cento em relação à média do último decénio.

Ao invés é a situação do pêssego. A produção estimada — 34 milhares de toneladas — equivale a decréscimos de 24 por cento em relação à produção do ano transacto, o que se pode considerar de mau.

MAIOR CONSUMO DE GADO E FRANGO

A matança de gado e a produção de carne de frango têm também vindo a aumentar. A quantidade total de abate de gado em Junho, no valor de 16 380 toneladas, foi superior à do mesmo mês do ano anterior em 2893 toneladas, o que significa um acréscimo de 21,5 por cento. A produção de carne de frango aumentou por sua vez de 17,9 por cento.

Em LAGOS o DIÁRIO DE LISBOA vende-se no QUIOSQUE de LAGOS

Em PORTIMÃO o DIÁRIO DE LISBOA vende-se na CASA INGLESA

SINDICATO DOS TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DO DISTRITO DE LISBOA

Avenida Visconde Valmor, 34 - 1.º, Lisboa-1
Telefone: 77 02 74

CONVOCATÓRIA

Convocam-se todos os associados deste Sindicato para uma assembleia a levar a efeito no próximo dia 27 do corrente, quarta-feira, pelas 21 horas e trinta minutos, no Instituto Superior Técnico, sito na Av. Rovisco Pais, em Lisboa, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

1.º — Apresentação da contraproposta ao Contrato Colectivo de Trabalho.

2.º — Aderência do Sindicato à Federação dos Transportes Rodoviários.

Lisboa, 25 de Agosto de 1975

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA GERAL
JOSÉ NUNES MOSTEIAS

NOTA: **É imprescindível a apresentação do cartão sindical.**

Notariado português

AEG—TELEFUNKEN PORTUGUESA, S.A.R.L.

Eu abaixo assinado, ajudante do 20.º Cartorio Notarial de Lisboa, sito na Avenida Almirante Reis, 202, rés-do-chão, certifico para efeitos de publicação que por escritura de 9/7/1975 lavrada nas notas deste Cartório no livro G-58 de folhas 5 a folhas 5 verso foi aditado ao artigo 14.º um § único dos estatutos da sociedade em epígrafe, sociedade anónima de responsabilidade limitada, com sede em Lisboa, nos termos seguintes:

Artigo 14.º, § único — Os accionistas deixam de estar sujeitos às limitações referidas no § 3.º do artigo 183 do Código Comercial.

Para constar se passou a presente certidão de narrativa parcial e de teor parcial que vai conforme o original no qual nada há em contrário ou além do que se certifica.

Lisboa, 14 de Julho de 1975

A AJUDANTE — **Fernanda Pavoeiro Louro de Oliveira Macedo**

Nacional

ACENTUADA QUEBRA NA PRODUÇÃO INDUSTRIAL

— De acordo com os resultados do inquérito de conjuntura promovido pelo Instituto Nacional de Estatística, de Outubro a Março deste ano registou-se uma acentuada quebra da produção industrial, motivada pela diminuição da procura, quer a nível interno, quer a nível externo. Relativamente ao semestre de Maio a Setembro do ano corrente, as previsões são ainda mais pessimistas, esperando-se uma grande redução na exportação e a continuação da recessão verificada na produção.

A situação, por ramos de actividade, é a seguinte:

— Construções e estruturas metálicas e caldeiraria — Neste sector a baixa na produção deve-se, fundamentalmente, a uma quebra no ritmo de entrada de novas encomendas ou mesmo cancelamento das já existentes. O grau de utilização da capacidade produtiva é de 79 por cento, podendo a produção aumentar. A variação do pessoal fabril observada e prevista é positiva, tendo sido de 3,4 por cento entre Outubro de 1974 e Março de 1975, prevendo-se que seja de 2,6 por cento entre Abril e Setembro deste ano.

Fabricação de ferragens e de tornearia — O grau de utilização da capacidade financeira decresceu de Março de 74 a Março de 75 (era, pela mesma ordem, 85 por cento e 77 por cento), enquanto o equipamento aparece agora num estrangulamento produtivo para 13 por cento das empresas. Tem-se verificado diminuição de pessoal fabril, embora não muito acentuada.

No sector da tornearia (torneiras e válvulas), o grau de utilização da capacidade produtiva, que era em Março de 1974 de 94 por cento, baixou para 74 por cento um ano decorrido. A laturação ou desactualização do equipamento, ainda impede, apesar de tudo, 17 por cento das empresas de elevarem os seus níveis de produção, mesmo no caso de a procura o justificar.

Serralharia civil e fabricação de parafusos — Sector bastante dependente da construção civil, esta actividade atravessa uma crise grave, que põe em risco a possibilidade de sobrevivência de algumas unidades. A procura de produtos acabados, considerada baixa em 82 por cento das empresas, não obstou a que se mantivesse um certo ritmo produtivo. O pessoal fabril diminuiu, embora de forma pouco acentuada, de Outubro de 1974 a Março de 1975, não se prevendo até Setembro próximo grande variação.

Quanto à fabricação de pregos, parafusos, e artigos de arame, devido à situação de procura de artigos acabados, considerada baixa por 58 por cento das empresas, as tendências de produção observadas durante esse semestre denotam uma diminuição do ritmo produtivo anterior. Concluiu-se que há um saldo entre tendências de aumento e de diminuição da produção que é negativo no período em questão.

Fabricação de wouça metálica e de cutelaria — Neste sector, o grau de utilização da capacidade de investimento ainda está bastante elevado, cerca de 87 por cento, devendo realçar-se que a insuficiência ou saturação do equipamento produtivo se mantém como importante factor de estrangulamento, impedindo 37 por cento das empresas de elevarem os seus níveis de produção. Não se verificou nem e prevêem alterações significativas no número de pessoal fabril ao serviço.

Na actividade da cutelaria, o grau de utilização da capacidade é elevado, cerca de 89 por cento, não sendo de assinalar estrangulamentos produtivos importantes. A exportação, que em 1973 teve um certo empolamento é, em 1974, pouco significativa em relação à produção, não se prevendo que esta situação se modifique.

A fabricação de ferramentas manuais, bastante dependente da exportação, que tem absorvido, nos últimos inquéritos do I.N.E., cerca de 70 por cento, da produção total, encontra-se agora em séries dificuldades, face à quebra verificada e prevista nas exportações, o que deve ser consequência das diminuições de encomendas.

Embalagens metálicas, fornos, fogões e esquentadores — As tendências de produção são muito baixas, o saldo entre tendências de aumento e de diminuição é fortemente negativo, não se prevendo para os seis meses seguintes grande recuperação da actividade produtiva. Os «stocks» de produtos acabados estão a um nivel relativamente normal, possivelmente porque a grande amioria trabalha com base em encomendas, que revelando tal índice negativo, confirmam a referida quebra no sector.

Quanto à fabricação de fornos, estufas, fogões e eequentadores a gás, a procura de produtos acabados encontra-se a um nível relativamente normal, e no campo de encomendas não sofreu qualquer alteração entre Março de 1974 e Março de 1975.

O grau de utilização da capacidade de investimento elevou-se de Março de 1974 a Março de 75, respectivamente, 84 por cento e 86 por cento, tendo-se também agudizado o papel de insuficiência do equipamento como estrangulamento produtivo, dado que em Março de 1974 atingia 14 por cento das empresas e um ano depois já atingia 21. Não houve em tal período (nem se prevê) qualquer variação no número de pessoal operário neste subsector.

Ferramentas não manuais e o tratamento anticorrosivo de produtos metálicos — Fortemente dependente do mercado externo, que absorve mais de 70 por cento da produção total, o fabrico de ferramentas, com exclusão das manuais, encontra-se a braços com a retracção de encomendas por parte dos seus clientes habituais, a Europa e os Estados Unidos.

O grau de utilização da capacidade de investimento tem-se mantido sempre baixo. Em Março do ano passado, tinha já diminuido 65 por ento, um ano decorrido, essa diminuição mantém-se nos 62 por cento. Em consequência disso, 92 por cento das empresas têm capacidade de investimento disponivel, podendo a produção aumentar 59 por cento em média.

Dado não existirem estrangulamentos produtivos importantes, o subaproveitamento produtivo só pode resultar das condições actuais do mercado, prevendo-se, todavia, uma ligeira melhoria até ao fim do semestre terminado em Outubro.

O TRIANGULO

O triângulo: o homem, a mulher e o outro.

Um dia o homem (Joaquim Filipe Libório) matou o amante da mulher e foi condenado a dez anos de prisão.

Demonstrando sempre um comportamento irrepreensível, Libório conquistou as simpatias dos guardas da cadeia — e tão assim foi que lhe permitiram que domingo saísse da cela e fosse visitar a mulher.

«Obrigado» — disse o preso.

Uma vez junto da mulher, agarrou numa arma caçadeira e abateu-a a tiro.

Depois...

Bem, depois, pôs um ponto final em todo o assunto: virou a arma contra ele e desapareceu deste Mundo.

VIOLENTOS INCENDIOS EM VÁRIOS PONTOS DO PAÍS

— No dia de ontem, de calor intenso, verificaram-se numerosos incêndios em vários pontos do País, atingindo não apenas as zonas citadinas mas principalmente as matas e regiões de arvorado. As corporações de bombeiros tornaram a andar numa «roda viva» para acudir a todos os desastres.

DEVESAS

No mato de uma pequena encosta integrada na estação do caminho-de-ferro das Devesas (Vila Nova de Gaia) deflagrou um incêndio rapidamente propagado a material ferroviário fora da circulação, que estava arrumado em linhas de circulação interna, junto das oficinas da estação.

Alguns trabalhadores da C.P., apoiados por populares, combateram o sinistro e tentaram dominar as chamas. Compareceram as corporações de bombeiros de Gaia e Voluntários de Coimbrões e Valadares que não puderam evitar a destruição, pelas chamas, de seis carruagens estacionadas, duas dependências de madeira que serviam de dormitório aos empregados da C.P. e mais de 1000 travessas fora de uso. Devido à existência de bastante quantidade de óleo e nafta (para abastecimento das locomotivas) chegou a temer-se a propagação do incêndio a um reservatório de óleo diesel, mas a acção dos bombeiros não o permitiu.

FIGUEIRÓ DOS VINHOS

Numa zona plantada de eucaliptos, pinheiros e oliveiras, locaalizada entre os lugares de Vale Vicente, Vale das Lameiras, Águias, Coelheira e Aldeia Fundeira, rebentou ao princípio da noite de domingo, um incêndio que causou prejuízos da ordem dos 6000 contos.

O fogo, que apenas cerca das 18 horas do dia seguinte foi apagado, foi combatido pelos bombeiros de Figueiró dos VInhos, Ansião e Alvalade.

GESTAÇÓ

Nos montes de Furacaras deflagrou um violento incêndio que destruiu grande quantidade de mato e lenha.

Igualmente na serra do Marão, na freguesia de Teixeira, se manifestou um incêndio extinto pelos bombeiros e pelo povo.

Também no lugar do Fojo houve um fogo, dominado depois de várias horas de luta contra as chamas.

RIBEIRA DE ALGE

Destruindo pinheiros e eucaliptos, numa extensão de dois quilómetros, deflagrou um incêndio na Ribeira de Alge, Figueiró dos Vinhos.

O fogo foi extinto pelos Bombeiros Voluntários de Figueiró dos Vinhos, Ansião, Castanheira de Pera e Mação.

Em Vale de Cambra, Monsanto e GGeraz do Minho verificaram-se igualmente incêndios de pequenas proposções.

É necessário sanear os militares direitistas

A necessidade de sanear os militares direitistas que ainda há no seio das Forças Armadas é objectivo de um comunicado que o P.R.T., Partido Revolucionário dos Trabalhadores (trotsquista) emitiu ontem, a propósito do que está a passar-se ao nível das altas instâncias militares. «Têm-se mantido mantido nos últimos dias as manobras anti-operárias e contra-revolucionárias desenvolvidas nas costas das massas» — diz o P.R.T. E aponta a seguir para os principais factos denunciadores de que a ofensiva fascista prossegue, enquanto no silêncio e no segredo dos gabinetes se tomam decisões de que geralmente se sabe pouco, ou mesmo nada.

«Enquanto o terrorismo fascista continua a mostrar-se impunemente no Norte e noutras zonas do País, e enquanto o assassino colonial Spínola reivindica publicamente as suas responsabilidades na contra-revolução, sangrenta em preparação através do M.D.L.P., o que é certo é que as suas verdadeiras forças não chegam para quebrar a vontade e as conquistas revolucionárias dos trabalhadores» — diz o P.R.T. «Tratando de facilitar a tarefa e de abrir caminhos às forças direitistas, a direcção do P.S. e o «grupo dos nove» (mais alguns incorporados à última hora), têm vindo a criar condições para uma viragem à direita, que limite e faça recuar as conquistas operárias, impeça o controlo da produção pelos trabalhadores, e elimine os direitos democráticos dentro das próprias F.A. (Forças Armadas) abra as portas ao imperialismo americano e europeu. Apoiando-se na maioria — reaccionária — da oficialidade e com o estímulo da própria Presidência da República, escondendo dos olhos de toda a gente as suas verdadeiras intenções, este grupo lançou-se a dar um «golpe» palaciano, que, caso triunfe, rapidamente poderá evoluir até à imposição de todo um plano repressivo e anti-operário. A tarefa mais urgente do movimento de massas — decide o P.R.T. — é travar o passo a este projecto que põe em perigo a sorte da revolução socialista».

Que fazer para isso? — Assembleias militares, assembleias em fábricas — preconiza a organização — «para mobilizar as massas e organizar «grupos de autodefesa» que coordenem a sua acção com os delegados das unidades militares revolucionárias e impulsionem a imediata convocação de assembleias populares. Também as comissões de moradores podem contribuir no combate à reacção organizando a população nos bairros para confraternizar com as tropas e dar aumento à unidade indestrutível dos trabalhadores com e sem uniforme».

O P C P NOS AÇORES

Na sequência dos acontecimentos registados na cidade da Horta (Faial, Açores) no último fim-de-semana, o P.C.P. enviou um telegrama ao governador dos Açores, general Altimo de Magalhães, protestando contra a actuação do comandante militar daquela cidade.

Lembra-se que houve, no último fim-de-semana, uma manifestação e, na sequência, ataque e incêndio à sede local do P.C.P. As forças militares decidiram evacuar da ilha os militantes comunistas depois de um contacto, aliás, com o governador do arquipélago. «Medidas antidemocráticas» — diz o P.C.P. — «Nem a segurança de vidas pode ser um pretexto». E o telegrama acrescenta: «pedimos respeito pelo direito de portugueses habitarem território nacional e a defesa da ordem democrática».

Diz o P.CP. que os seus militantes no Faial tem recebido muitas provas de solidariedade da nopulação da ilha. A sua segurança pessoal não estaria em prigo.

P P D : COMÍCIO EM ESPINHO

«Corações ao alto! Dentro de algumas horas, povo de Portugal, este Governo exala o último suspiro» — disse o prof. Emídio Guerreiro, secretário-geral do P.P.D. num comício que este partido realizou ontem em Espinho.

VINHO EM ALTA TRAIÇÃO

O fabrido de «vinho a martelo» deve ser considerado «crime de alta traição» — segundo proposta do Secretariado Distrital das Reuniões Inter-Juntas que, em Torres Vedras, reuniu as comissões administrativas das Juntas de Freguesia, comissões de moradores e de trabalhadores.

Esta proposta partiu do facto de que, no concelho de Alenquer e noutros concelhos do País, têm sido fabricados milhares de litros de «vinho a martelo», o que constitui um criminoso atentado contra a saúde pública e a economia nacional. Em moção aprovada por unanimidade na referida reunião, foi decidido propor que sejam criados tribunais revolucionários para julgamento de todos os «mixordeiros do vinho» e que tal falsificação seja considerada crime de alta traição e severamente castigados os seus autores.

PREÇOS DE VENDA DA CARNE DE BORREGO

A partir de uma portaria de hoje e a fim de dar maior consistência ao congelamento de preços, a venda de carne de borrego ao público é submetida ao regime de preços máximos. A tabela que vai vigorar até ao fim do ano é extensível (além do continente) às ilhas adjacentes.

Assim, ficaram estabelecidos, por quilograma, os seguintes preços: costeletas, 100$00; perna, 100$00; peito e cachaço, 73$50; mão, 95$00; rim limpo, 80$00; sebo, 3$00.

Por outro lado, o diploma estipula ainda que nos estabelecimentos de venda a retalho de carne de borrego os preços legalmente autorizados, deverão estar afixados em local bem visível.

As peças e porções individualizadas deverão encontrar-se identificadas e marcadas com os preços de venda que lhe correspondem. Qualquer inobservância ao preceituado nesta matéria é considerada infracção disciplinar contra a economia nacional.

CIMENTO DE PORTUGAL

O nosso pais omeçou a exportar para a Nigéria 240 mil toneladas de cimento «portland» normal, à média de 30 mil por mês, a partir de Julho último, no valor de 200 mil contos. Além desta remessa outras se lhe seguirão nos próximos meses.

As possibilidades de exportação, neste sector, além de cimento «portland» referem-se ao cimento branco «clinker» e fábricas de moagem deste último. Estas exportações contribuirão para o escoamento do excedente da indústria cimeira, apoiando assim a indústria de materiais de construção, além de constituirem fonre de aquisição de divisas apreciável.

Nacional

A PROPÓSITO DOS COMUNICADOS

O POVO TEM DIREITO A SABER O QUE SE PASSA

A política dos comunicados entra em nova fase: uns anulam os outros. As razões, assim de imediato, desconhecem-se.

A propósito, o MES divulgou um comunicado em que narra algumas «démarches» evadas a efeito logo a seguir ao comunicado da Presidência da República difundido dia 24, às primeiras horas da madrugada, que, «mesmo de linguagem ambígua, foi imposto pelos oficiais progressitas e revolucionários».

Com efeito, segundo o texto do MES, o Presidente da República recebeu de manhã o embaixador americano Carlucci. «Este embaixador saiu directamente deste encontro — prossegue o comunicado — para o Aeroporto onde tomou um avião, com certeza para os Estados Unidos».

Entretanto (e a nova fase da política «comunicativa» começa aqui) «às 20 horas, na Rádio, é lido um comunicado da Presidência da República que tona sem efeito o que tinha sido divulgado ao princípio da manhã».

Face ao desenrolar dos acontecimentos, a própria Presidência da República a «anular-se a si mesma (o ouvinte, o telespectador e o leitor, todo o Povo afinal à margem das razões que devem ser de peso), o Movimento da Esquerda Socialista pergunta: «O que foi fazer Carlucci à Presidência da República. Que chantagem anda o imperialismo a fazer? Que manobras de diversão se estão a fazer ao mais alto nível do poder? Porque razão a Presidência da República suspende o comunicado que anteriormente difundira? Porque razão o Presidente da República não divulgou até agora o encontro Costa Gomes-Carlucci?»

CONCLUSÕES A TIRAR

Os «revolucionários terão que tirar as devidas conclusões: os conspiradores contra-revolucionários procuram ganhar tempo, dividir os progressistas, preparar o terreno para desferir um golpe de bastidor que lançaria Portugal rapidamente nos braços do imperialismo e dos mais ferozes inimigos da classe dos trabalhadores portugueses».

E o comunicado aponta para o indispensável caminho a seguir quando afirma peremptoriamente: «Neste momento não deve haver hesitações: as forças progressistas e revolucionárias, não podem ficar na mera expectativa, têm de tomar decididamente a iniciativa».

O reforço das estruturas do poder popular (comissões de trabalhadores, de moradores, de aldeia, assembleia de delegados de unidade), o fortalecimento das posições populares dentro das Forças Armadas, a tomada de medidas progressistas pelos órgãos de poder, tudo isto passa por alterações no poder político, que imponham o avanço do processo revolucionário».

Por outro lado, «a repressão sobre os reaccionários que, dentro e fora dos quartéis, conspiram abertamente, exige firmeza, decisão e ousadia revolucionária». Exigindo o saneamento dos contra-revolucionários, apelando para a unificação dos esforços com vista à derrota do «golpismo antipopular» e para o fim (através da luta) da conspiração imperialista e social-democrata, em que devem estar empenhados «operários, camponeses, soldados, marinheiros, empregados e funcionários públicos oprimidos, pequenos burgueses, estudantes e intelectuais e quadros progressistas, sargentos e oficiais progressistas e revolucionário», o Movimento da Esquerda Socialista afirma: «Aproximam-se momentos decisivos; então não será possível nem às forças políticas que se reivindicam da revolução socialista, nem aos militares que até há semnas se afirmavam revolucionários, anticapitalistas e anti-imperialistas manterem posições ambíguas, jogarem na conciliação, tentarem fundir a água com o fogo».

LUAR: MILITANTES MULTIPLICAI A VOSSA ACÇÃO

«O campo da LUAR será sempre aquele que nos permitir resistir às investidas da burguesia nacional e estrangeira, defender o conquistado pelas massas populares levando cada vez mais a novas conquistas, e, assim, dar passos, sempre em frente, em direcção ao poder dos trabalhadores e a construção de um socialismo que não se confunda com nenhuma aberração alienante de carácter burocrático ou capitalista de Estado». Palavras de um comunicado de Comissão Política e Executiva Nacional da LUAR que a certo passo afirma: «Há momentos históricos em que as opções em jogo no campo da luta de classes ultrapassam as personalidades e até certas e determinadas instituições, polarizando-se em dois extremos antagónicos entre os quais parece ser necessário escolher, em termos inadiáveis».

Reiterando a sua defesa ao «documento dos oficiais do Copcon» reafirmando o seu repúdio pelo «documento dos nove», a LUAR considera que «na situação histórica concreta do nosso País mesmo que fossem desejáveis não são possíveis soluções de meio termo, e, portanto, ou a burguesia nacional e internacional reconquista o que perdeu e consolida a sua posição através de vias mais ou menos sociais-democratas, mais ou menos bonapartistas, ou então se enveredа definitivamente pela construção do socialismo sem qualquer ambiguidade».

Assim, a LUAR após enunciar que para se construir uma sociedade nova que nos impeça de regressar à opressão e á exploração capitalistas, urge «definir um poder com autoridade revolucionária», «caminhar para a clarificação» das estruturas que constituem os centros de poder e para a sua gradual desmilitarização, dando cada vez mais corpo e significado à aliança Povo-MFA», a LUAR, que «acompanha com atenção o evoluir dos acontecimentos», apela «à vigilância dos seus militantes e convida-os a, mais do que nunca, multiplicarem a sua acção nos locais de trabalho, de habitação e nos quartéis, pela consolidação e desenvolvimento do poder popular, pela autodefesa popular, pela aliança dos operários e camponeses, pela independência nacional, pela revolução socialista».

LUAR DE VILA FLOR DESMENTE ASSALTOS

O núcleo de Vila Flor da LUAR desmente que tivesse havido tentativas de assalto às sedes locais da LUAR e do PCP, conforme foi noticiado no primeiro telejornal de sábado e no vespertino «A Capital». «É que nem sequer existe sede do PCP em Vila Flor». E o núcleo da LUAR naquela vila do Nordeste Transmontano esclarece que, efectivamente, «na última quinta-feira, dia 21, um conhecido reaccionário e guarda-republicano, em conversa com algumas pessoas, disse que aqui em Vila Flor ainda haveriam de fazer à sede da LUAR, o que nessa manhã um bando de reaccionários tinha feito à sede do PCP em Bragança, atacando-a e destruindo propaganda e mobiliário».

Entretanto - um camponês que assistira à conversa foi avisar elementos da LUAR que se «mobilizaram, permanecendo toda a noite na sede local».

E o texto afirma: «Mas nós militantes revolucionários, sabíamos que seria completamente impossível, aqui em Vila Flor, mobilizar a grande massa de população, para esse tipo de actuação».

MONTEIRO NÃO É DA LUAR

A LUAR esclarece que «o indivíduo João Monteiro, detido por supeita de participação na recuperação de armas na Póvoa do Lanhoso não é militante desta organização. Mais ainda, esta acção é totalmente estranha à nossa organização». Entretanto o Núcleo da L.U.A.R. de Braga «estranha (...) que as autoridades militares tenham tomado atitudes altamente repressivas sobre alguns militantes da Organização por uma simples suspeita infundada, quando em casos de autêntica movimentação fascista contra partidos progressistas, essas mesmas autoridades pouco ou nada impediram que a escalada reaccionária continuasse».

MARINHA GRANDE CONTRA A REACÇÃO

Convocada por três comissões de moradores e quatro sindicatos, contando com o apoio da U.E.C. («A Revolução não tem férias») e a adesão de mais três comissões de moradores, vai realizar-se hoje, às 21 e 30, na Marinha Grande uma manifestação comício contra a escalada reaccionária que actualmente se vive em Portugal e «os ataques criminosos desenvolvidos por organizações contra-revolucionárias, que visam cortar as liberdades e instaurar uma ditadura contra o Povo e as classes trabalhadoras».

A manifestação é convocada pelas comissões de moradores do Engenho, Cruzes, Embora, e pelos sindicatos dos Metalúrgicos, Químicos, trabalhadores vidreiros, trabalhadores do comércio e empregados de escritório».

COMITÉ CENTRAL DESMENTE NOTÍCIAS DO «EXPRESSO»

Ao contrário do que informava o semanário «Expresso» no seu último número, o Partido Comunista Português nega categoricamente que o seu secretário-geral se tenha encontrado com o major Melo Antunes. Noticiava ainda aquele jornal que o encontro se inseria na formação do VI Governo Provisório, cuja constituição o Presidente da República teria confiado àquele militar. No entanto, de harmonia com uma nota do P.C.P., não há dúvida que os factos foram deturpados e que, afinal, nunca Álvaro Cunhal se terá encontrado, nos últimos dias, com o major Melo Antunes. Aconteceu, isso sim-revela ainda a mesma nota é que no passado dia 22 foi recebida uma comunicação telefónica da parte de Melo Antunes e Vítor Crespo no Comité Central do P.C.P., propondo «um encontro urgente com Álvaro Cunhal nesse mesmo dia, das 22 às 23 horas, ou, se não fosse possível, até às quatro horas do dia seguinte. No entanto, embora não tenha sido dado, na altura, qualquer resposta, o P.C.P. disse, depois, que em princípio aceitaria o encontro para a tarde do dia 23».

Noutro ponto do comunicado e reportando-se à grave crise actual o P.C.P. considera que esta «exige uma solução conjunta de vários e importantes problemas relativos ao poder político e à ordem democrática» sem os quais «qualquer reconsideração do problema não pode ser feita».

Depois de se referir ao actual Governo como conjunto «capaz de exercer capazmente as suas funções», assinala ainda o mesmo comunicado: «A superação da crise actual pode e deve alcançar-se, por meios políticos, entre os quais o reforço da unidade das forças revolucionárias e um sério esforço para o exame comum de todos os problemas capitais da crise actual e a busca em comum das soluções adequadas por parte de todas as forças e sectores que se afirmem interessados na defesa das liberdades e das conquistas da Revolução e na construção de um Portugal democrático a caminho do socialismo.»

Também o Ministério da Agricultura e Pescas desmente notícias e alusões em que se inclui o seu titular que, conforme fotomontagem do «Jornal Novo», numa antevisão da constituição do VI Governo Provisório, presidido pelo general Carlos Fabião, o rosto do ministro Oliveira Baptista aparece no hipotético futuro elenco governamental. Refere o comunicado daquele ministério que «Face a notícias e alusões vindas a lume em alguns órgãos da comunicação social, vem este gabinete declarar que o ministro da Agricultura e Pescas é totalmente alheio a manobras e diligências relativas à constituição de qualquer futuro Governo»

D O R N VAI PROCESSAR REDACTOR DE «O COMÉRCIO DO PORTO»

Entretanto e a propósito da campanha anticomunista que se verifica no Norte do País, a D.O.R.N. tomou a decisão de processar os autores e distribuidores de um panfleto falso e calunioso, ao mesmo tempo que defende diversas individualidades da Região Militar do Porto e militantes do P.C.P. Num comunicado de três pontos assinala a Direcção da Organização Regional do Norte do P.C.P.:

«1 Ha muito que os comunistas portugueses são alvo de ataques, calúnias e insultos mais ou menos miseráveis e infames, completamente inventados. Durante os cinquenta anos de fascismo, a propaganda oficial desenvolveu até à exaustão as mais diversas atoardas anticomunistas, ao mesmo tempo que perseguia, prendia, torturava e condenava os comunistas, mas não só. Servia-se, também, desse anticomunismo para reprimir todos os inimigos do fascismo.

«2 A campanha anticomunista e os ataques ao Partido Comunista que ultimamente têm grassado seguem as pisadas, o estilo e a infâmia de um S.N.I. e de uma P.I.D.E. Destaca-se pelo seu estilo mercenário nacional-socialista Fernando Barradas, de «O Comércio do Porto», instigador, pelo menos moral, dos incêndios, assaltos, espancamentos, etc. de que têm sido vítimas os centros de trabalho e militantes do P.C.P., por comandos terroristas móveis do E.L.P., do M.D.L.P., etc., apoiados nó aparelho político do C.D.S.

«A D.O.R.N. do P.C.P. vai processar Fernando Barradas e «O Comércio do Porto» apresentando provas das ligações e do comprometimento daquele senhor nos actos de terrorismo assaltos, incêndios, atentados bombistas, etc. — levados a cabo contra militantes e sedes do P.C.P.

«3 Nesta campanha terrorista e anticomunista se insere um panfleto anónimo espalhado nesta cidade em que se insultam e atacam militantes progressistas, acusando-os de estarem «vendidos» ao P.C.P. Alguns automóveis que andavam a distribuí-lo estão identificados, verificando-se que um deles, pelo menos, participou também no assalto à sede do M.D.P. na Avenida da Boavista. Alguns desses carros, distribuíam simultaneamente uma tarjeta a convocar um comício do C.D.S., impressa simultaneamente uma tarjeta a convocar do C.D.S., impressa na tipografia «A Poveira Enc.»

Naia

Rua do Carmo, 45
Av. Roma, 17-A
Rua Almeida e Sousa, 20-A
Rua Frederico Arouca, 45 — Cascais

SALDA A PARTIR DE 5.ª FEIRA

Diario de Lisboa
ASSINATURAS DE FÉRIAS

Aceitam-se assinaturas pelo período mínimo de 10 dias, ao preço de 4$00 por dia
NÃO SE ENVIAM RECIBOS À COBRANÇA

A nulidade das transacções de títulos

Por determinação do Conselho da Revolução, são nulas todas as transacções de títulos realizadas depois de 29 de Abril de 1974, data em que a Junta de Salvação Nacional mandou encerrar a Bolsa e suspender as operações sobre títulos.

O despacho do CR justifica a necessidade de confirmar a entrada em vigor da referida resolução por «em certos meios, se ter vindo ilegitimamente a duvidar da vigência da determinação, (...) por falta de requisito formal da sua publicação no «Diário do Governo».

A confirmação da nulidade afecta todas as transacções «lesivas da economia nacional», que se têm vindo a efectuar a coberto de tal interpretação da lei.

Nacional

DUAS LISTAS PARA O SINDICATO DOS ESCRITÓRIOS

É já no próximo dia 30 que se vai decidir quem assumirá a nova gestão do Sindicato dos Empregados de Escritório de Lisboa que, com os seus 61 500 sócios, constitui um dos maiores organismos sindicais do País.

Conforme tem sido noticiado, duas listas concorrem às eleições. A lista A, apoiada pela direcção, apresenta a sigla «Na luta pelo socialismo, unidade dos trabalhadores». A lista B, proposta por um grupo de sócios, intitula-se «Por um Sindicato democrático».

Os programas de cada uma das listas contêm alguns títulos semelhantes, como os que se referem ao controlo operário ou ao papel das comissões de trabalhadores. O seu desenvolvimento mostra-nos as diferenças profundas entre uma e outra.

Vejamos o que propõe à massa sindical cada um das listas.

LISTA A

. «Um sindicato tem de ser não só um instrumento de luta, mas também uma escola de organização em bases democráticas que garanta o seu total controlo por parte dos trabalhadores», afirma o preâmbulo do programa da Lista A, para a qual «a força do sindicato depende fundamentalmente da estreita ligação entre a direcção e os trabalhadores por meio de órgãos representativos» e da «capacidade de nós trabalhadores conquistarmos os objectivos por nós definidos».

Esses objectivos define-os o programa nos seguintes pontos: controlo da produçao, dinamização da acção sindical na empresa, reorganização e fortalecimento do movimento sindical, melhoria das condições de vida dos trabalhadores, um sindicato actuante e Previdência ao serviço dos trabalhadores.

Depois de considerar que «é correcto e necessário defender a participação sindical no controlo operário», a lista A afirma que «as comissões de trabalhadores serão instrumento fundamental» nesse controlo, atribuindo-lhes o papel de fiscalizadores e contestadores da gestão capitalista e do poder patronal, em ligação com o movimento sindical.

Este deverá ser reorganizado e fortalecido, o que passará por «dois eixos»: a verticalização e o fortalecimento da central sindical única. «Em conformidade com os estatutos deste Sindicato e os da Intersindical, defendemos a adesão à central única, como forma de não nos isolarmos da luta global dos trabalhadores portugueses», afirma a lista A, acrescentando que se propõe lutar para que a actuação desta organização «se subordine aos princípios fundamentais exarados nos estatutos deste Sindicato».

Na luta reivindicativa, a lista A propõe bater-se pela aplicação do princípio «a trabalho igual salário igual», pela redução das categorias profissionais e do leque salarial, pela igualdade das regalias sociais e pelo incremento de salários sociais ou indirectos». Entre as reivindicações não salariais incluem-se a imediata proibição do «lock-out» e, a proibição definitiva do despedimento sem justa causa. Esta lista defende a intervenção política do Sindicato que, na actual fase do processo revolucionário, visará obter medidas como o total desmantelamento das estruturas monopolistas, o avanço da reforma agrária, a nacionalização dos sectores de interesse público, o combate ao desemprego pela criação de novos postos de trabalho, a contenção do aumento de preços de bens essenciais, a socialização dos solos urbanos, etc. O programa da lista A contém depois medidas destinadas à integração da mulher na actividade sindical e medidas destinadas a alargar o sistema da Previdência a toda a população, propondo, para dar concretização a estas, que sejam os trabalhadores, organizados nos sindicatos, a assumir a gestão das Caixas. Nacionalização das instituições privadas que vivem à custa dos dinheiros da Previdência e cobertura total da população trabalhadora pelo seguro social, são duas das medidas concretas propostas neste capítulo.

LISTA B

. A lista B, que utiliza a sigla «Por um Sindicato democrático», toma abertamente posição contra os actuais corpos gerentes que acusa de «terem medo das massas», ao marcar a data das eleições «na época e no dia em que haveria mais possibilidades de levar o menor número de trabalhadores a votar».

«A luta sindical é uma luta política e os sindicatos não se podem apartar da luta de classes» — começa por afirmar definindo o seu programa como «consequentementedemocrático, anticapitalista, antifascista e anti-socialfascista». Depois de recusar o «apartidarismo sindical» — consequência lógica do princípio transcrito — o programa passa à questão da unidade: «A unidade como alguns apregoam, a unidade imposta pela Intersindical constituída nas costas dos trabalhadores, é uma unidade contra os trabalhadores, não satisfaz os trabalhadores e será rejeitada pelos trabalhadores.(...) Como tal, defendemos a unidade dos trabalhadores forjada na luta e por eles controlada.(...) Recusamos a unidade dos trabalhadores com os patrões para a «reconstrução da economia nacional». Reconhecendo depois a necessidade de uma central sindical única, sob a direcção da classe operária, a lista B apoia as comissões de trabalhadores: «Os órgãos da vontade popular, particularmente as comissões de trabalhadores, são, quando livremente eleitas e a todo o momento revogáveis, órgãos da classe, embriões do poder». As comissões serão ainda os órgãos capazes de levar à prática o controlo operário, assente na ampla mobilização dos trabalhadores de cada empresa.

O programa passa à questão das nacionalizações: «Ao nacionalizar uma determinada empresa não vai ser posto fim à exploração capitalista. Esta poderá mesmo reforçar-se. As empresas nacionalizadas, submetidas à direcção centralizada do Estado da burguesia, são em geral sectores onde a exploração dos trabalhadores é mais intensa, os métodos de «gestão», a tendência para intensos ritmos de trabalho maior, mais autoritários e burocráticos». Como dizem, «a natureza de classe das nacionalizações é determinada pela natureza de classe do Estado que as efectua». A lista B defende uma política de pleno emprego, pelo que apoia a diminuição de horas de trabalho e a recusa de horas extraordinárias. No programa reivindicativo apresentado à classe, depois da «abolição dos despedimentos», o primeiro dos seus cinco pontos, a lista B, na questão salarial, propõe-se lutar por um menor leque de vencimento e de categorias, pelo princípio de «a trabalho igual, salário igual», tabelamento de salários máximo e mínimo e sua actualização automática face ao custo de vida.

Propõe-se em seguida a integração dos trabalhadores eventuais e a reivindicação (ponto IV) pela diminuição do horário de trabalho. Outras reivindicações: salário integral na doença, acidente, ou detenção preventiva; reforma aos 55 anos ou 60 anos de idade ou 40 anos de casa; actualização das reformas; subsídios de desemprego igual ao salário mínimo nacional; 30 dias de férias.

ELEIÇÕES TAMBÉM EM LEIRIA

Um dia depois, dia 31, haverá eleições no Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Escritório do Distrito de Leiria. Um dos concorrentes, a lista A, ou «Lista da Unidade», apresentou um programa onde se declara a intenção de lutar pelo pleno emprego e pela igualdade salarial («a trabalho igual salário igual»), pela melhoria das regalias sociais (alimentação, saúde, educação, habitação, etc.) e pela revogação da legislação laboral contrária ao processo revolucionário e aos trabalhadores, nomeadamente. «A nossa campanha eleitoral — declara a lista A — não visará ataques a quem quer que seja. O que pretendemos é a união entre todos os trabalhadores e não a divisão da classe. Não queremos dar armas ao capital nem aos pseudo-revolucionários».

Mais de 300 mil contos para a construção de casas

O Fundo de Fomento da Habitação foi autorizado pela residência do Conselho e pelo Ministério do Equipamento Social e do Ambiente, a conceder às Câmaras Municipais de Lisboa e do Porto, respectivamente, as importâncias de 255 030 e 50 000, contos, para financiamento de 3347 fogos a construir nas áreas daquelas autarquias.

As construções em Lisboa localizam-se: no Bairro de Padre Cruz (210 fogos 1.ª fase); Quinta da Pailepa (236 fogos 2.ª fase); Charneca do Lumiar lote 2 (65 fogos); Charneca do Lumiar lote 1 (80 fogos); Quinta do Morgado e Olivais Velho (90 fogos; Musgueira Norte (140 fogos); Cheais zona I (81 fogos); Chelas zona I (81 fogos; Olivais Sul Célula E lotes 492 a 494 e 504 a 506 (72 fogos); Bairro da Quinta das Laranjeiras 1.ª fase lotes 1,7 e 8 (122 fogos); Bairro da Quinta das Laranjeiras 2.ª fase lotes 5, 6, 9, 10, 17, 18 e 19 (188 fogos); Bairro da Quinta das Laranjeiras 3.ª fase lotes 2, 3, 4, 11 e 16 (262 fogos), Quinta dos Ourives 1.ª fase (124 fogos; Quinta dos Ourives 2.ª fase (120 fogos) Bairro Padre Cruz 2.ª fase (700 fogos); Casalinho da Ajuda (95 fogos) Quinta do Charquinho (20 fogos); Olivais Sul Célula E lote 443 (40 fogos), Porto: São João de Deus (32 fogos; Contumil (64 fogos) Falcão (160 fogos); Lordelo (169 fogos); Lagardeiro (192 fogos).

AUTOMÓVEIS E CAPITAIS:

A burguesia portuguesa investe em Espanha

. Garagens da Galiza estão a servir actualmente de depósito para luxuosos automóveis com matrícula portuguesa revela o diário «Ideal Gallego», de La Coruña, na sua edição de quinta-feira última. citado pelo correspondente em Madrid da agência ANI. Segundo a mesmafonte,osveículossãopropriedade de portugueses que pretendem retirar os carros do seu país com intenção de vendê-los ou utilizá-los posteriormente. O processo já foi denunciado há algum tempo e estará a ser seguido por respectivos proprietários. Só em Vigo haveria fechadas duas garagens ocupadas por esses veículos. Mas veículos assim têm sido igualmente vistos em Madrid. As marcas mais vistas são «Porsche», «Lancia», «Lamborghini», «Peugeot», todos eles dos modelos mais caros.

A informacão do diário «IdealGallego»complementa-se: desde Abril de 1974 incrementam-se os investimentos portugueses em algumas regiões da Galiza. Esse incremento faz-se principalmente em imóveis. Dos cinco mil apartamentos desocupados que actualmente existem em Vigo, muitos são propriedade de investidores portugueses. Os investimentos não são só em Galiza, realizam-se também em inúmeras localidades espanholas próximas da fronteira com Portugal.

SALDOS
NA QUADRANTE
LIVROS BRASILEIROS
DE ECONOMIA, TÉCNICOS E SOCIOLOGIA
AGOSTO / SETEMBRO

SINDICATO DOS TÉCNICOS DE DESENHO

ASSEMBLEIA GERAL PARA A ELEIÇÃO DOS CORPOS GERENTES

PARA O PRÓXIMO BIÉNIO

CONVOCATÓRIA

De acordo com o já aprovado Regulamento Eleitoral dos Estatutos deste Sindicato, convoco a Assembleia Geral para a eleição dos Corpos Gerentes, para o próximo biénio, a efectuar no dia 26 de Setembro de 1975.

Como preceitua o Art.º 81.º dos Estatutos (Regulamento Eleitoral), a apresentação das candidaturas deverá ser feita á Mesa da Assembleia Geral até 11 de Setembro de 1975.

Informam-se todos os sócios que as mesas de voto serão distribuidas pelos Distritos das suas residências e de acordo com o quadro abaixo indicado:

ZONA SUL

MESAS	LOCAIS DE VOTO	DISTRITOS ABRANGIDOS	HORAS
1	Salão Bombeiros Voluntários Lisbonenses R. Camilo Castelo Branco, 33 — Lisboa	Lisboa e Ilhas	12 às 24
2	Sindicato dos Trabalhadores Vidreiros Marinha Grande	Leiria	18 às 24
3	União Sindical de Torres Novas R. Mouzinho de Albuquerque, 52 — T. Novas	Santarém, Portalegre e Castelo Branco	18 às 24
4	INATEL Praça da Republica — Setubal	Setubal, Évora, Beja e Faro	18 às 24

ZONA NORTE

5	Circulo Catolico Operários Portuense R. Duque de Loulé, 202 — Porto	Porto, Vila Real e Bragança	12 às 24
6	Sindicato dos Empregados de Escritório Rua do Poço/Matriz — Viana do Castelo	Viana do Castelo e Braga	18 às 24
7	Deleg. Sindicato Bancários Av. Dr. Lourenco Peixinho, 50-4.º, Sala 2/trás — Aveiro	Aveiro, Viseu, Guarda e Coimbra	18 às 24

O PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

FRANCISCO DIAS BERNARDINO

Nacional

AMANHÃ, 19 E 30

Primeira grande manifestação da frente unida revolucionária

«R volução sim, Governo de direita não» será uma das palavras de ordem que vão soar, amanhã, quarta-feira, nas ruas de Lisboa, quando a Frente Revolucionária, resultante da união de oito partidos e organizações políticas progressistas, pela primeira vez realizar uma manifestação. Com concentração às 19.30 h no Cais do Sodré, os manifestantes partirão rumo a Belém onde além de outros pontos virão exigir a imediata dissolução da Assembleia Constituinte.

Conforme noticiado na nossa última edição, a Frente é constituída pelos seguinte partidos e organizações: 1.º de Maio, P.C.P., F.S.P., M.D.P./C.D.E., P.R.P./B.R., M.E.S., L.U.A.R. e L.C.I. que assinaram o documento que ficará conhecido como «Plataforma do 25 de Agosto»: e se propõe iniciar uma ofensiva revolucionária contra a escalada do fascismo.

AVANÇO CONTRA A REACÇÃO

A esta união da esquerda têm chegado significativos apoios de trabalhadores, salientando-se a tomada de posição da Federação Nacional dos Sindicatos Metalúrgicos (com 200 mil associados) que considera a formação da Frente como um «passo adiante contra a reacção fascista e social democracia e todos os inimigos da classe operária», en», enquanto o Conselho de Defesa dos Trabalhadores da Lisnave afirma que «no actual momento político, é a única forma de deter a ofensiva contra-revolucionária e de impulsionar o avanço decisivo da revolução socialista».

Por seu turno, partidos signatários da «Plataforma do 25 de Agosto» mitiram comunicados sobre o significado político do acordo. O M.E.S., através do seu secretariado da Comissão Política Nacional, manifesta «a sua firme disposição de não poupar energias para que o processo agora iniciado conduza à formação de uma frente política capaz de unir na acção, ao nivel nacional, em volta de um programa de unidade revolucionária, todos os partidos, organizações e miilitantes revolucionários», apelando aos seus aderentes e simpatizantes, às organizações partidárias e populares para aderirem a «esta histórica decisão e a todas as iniciativas que vier a tomar».

O M.D.P./C.D.E. refere que a evolução do processo revolucionário tem conduzido para «profunda urgência de concretizar, reforçar e ampliar a unidade e cooperação de todas as forças revolucionárias, civis e militares», adiantando que a existência de uma larga aliança contra-revolucionária veio tornar ainda mais imperiosa a conjunção das forças políticas progressistas, no sentido de assegurar uma larga frente de combate contra a reacção.

PROJECTO REVOLUCIONÁRIO

A L.C.I., por seu turno, declara que «discorda, como organização independente, na formulação concreta de alguns pontos do acordo que estabeleceu com as organizações mencionadas», na medida em que «um acordo significa, em geral, cedências em questões que não vão contra os princípios políticos daqueles que o estabelecem». A L.C.I. menciona, como ponto de discordância, o caso da integração do M.F.A. numa «frente dos organismos do poder operário e popular, dos partidos operários e revolucionários», dado que «o M.F.A., tal como tem existido, não pode nem deve ser considerado como uma frente revolucionária e, portanto, integrável numa frente revolucionária». Este partido faz, no entanto, a distinção relativamente ao M.F.A.: «Não se trata, pois, realmente do M.F.A. no acordo, mas dos seus praças, sargentos e oficiais progressistas e revolucionários».

CRÍTICA À INFORMAÇÃO

O P.R.P.-B.R. refere que se trata de «uma frente contra o capitalismo, contra o imperialismo, inimigo principal do proletariado português» e que «o projecto à volta do qual se forma esta frente é um projecto revolucionário, qualquer projecto reformista já demonstroubem a sua inviabilidade». Considerando prioritária a unidade de classe operária no actual momento, o P.R.P.-B.R. adianta quw «é sectária a posição de organizações que sacrigicam essa unidade ao julgamento das outras em termos absolutos», contudo, reserva-se o direito, como partido, de ter relações bilaterais cpm todas as organizações que entender.

Aproveita o P.R.P.-B.R. para apelar á necessidade de «pôr cobro de uma forma revolucionária ao desmando que reina na informação e que é abuso do público. Considera este partido particularmente abusiva a forma como o Copcon foi caluniado em certos meios da Informação, que assim assumem, aventureiramente, a responsabilidade de brincar com o equilíbrio militar do país e de caluniar perante a opinião pública oficiais que há longos meses têm estado na prática, ao lado dos trabalhadores, como o demonstraram estar quando, em resposta rápida ao «Documento dos nove» criaram o «Projecto de Trabalho do Copcon», tomando assim a iniciativa de travar o passo à social-democracia».

SUPERAR AS DIVISÕES PARTIDÁRIAS

O P.C.P. e a L.U.A.R., embora não tenham divulgado comunicados sobre a formação da Frente Revolucionária, em tomadas de posição anteriores afirmavam a sua disposição de participar numa união das forças progressistas com o intuito de deter a escalada reaccionária. Em conferência de imprensa, no dia 20, o secretário geral do P.C.P., Álvaro Cunhal, afirmou nomeadamente que «é necessário que todas as forças que afirmam querer salvaguardar as liberdades e se dizem interessadas no prosseguimento do processo revolucionário suspendam os ataques recíprocos, e ponham, pelo menos temporariamente, em segundo plano as suas divergências e procurem considerar em comum e de forma construtiva os problemas capitais do momento presente».

A L.U.A.R., por sua vez, em comunicado emitido no dia 22, salientava que «há momentos históricos em que opções em jogo no campo da luta de classes ultrapassam as personalidades e até certas de determinadas instituições, polarizando-se em dois extremos antagónicos entre os quais parece ser necessário escolher, em termos inadiáveis. (...) O campo da L.U.A.R. será sempre aquele que nos permitirá resisitr às investidas da burguesia nacional e estrangeira, defender o conquistado pelas massas populares levando cada vez mais a novas conquistas e, assim, dar passos sempre em frente em direcção ao poder pelos trabalhadores e à construção de um socialismo que não se confunda com nenhuma aberração alienante de carácter burocrático ou capitalista de Estado».

A F.S.P., e a organização «Primeiro de Maio», não divulgaram comunicados, até à hora de fecho desta edição.

O P.S. contra a Frente—porquê?

. Uma imediata arrumação das diversas forças políticas actuantes na cena política portuguesa oferece-nos desde logo a imagem de dois grandes blocos: o bloco da direita, o bloco da esquerda. E isto não releva de qualquer maniqueísmo, que não somos maniques. É apenas a imagem mais imediata que facilmente se retira de um primeiro relance pela cena portuguesa onde as diversas organizações políticas se movem, e sobretudo do que tem sido nos últimos tempos (dias, semanas, meses) a intervenção de cada uma dessas organizações perante os problemas que se levantam nas diversas situações criadas ao longo de uma evolução feita de crises, impasses, recuos e avanços. Certo que existe ainda um terceiro bloco, pelo menos, aquele que se recusa sistemática e algumas vezes ostensivamente a integrar-se num deles, quer dizer, o da esquerda, ou por dificuldades intrínsecas, ou por declarada relutância em relação a pelo menos um dos seus componentes, o Partido Comunista Português, que já se vê (e referimo-nos aos agrupamentos m-l, da U.D.P. ao M.R.P.P. ao P.C. de P. (m-l), ou a A.O.C., não se sabe ao certo que diferença é possível assinalar entre os dois).

Assentemos nisto: existem dois grandes blocos e o lugar de ruptura fica entre o P.C.P. e o P.S. Foi o próprio P.S. quem criou este lugar, este espaço de ruptura, onde durante algum tempo se pensou estava a criar-se um abismo, um vazio. O P.S. recusará evidentemente este esquema simples. Todavia é evidente que este esquema simples corresponde a uma indesmentível realidade. E se dúvidas tivéssemos de que o P.S. há muito se situa no bloco da direita, bastar-nos-ia o comunicado que ele ontem emitiu para as tirar.

Trata-se de uma intervenção a propósito da criação, ontem, da chamada Frente Unitária Popular, para onde convergiram, como desde ontem se sabe, o P.C.P., o M.D.P., a F.S.P., o M.E.S., a L.C.I., o P.R.P.-B.R. a L.U.A.R. e o jornal «1.º de Maio». O P.S. pronuncia-se sobre isto mas, antes de o fazer, começa por recordar o pacto que em tempos algumas organizações políticas (entre as quais o P.S., o P.P.D. e o C.D.S.) assinaram com o M.F.A. Lembra a propósito, que assinaram o P.C.P. e o M.D.P. também. E é então que declara abertamente que a criação desta frente tem por «finalidade» nada menos do que «renegar o pacto» (com o que pretende naturalmente atingir acusadoramente as duas organizações citadas, estranhando-se evidentemente que omita a F.S.P., signatária igualmente do pacto em questão. Mas, mais: para o P.S., não se trata apenas de renegar o pacto, trata-se também de «instaurar em Portugal, contra a vontade popular expressa nas eleições, um confuso esquema anarco-populista dito «Poder Popular», através do qual se pretende transplantar para Portugal, de forma canhestra e antinatural, os modelos organizativos de alguns movimentos anticolonialistas das ex-colónias portuguesas. Todavia — acrescenta o comunicado que o P.S. emitiu — como Portugal não é África, tal como África não é Portugal, o P.S. repudia qualquer tentativa de se «angolizar» Portugal e mantém-se fiel à democracia política, económica e social sonsagrada no pacto celebrado com o M.F.A.»

. Comentando o texto, «O Século», na sua edição de hoje, faz a propósito uma observação extremamente pertinente: diz que o P.S. fala de «angolização» para iludir os portugueses desprevenidos. Porque é que o P.S. refere o caso angolano (onde, por todas as razões excepto, evidente por causa do «poder popular» que o M.P.L.A. preconiza, existe neste momento uma guerra civil de proporções e consequências incalculáveis) e não o de Moçambique ou Guiné-Bissau, onde os esquemas organizativos da Frelimo ou do P.A.I.G.C. são praticamente os mesmos que os do M.P.L.A.? Porque, evidentemente, pretende «assustar» (a expressão é nossa) os incautos com o fantasma da «guerra civil» que é aliás, um dos seus mais fortes argumentos de há alguns meses a esta parte.

Mas há mais, naturalmente. Quando o P.S. declara que «Portugal não é África, assim como África não é Portugal», está pura e simplesmente a recusar as lições da História, a recusar os ensinamentos que se torna necessário extrair dos processos consequentes dos povos que conseguiram libertar-se do domínio estrangeiro, da subjugação imperialista. Como se o problema em Portugal não fosse precisamente esse: o de conseguir pelos seus próprios meios e rompendo com os blocos dominantes (com um desses blocos, para já) a sua autonomia, a sua libertação e a sua independência. Como se esta possibilidade de «sermos África» (e somos Europa, como? — acaso o problema português terá alguma identidade com o problema da generalidade dos países europeus agenciados pelo imperialismo?), como se isso de «sermos África» tivesse para nós qualquer coisa de pejorativo ou ultrajante...

Um destes dias, o órgão oficial do P.S., o «Portugal Socialista» titulava com o que supomos ser uma afirmação de Salgado Zenha, segundo a qual, parafraseando bastante mal Lenine, o «africanismo» seria a «doença infantil da democracia portuguesa». Esquecia-se o «Portugal Socialista» que a paráfrase leninista, se tem aplicação plausível, tem-na sobretudo em relação àquele grupo de oficiais que subscreveram ou apoiaram o chamado «Documento dos Nove» (esses mesmos e esse mesmo documento que o P.S. empenhadamente apoiou).

É evidente que o P.S. não está a compreender muito bem o que actualmente se passa em Portugal. Ou, se compreende, não lhe interessam absolutamente nada toda e qualquer solução para os grandes problemas que ponham decididamente em causa a sua hegemonia possível como grande (o maior) partido político português. Toda e qualquer solução que ponha em causa esta hegemonia que ele quer exercer a todo o custo parecer-lhe-á naturalmente uma «forma canhestra e antinatural» de organizar os trabalhadores, a classe operária, o proletariado, façamos um pouco de demagogia verbal: os explorados e orpimidos) na sua luta contra a burguesia, a exploração, a opressão. Isto não é uma supresa para os obervadores mais atentos. Há muito que o P.S. desistiu de um projecto político tendente a levar ao Poder aqueles que sempre a ele estiveram simplesmente submetidos; (ao Poder, até agora; ao P.S., se entretanto o P.S. se apoderar do Poder para prosseguir o seu duplo e ambíguo projecto de «socialismo em liberdade», de social-democracia).

L.M.R.

As actividades de Carlucci

Sectores não oficiais, mas bem informados, confirmam que o sr. Frank Charles Carlucci III, embaixador dos Estados Unidos da América em Portugal esteve em franca actividade nesse passado fim-de-semana.

Carlucci, apontado como emérito «desestabilizador» de Governos, esteve em contacto com a Presidência da República e com elementos ligados ao «documento dos nove».

Aliás, nenhum desses encontros foi negado pela Embaixada, que ontem enviou um telex aos jornais no qual desmentia apenas a sua viagem para os Estados Unidos, na noite de domingo, facto que foi apontado num comunicado do Movimento de Esquerda Socialista, que chegou a ser divulgado.

Na conversa mantida com o Presidente Costa Gomes, Frank Carlucci terá proposto um «negócio» que interessa bastante ao seu país: ou Portugal muda imediatamente de Governo ou os Estados Unidos não fornecerão os aviões necessários para o estabelecimento de uma ponte aérea entre Angola e Lisboa, para a evacuação de 300 000 colonos que estão à espera de transporte para o regresso. Devido ao grande número de pessoas que querem voltar, e à premência de tempo que exige uma solução acelerada, somente os Estados Unidos e a União Soviética possuem a quantidade suficiente de grandes aviões para empréstimo imediato, que respondam a essa necessidade urgente. A suspensão da ponte aérea ou o retardamento no embarque daqueles que desejam regressar, além dos problemas que causam ao Governo Português, ainda traz inconvenientes ao M. P. L. A. que pernance impossibilitado de avançar em certas zonas por causa da presença de muitos colonos que ainda não sairam desses pontos estratégicos, e que fatalmente seriam envolvidos nas batalhas.

Um segundo assunto tratado com Costa Gomes terá sido a dependência da concessão de empréstimos e auxílios a situações, em Portugal, que sejam do agrado dos srs. Gerald Ford e Henry Kissinger.

Também não seriam estranhos a presença de Carlucci junto da Presidência da República, os problemas surgidos com os comunicados divulgados pela rádio no passado domingo.

Já não é a primeira vez que o sr. Frank Charles Carlucci III aparece envolvido em situações que indicam a sua ingerência em assuntos que dizem respeito exclusivo à política interna portuguesa. Desde a sua chegada a Lisboa, em Setembro do ano passado, o embaixador dos Estados Unidos já foi acusado, por diversas vezes, de intromissão em assuntos que, «a priori», não deveriam ser da alçada da Embaixada americana.

Em meados do mês de Dezembro de 1974, numa conferência de Imprensa no Palácio Foz, Frank Carlucci tentou, sem convencer, provar aos jornalistas presentes que todas as acusações que lhe eram dirigidas não tinham fundamento.

Nessa mesma conferência de Imprensa negou ser um dos agentes da C. I. A. em Portugal, falou em programas de auxílio patrocinados pelo seu país para ajudar a economia portuguesa, disse que nunca havia ouvido falar no iate «Apollo» e afirmou, peremptoriamente, que desconhecia qualquer actuação da Central Intelligence Agency em Portugal. Essa última afirmação feita em Dezembro do ano passado, contrasta frontalmente com recentes declarações dos próprios jornalistas norte-americanos que se encontram a trabalhar em Lisboa, onde afirmam ter encontrado vários agentes da C. I. A. que haviam conhecido no Chile, no Vietname, no Laos e no Camboja, pelas ruas, pelos hotéis e pelos meios políticos portugueses.

Nacional

Manifestações unitárias no Porto

"CONTRA O FASCISMO/CONTRA O IMPERIALISMO"

. PORTO, 26 — «Precisamos de um Exército disciplinado, um Exército cuja força essencial se baseie na unidade dos Soldados, Marinheiros e Oficiais Progressistas com a Classe Operária e sob a sua direcção; um Exército que se oponha ao fascismo e ao imperialismo, que se oponha a todos os imperialismos, um Exército ao serviço da Independência Nacional e da Revolução» — foi dito ontem, ao fim da tarde, perante milhares de pessoas, junto ao Q. G. do Norte, por um dos membros que integraram a manifestação unitária e popular convocada na sequência de um plenário de Comissões de Moradores e Trabalhadores e Bairros Camarários e a que aderiram a F. E. C. (M.-L), F. S. P., L. C. I.; M. E. S.; P. R. P. (B. R.) e U. D. P..

Esta, foi uma das manifestações que teve lugar na cidade do Porto, onde, quase à mesma hora, e separadas por uns 500 metros, uma outra decorria (também unitária), promovida pela comissão executiva da manifestação unitária das estruturas populares que teve o apoio do P. C. P. e decorreu na Praça General Humberto Delgado, enquanto decorria outra na Praça da Liberdade. Cada qual tinha bem entendido as suas palavras de ordem. Assim, a da Praça Humberto Delgado era de «apoio ao Brigadeiro Corvacho», «contra as pressões militares de direita», «contra a reacção, contra as violências fascistas e pela defesa da liberdade», pela «unidade do M. F. A.» e pela «Unidade de todas as forças que estão com a Revolução». A segunda, na Praça da iberdade, exigia igualmente o regresso do Brigadeiro Corvacho, a «execução imediata do documento do Copcon» e «a libertação imediata dos soldados antifascistas presos» e a sua «reintegração nas fileiras».

ESCOLA OFICIAL DE EDUCADORES DE INFÂNCIA

Na sua reunião do último sábado, o Conselho Municipal da Câmara aprovou uma moção cujo teor é o seguinte: Considerando que na cidade do Porto não existe escola oficial que forme educadores de infância; Considerando que tal falta resulta num real prejuízo para as crianças da cidade; Considerando que existem condições humans (corpo docente e discente) suficientes para porém em funcionamento imediatamente essa escola, o Conselho Municipal da Câmara decide solicitar ao M. E. I. C. que oficialize urgentemente a abertura dessa escola; que essa escola seja na cidade do Porto; e, por último que de todo o apoio as alunas e professoras que esforçadamente se empenham na obra, não só ao 1.º ano, como foi prometido, mas, sim garantindo o curso complementar.»

INICIATIVAS DE ÓRGÃOS DE PODER LOCAL

Na sala de reuniões amplas da secção do Bonfim, do Partido Socialista, realiza-se, amanhã, às 21,30 horas, uma sessão de esclarecimento e debate sobre o funcionamento e estruturação de órgãos de poder local.

Na sexta-feira, às 21,30 horas, nos «Pauliteiros de Nevogilde», haverá um plenário geral de moradores e trabalhadores, convocado pela Comissão Revolucionária de Moradores da Rua do Fez e Travessa da Igreja de Nevogilde — a trabalhar directamente com o saal/Norte — para serem discutidos problemas relativos a habitação, formas de luta a adoptar e eleição de uma comissão de moradores.

Por último, sábado, na Junta de Freguesia de Perosinho, em Vila Nova de Gaia, serão empossadas, pela respectiva comissão administrativa, as comissões de moradores daquela freguesia, recentemente eleitas em diversos plenários.

GRÁFICOS DO NORTE

. Num comunicado dimanado do Sindicato dos Trabalhadores Gráficos dos Distritos do Porto, Bragança e Vila Real, denuncia-se que «o patronato gráfico tenta mobilizar os trabalhadores para uma manifestação junto ao Quartel-General, sobre os livros didácticos», e que tais sindicatos não têem qualquer conhecimento, nem foram contactados sobre qualquer manifestação.

Assim, são convocados os delegados sindicais, comissões de trabalhadores e comissões de controlo de empresas ligadas ao problema do livro didáctico, para uma reunião a realizar no Sindicato do Porto, hoje às 21, 30 horas.

SER OU NÃO SER DA C.I.A.

. PORTO, 26 — Suspeito de pertencer à C.I.A., o jornalista alemão Georg Horct Peter Dehmel, ao serviço da N.B.C., foi «convidado» a acompanhar um grupo de populares ao Quartel-General do Porto.

O incidente verificou-se na noite de ontem por altura de uma manifestação naquela cidade e no momento em que Peter Dehmel se preparava para filmar.

Entretanto, e segundo um porta-voz do Q.G. do Porto «não se provou nada».

O jornalista, que chegou a fazer uma breve paragem no Hospital de Santo António, para tratamento a diversas escoriações, acabaria por passar pela 6.ª Esquadra da P.S.P. O relato que fez, do incidente, obrigará a procedimento judicial: o lesado afirma que, na confusão, ficou sem a sua máquina de filmar a que atribui, com os filmes perdidos, o valor de 330 contos.

Por outro lado, testemunhas oculares declararam, na P.S.P., que Peter Dehmel disparara na ocasião, cinco tiros para o ar. Esta atitude é no entanto refutada pelo jornalista, que afirma não possuir qualquer arma, da mesma forma que nega pertencer à C.I.A.

Georg Horct Dehmel tem 40 anos é casado e natural de Berlim, onde reside.

NOTAS FALSAS PORTUGUESAS EM ESPANHA

. BADAJOZ (ESPANHA), 26 — (F. P.) — Apareceram em Badajoz notas falsas de mil escudos portugueses, introduzidas segundo parece, por turistas portugueses que diariamente chegam a esta cidade para efectuarem compras.

A agência noticiosa espanhola «Europa Press» assinala que o conhecimento do facto se deu quando um habitante de Badajoz se deslocou a uma cidade portuguesa próxima da fronteira e pagou a sua despesa com uma nota de mil escudos, que havia adquirido em Badajoz, pelo que foi interrogado pela Polícia Portuguesa para explicar como obtivera essa nota, visto ser falsa.

AGRAVA-SE A SITUAÇÃO EM TIMOR

Intervenção internacional inevitável?

— É extremamente grave a situação emTimor, de acordo com as notícias difundidas pelas diversas agências internacionais. Os combates entre os movimentos rivais — Fretilin e UDT — prosseguem nas ruas de Dili, onde jazem numerosos cadáveres.

Um comunicado da Presidência da República dá conta de que a cidade se encontra dividida em três sectores, consoante as forças que os controlam: a UDT, na zona oeste definida pelo monumento da Casa Victória, Polícia Militar e matadouro; a Fretilim na zona a leste dessa linha, abrangendo todos os quarteis de Dili a a zona comercial; o Governo de Timor numa zona neutra abrangida pelo porto e parte do bairro militar, estando forças da Armada e pára-quedistas aquartelados na rádio e no porto.

Alguns emissários portugueses devidamente identificados, circulam na cidade durante o dia, com aceitação das forças em presença, acrescenta o comunicado que informa ainda que milhares de timorenses e chineses continuam refugiados na zona portuária e da igreja, estando retidos pela Fretilin alguns militares portugueses em Aileu e onze outros em Maubisse. Todos se ancontram bem, desconhecendo-se, no entanto, a sorte de outros detidos na sua maioria da UDT, entre os quais o ex-comandante da P.S.P. em Dili.

Entretanto, seguiram para Darwin, na Austrália, a fim de se reunirem a dois elementos da delegação portuguesa que ali se encontram para negociações com as forças políticas de atimor, o brigadeiro Oliveira Rodrigues e o major Rui Ravara.

Face à gravidade da situação, foram reiterados os esforços diplomáticos junto da O.N.U. e dos países mais próximos de Timor — Austrália e Indonésia — no sentido de ser auxiliada a evacuação dos milhares de refugiados que ainda se encontram na zona neutra, bem como a sua intervenção para a criação de um clima de paz e de diálogo — conclui o comunicado da Presidência.

INCÓGNITA A PARTIR DE AMANHÃ

LONDRES, 26 — (R) — O governador do Timor português, coronel Lemos Pires, advertiu o Governo de Lisboa de que só se poderá manter até amanhã no território, onde se trava uma guerra civil.

Revelou que recontros armados continuavam ainda entre grupos políticos rivais em Dili, e que a situação se agravava.

O coronel Lemos Pires lançou um apelo ao Mundo pedindo medicamentos, médicos e enfermeiras e concluiu dizendo que não se conheciam números precisos acerca de vítimas, desde que a guerra civil rebentou no princípio de Agosto, devido aos cadáveres estarem a ser quimados para se evitarem epidemias.

NOVA CARTA A WALDHEIM

NAÇÕES UNIDAS, (NOVA YORK), 26 — (AR/ANI) — O Secretário Geral da O.N.U., Kurt Waldheim, recebeu ontem uma carta do ministro português dos Negócios Estrangeiros, Mário Ruivo, sobre o «assassínio de centenas de habirantes, incluindo mulheres e crianças», em Timor. Esta carta, datada de sexta-feira, fi a segunda que Mário Ruivo dirigiu a Waldheim em curto espaço de tempo.

No prefácio da missiva, o ministro diz que uma das facções, a Fretilin, tinha dificultado a evacuação dos refugiados, bombardeando com morteiros a área do porto, na sexta-feira,.

«Cinquenta estrangeiros são mantidos no interior como reféns. Se a situação não melhorar, a intervenção internacional pde tornar-se necessária, para o que os bons oficios em vossa excelência serão indispensáveis» — sublinha Mário Ruivo.

Um porta voz declarou, contudo, aos jornalistas que havia indicações de que «a carta fora ultrapassada pelos acontecimentos subsequentes».

Waldheim informou-se da situação de Timor junto do representante australiano, Duncan Campbell, e reuniu-se com Almeida Santos, enviado especial do presidente Costa Gomes.

Almeida Santos partiu ontem à noite para Lisboa, onde decidirá se se deslocará à Austália e Indonésia para conversações sobre as operações de evacuação de refugiados, segundo declarou um membro da missão portuguesa junto das Nações Unidas.

POSIÇÃO DA INDONÉSIA

DJAKARTA, 26 — (FP/R) — Um certo número de navios indonesios largou para Dili, a fim de colaborarem na evacuação dos refugiados, indicou o tenente-general Ali Murtopo, chefe-adjunto dos Serviços de Segurança Indonésios. Recusou-se todavia a precisar se se trata de navios mercantes ou militares.

O tenemte-general Murtopo declarou, por outro lado, que o seu país autotizara os refugiados da parte portuguessa de Timor a passarem para a região ocidental da ilha sob soberania da Indonésia explica que essa decisão obedecera a razões puramente humanitárias.

Ali Murtopo, declarou ainda aos jornalistas que a Indonésia não desejava ser condenada por causa de Timor português.

«Não queremos ser os maus neste caso», disse.

«Queremos ajudar a ajudar a restabelecer a paz, mas posso garantir-vos que não empregaremos a força para solucionar este problema».

O general Murtopo declarou que a Indonésia havia concordado em enviar um navio para evacuar refugiados da colónia e isto estava a ser tratado pelo Ministro das Comunicações.

Entretanto um comunicado do Ministério dos Negócios Estrangeiros, indonésio publicado em Djakarta, lamenta a incapacidade das autoridades portuguesas de Dili em assegurarem a ordem no território.

O comunicado indica, por outro lado, que a evacuação dos refugiados de Timor não pode ser dissociada dos esforços desenvolvidos no sentido de restabelecer a paz e a ordem naquela região, acrescentando que a Indonésia pediu a Lisboa «para agir em função da situação».

SITUAÇÃO «DOS REFUGISDOS

DARWIN, 26 — (R) — Refugiados espavoridos que chegaram a Darwin idos de Timor português descreveram tiroteios, cadáveres estandidos nas ruas, assaltos a lojas, indêncios casas e constantes lutas com armas ligeiras na guerra civil da colónia.

Um total de 1170 refugiados chegou no navio norueguês «Lloyd Bakke» de Dili, na maioria timorenses mistos, mas incluindo também 247 portugueses.

O comandante do «Lloyd Bakke», Arvid Hoiberg, declarou que os refugiados lhe disseram que havia muitos cadáveres nas ruas, mas não puderam tocar-lhes ou enterra-los por recéio de serem atingidos pelas balas.

Entrevistas com alguns dos refugiafos sublinharam a confusão que domina a guerra civil em Timor.

Cerca de metade dos refugiados, que incluem 160 soldados portugueses, gostariam de ficar na Austrália, de acorbd com o ministro da Austrália do Norte, dr. Rex Patterson, que chegou a Darwin para assistir ao desenbarque dos refugiados.

O dr. Patterson declarou que os refugiados receberam vistos para uma semana e todos foram instalados para passar a noite.

«Durante a semana, serão tratados, alimentados e vestidos», disse. Estão a ser feitos preparativos para transportar muitos dos refugiados destinos fora do País.

Um informador da companhia aérea australiana «qantas» declarou, em Sydney, que um «Boeing 747» (Jumbo) fretado pelo Governo Português, deveria partir hoje à tarde de Darwin para Lisboa, com escalas para reabastecimento em Bombain e Atenas.

Disse que o avião era esperado em Lisboa cerca das 4 horas da madrugada de amanhã, dia 27 de Agosto.

O informador acrescentou que haviam sido feitos preparativos para transportar 357 cidadãos portugueses no avião.

ARNALDO DE MATOS EM COMÍCIOS DO M.R.P.P.

— Sob o tema central «Nem fascismo, nem social-fascismo, Governo Popular», o Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado (M.R.P.P.) leva a efeito diversos comícios populares, com a participação de Arnaldo Matos, seu secretário-geral. Entre os comícios já programados, contam-se os seguintes: Almada, amanhã, às 21 horas, no Pavilhão da Escola S. António Costa; Vila Franca de Xira, dia 29 de Agosto, às 21 horas na praça de touros; e Setúbal, dia 5 de Setembro, às 21 horas, também na praça de touros.

PORTUGAL NO F.M.I.

Através do Banco de Portugal, o nosso país passa a participar na Conta de Saque Especial criada no âmbito do Fundo Monetário Internacional (F.M.I.), com o objectivo de aumentar o volume dos meios de pagamento internacionais.

É de referir que, neste momento, a nossa contribuição para o F.M.I. eleva-se a 145 milhões de dólares, 36 dos quais correspondem à nossa subscrição em ouro. Passamos deste modo a ter direito imediato aos 25 por cento da quota subscrita em ouro, e a sucessivos montantes anuais do mesmo valor, até o limite de 181 milhões de dólares, o que nos dará disponibilidade para fazermos face aos compromissos externos.

Nacional

PARA QUE A REVOLUÇÃO MARCHE

APOIO DO POVO E DOS TRABALHADORES AO PRIMEIRO—MINISTRO E AO V GOVERNO

De todo o país nos afluem testemunhos inequívocos de apoio ao V Governo Provisório, ao Primeiro-Ministro, general Vasco Gonçalves, bem como aos documentos difundidos pelo secretariado do M.F.A. da Armada e dos sargentos da Força Aérea. Moções aprovadas nos próprios locais de trabalho ou em plenários de comissões de moradores e assembleias populares. Enquanto isto, decorreu, ontem, no Porto, conforme assinalamos noutro local, uma manifestação unitária de apoio ao brigadeiro Corvacho e contra o imperialismo e o fascismo para que o primeiro desapareça, já, do nosso país e o outro (o fascismo) não retorne, porque o povo, os trabalhadores rejeitam qualquer fórmula ou processos palacianos que os possa conduzir ao estigma das últimas cinco décadas.

Assim, a Comissão de Trabalhadores e Unidade da Magueija (Alverca do Ribatejo), «atendendo a que a crise político-militar exige que se tomem medidas para a unidade do M.F.A. e de todas as forças progressistas interessadas no processo revolucionário em curso decidiu apoiar os comunicados da Presidência da República e da 5.ª Divisão nas medidas preconizadas neste sentido. Por seu turno, a comissão de delegados sindicais do Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa apoia o comunicado difundido no domingo pela 5.ª Divisão do EMGFA e considera «estranho que o mesmo tenha sido suspenso». Nas considerações que o comunicado que nos foi enviado tece a propósito da actual conjuntura e das manobras de bastidores «nas costas do ovo português», a mesma comissão de delegados afirma que «a presente situação política do país exige o respeito pelas estruturas revolucionárias e democráticas do M.F.A.; a unidade do M.F.A. em torno de um programa que resulta do documento do Copcon e do programa de defesa da Revolução apresentado pelo V Governo; o reforço da ordem social e actuação firme das Forças Armadas e militarizadas contra elementos e organizações que têm criado um clima de violência e posto em perigo as liberdades democráticas; o apoio ao V Governo e às medidas por este decretadas; a reestruturação e democratização das Forças Armadas; e a urgente efectivação do projecto de aliança povo/M.F.A.

APOIO DE METALÚRGICOS A 5.ª DIVISÃO DO EMGFA

Por seu turno, a Federação Nacional dos Sindicatos Metalúrgicos, quando o departamento em causa ainda não estava suspenso como noutr local assinalamos relativamente à decisão do Conselho da Revolução ontem tomada, enviou-nos um telegrama de apoio à 5.ª Divisão do EMGFA criticando a posição assumida pela Presidência da República. É este o teor do mesmo: «Federação Nacional Sindicatos Metalúrgicos, representando cerca 200 mil operários, saúda e apoia calorosamente decisões anunciadas comunicados 5.ª Divisão, 24 Agosto. Estranha e lamenta papel negativo posteriores posições Presidência República que nada contribuem clarificação situação política, aumentam confusão e descrença. Denotam hesitações que é preciso superar de vez para que, Revolução avance. Há que escolher a barricada.

Em frente, contra ofensiva fascisto-social-democrata. Em frente, contrao capital, em frente, pelo socialismo. Venceremos!».

Os trabalhadores da Henska (Portuguesa) também exigem, em documento que nos foi endereçado sob forma de moção que «seja dado, por parte do M.F.A., todo o apoio ao V Governo Provisório e lhe seja reiterada toda a confiança; que as forças militares e militarizadas exerçam a sua actividade na repressão da onda de terrorismo fascista e que cessem as declarações e manobras divisionistas de alguns elementos do M.F.A., afirmando simultaneamente o apoio e confiança no general Vasco Gonçalves e no Governo.

Também num plenário de comissões de moradores efectuado em S. Julião do Tojal, foi aprovada, por unanimidade, uma moção de apoio ao general Vasco Gonçalves e ao seu discurso proferido em Almada.

Um grupo de trabalhadores da CEL, Amadora, enviou-nos, igualmente, um telegrama repudiando energicamente «a tentativa de golpe divisionista» forjada pelo sector militar que considera defensor do imperialismo internacional e da exploração dos trabalhadores, apoiando, noutro passo, veementemente, o V Governo Provisório. Por outro lado, o plenário da Comissão Coordenadora da Junta de Freguesia de Palhais «reprovou, por unanimidade, o chamado Documento Melo Antunes, considerando-o divisionista nas consequências de instabilidade política que ocasionou, tornando-o responsável por confrontações armadas que eventualmente venham a surgir». Numa outra moção aprovada e enviada ao Copcon, o plenário exige que, por parte daquela organização militar, «sejam tomadas medidas drásticas para suster, de vez, os atentados da reacção contra o processo revolucionário, preconizando para isso a prisão imediata e julgamento popular dos reaccionários comprovados».

E, de muitos outros que nos foram endereçados, salientamos, ainda, o da direcção do Sindicato de Lanifícios e Vestuário do Sul que, entre outras coisas, assinala: «A aliança das forças anti-operárias tem sido feita, fundamentalmente sob a bandeira da social-democracia e do chamado «documento Melo Antunes», capa que pretendia esconder a ofensiva de direita que nos conduziria, mais cedo ou mais tarde, ao fascismo. Face a esta ofensiva e unidade dos exploradores, torna-se urgente e necessária a unidade na acção de todos os revolucionários e trabalhadores explorados».

Na impossibilidade óbvia de darmos detra de forma a muitos outros comunicados e moções que nos foram enviados, quer de apoio ao Primeiro-Ministro, general Vasco Gonçalves, quer de aprovação às tomadas de posição assumidas e publicamente divulgadas da Comissão Nacional de Sargentos e dos mesmos da Força Aérea, bem como à 5.ª Divisão do Estado-Maior-General das Forças Armadas, referimos aqui os documentos expressivos das comissões administrativas da freguesia, da comissão de moradores, trabalhadores e ligas Agrícolas de Torres Vedras (assembleia distrital), de um grupo de trabalhadores da Socinca, Phillips Portuguesa (Carnaxide), Marconi (também grupo de trabalhadores), Tofa, e moradores do Bairro de Santas Martas (Algés).

COMO FUNCIONAM AS CAUSAS DE DESPEDIMENTO INDIVIDUAL

A propósito do recente decreto-lei que veio regulamentar o despedimento individual, o Ministério do Trabalho emitiu um esclarecimento sobre as causas que podem ser invocadas pela entidade patronal para fazer cessar o contrato de trabalho, bem como o respectivo processo e meios de defesa.

Como se sabe, aquele diploma proíbe os despedimentos sem qualquer justificação. Querendo despedir um trabalhador, a empresa terá de alegar e provar que existe para isso «justa causa» ou «motivo atendível». São estes conceitos que a nota do Ministério do Trabalho procura esclarecer.

«A justa causa é a infracção disciplinar grave, devidamente provada em processo disciplinar em que devem ser ouvidas as entidades representativas dos trabalhadores» (comissões de trabalhadores, segundo ulterior proposta de modificação daquele Ministério). Para garantir a devida apreciação da gravidade da infracção disciplinar, o respectivo processo deve ser escrito, o trabalhador deve ser ouvido, devem ser feitas todas as diligências que este requerer e, finalmente, a decisão só pode ser proferida quinz dias após a emissão do parecer das entidades representativas dos trabalhadores. As exigências referidas (...) garantem, em princípio, que um despedimento com justa causa só se verificará quando a infracção disciplinar for efectivamente grave e impedir o convívio do trabalhador na empresa, juntamente com os seus camaradas de trabalho».

Da decisão que for tomada tem o trabalhador direito a recorrer. Reconhecendo-se que ele tem razão, ou seja, que a «justa causa» não existia, tem direito a ser reintegrado na empresa, e a receber todas as prestações pecuniárias que deveria ter recebido se estivesse efectivamente ao serviço.

Da leitura do «esclarecimento» verifica-se que fica por esclarecer qual o critério para avaliar da «gravidade» da infracção susceptível de constituir «justa causa».

Se quiser invocar «motivo atendível» para provocar um despedimento, o patrão, terá de justificar por escrito o motivo que invoca e a impossibilidade de colocar o trabalhador noutra actividade. Terá ainda de consultar as entidades representativas dos trabalhadores. Se se concluir que o motivo é «atendível» o despedimento torna-se eficaz três meses após a comunicação ao trabalhador. No caso de este recorrer e se vier a concluir que o motivo não era válido, o trabalhador será reintegrado com todos os seus direitos.

Segundo o Ministério do Trabalho, a aplicação dos meios de controlo dos despedimentos previstos no decreto-lei dependem, «fundamentalmente da vigilância das entidades representativas dos trabalhadores, e, em primeira linha, das comissões de trabalhadores ao nível de empresas. Por outro lado — adianta — tal actividade está profundamente associada ao controlo eficaz da produção.

ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO VAI SUPORTAR A SEGURANÇA SOCIAL

Com vista a simplificar os mecanismos, a cobertura dos encargos relativos à segurança social passa a ser suportada pelo Orçamento Geral do Estado, segundo um decreto-lei do Ministério dos Assuntos Sociais.

A partir de agora, os financiamentos passarão a ser iguais a metade de «deficit» do regime especial de abono de família dos trabalhadores agrícolas e a metade de encargos de pensões a trabalhadores de actividade agrícolas, Silvícolas e pecuárias.

Ao Instituto de Família e Acção Social será atribuído um quantitativo anual, igual á diferença entre os encargos correspondentes às acções programadas para cada ano e as receitas provenientes de outras fontes, além do Orçamento Geral do Estado. A Caixa Geral de Pensões será atribuído subsídio de invalidez a conceder através do Fundo Comum das Casas do Povo e das Caixas Sindicais de Previdência.

Transitoriamente, durante os meses de Junho a Dezembro deste ano, o montante dos financiamentos continuará a ser determinado através da aplicação de percentagens estabelecidas, sobre o valor dos impostos arrecadados pelo Fundo do Desemprego, no período mencionado, nos termos das disposições legais, deduzido do produto das contribuições e cotizações.

Em qualquer caso, porém, o montante global dos financiamentos para o período referido não será inferior a 450 000 contos.

PROGRAMA DO V GOVERNO

A REVOL

Contra certos ventos, soprados de conhecidos quadrantes, e certas marés que procuram bater e vencer a rocha, procurando efeitos conhecidos de quando, precisamente, o mar bate na rocha (quem não conhece o que acontece então ao mexilhão), o V Governo, o tal que nem programa tinha, segundo os sopradores de tais ventos, divulgou, escasssos dias sobre a posse, extenso documento, onde, sem ambiguidades nem habilidades próprias de manobradores de cordelinhos e não de autênticos revolucionários, põe à apreciação de todos os portugueses as suas linhas de acção programática e tarefas de transição para o socialismo. «Defender a Revolução» — este o título escolhido, não decerto ao acaso, para o Programa do V Governo, o primeiro Governo verdadeiramente revolucionário, na opinião do Primeiro-Ministro, Vasco Gonçalves. O «D.L.» deu na altura própria o relevo devido ao histórico documento. No entanto, pela sua importância, ele merece-nos uma abordagem mais pormenorizada. Aliás, a sua actualidade não deixou de ser candente. Basta olhar para o que tem e não tem acontecido nestes últimos dias de quente Verão.

ESQUEMATIZAÇÃO

Divide-se o documento em três partes. A primeira — «Mandato e Orientação do V Governo» — subdivide-se em «Do Governo e o seu Mandato» e «Linhas de Acção e Orientação do V Governo». A segunda parte abrange as «Tarefas económicas fundamentais de transição para o socialismo» englobando os seguintes títulos: «A transição para o socialismo», «Batalha da Economia», «Estratégia de Desenvolvimento», «Apoio à Produção Nacional e ao Emprego», «Política de Austeridade» e «Aspectos qualitativos do sistema económico de transição». Quatro rubricas integram a terceira parte que incide sobre a «Satisfação das Necessidades Colectivas»: saúde, segurança social, habitação e obras públicas.

MANDATO E ORIENTAÇÃO

Ao tratar «Do Governo e seu mandato», o documento insere uma primeira alínea — «Herança do 4.º Governo. Crise de autoridade», na qual são dadas as razões da inviabilidade do último Governo de coligação, embora tenha sido «na sua vigência que foram adoptadas e concretizadas as medidas de mais profunda transformação social e económica na lógica irreversível do avanço para o socialismo, medidas tomaddas sob a orientação e directiva dos órgãos de maior responsabilidade revolucionária: «Assembleia do M.F.A. e C.R.».

Tais medidas, envolvendo «um ataque decisivo ao capitalismo monopolista e latifundiário que estabeleceu condições favoráveis à caminhada socialista», terão levado às próprias tensões e crises que levaram à própria dissolução do IV Governo, «bem como à agudização da actual crise política e militar». Segundo o documento do V Governo, foi esta crise pontuada pelos violentos ataques verbais e até físicos às forças progressistas e revolucionárias, possibilitou um crescendo da contra-revolução e, concomitantemente, veio contribuir para a diluição da unidade e da autoridade revolucionárias, de que são sintoma as alianças paradoxais de certas forças políticas até aqui empenhadas no processo.»

Como factores agravantes e igualmente causais desta situação, aponta o documento «os ataques concertados da reacção externa tendentes a isolar e a desmoralizar o País; as dificuldades enormes da descolonização em Angola, herança pesada da política spinolista; os reflexos sobre a frágil economia portuguesa da crise económica geral do capitalismo; os desequilíbrio e instabilidade provenientes do necessário desmantelamento das estruturas monopolistas e fascistas, enquanto não se põem de pé novas estruturas democráticas e revolucionárias.»

APARTIDARISMO

«Condicionamentos e Pressupostos do V Governo» constam da alínea seguinte, na qual se afirma:

. «O V Governo assumiu a missão de agir de forma unitária e não partidária, possibilitando pausa política para ultrapassagem da crise político-militar e assegurando uma firme defesa das conquistas revolucionárias, quer contra a vasta movimentação reaccionária — ataques a sedes de partidos políticos progressistas, campanha na Imprensa estrangeira, manobras dirigidas por organizações fascistas nacionais e internacionais, brutal ingerência estrangeira nos assuntos portugueses, quer contra tentativas de destabilização do processo revolucionário português por formas capitalistas tipo social-democrata.

«Sendo um Governo não partidário», prossegue o documento, «a sua acção só é possível com o apoio popular e o apoio do M.F.A.».

Da necessidade deste apoio se infere a exigência de autoridade mais adiante manifestada:

. «Não apresentando o Governo outro programa que não seja o de concretizar e defender a revolução, acima de compromissos e de conflitos partidários, tem de lhe ser dada toda a autoridade e toda a força de que dispuser a própria revolução»

. Dentro da mesma linha de pensamento, garante o V Governo:

Nacional

UÇÃO PERANTE AS REALIDADES (1)

. «Presa a compromissos concretos com o povo português, consubstanciados nos últimos documentos provindos do Conselho da Revolução e da Assembleia do M.F.A., a vanguarda revolucionária constituída pelos militares progressistas pode estar certa de que encontra neste V Governo o instrumento leal e devotado de realização desses compromissos; instrumento que, todavia, terá de apoiar com o seu prestígio revolucionário e, sendo caso disso, com a mesma decisão com que na madrugada do 25 de Abril iniciou a libertação da nossa pátria.»

. Reportando o «projecto político que informa o Governo» aos programas e documentos produzidos quer pelo Conselho Superior da Revolução, quer pela Assembleia do M.F.A., o documento afirma que a sua actuação «terá de ser transparente, a propósito de cada acção concreta, se ela está ou não ao serviço das grandes massas desprotegidas do povo português». Definindo depois tarefas concretas, refere estas aos seguintes objectivos: «unificação progressiva de vanguarda política de revolução e do seu suporte social; estruturação progressiva dos órgãos unitários de base em ligação com o M.F.A.; desenvolvimento da consciência social do processo em curso, pela revolução cultural e utilização correcta e responsável dos meios de comunicação social; superação da crise resultante do desmantelamento do poder monopolista do grande capital; criação de condições para uma economia planificada, controlada pelos trabalhadores e orientada eficazmente para a transição para o socialismo; descentralização administrativa em articulação com a orgânica do planeamento; adopção de acções consequentes na política externa, em obediência ao princípio da independência nacional e promovendo esquemas de cooperação que contribuam efectivamente para a construção do socialismo em Portugal.»

INDEPENDÊNCIA NACIONAL

No capítulo «Linhas de Acção e de Orientação do V Governo» a política externa é o primeiro tema abordado:

. «A política externa do V Governo Provisório será pautada pelo reforço da independência nacional e da paz e segurança internacionais, pelo alargamento da cooperação fraterna com todos os povos do Mundo, pelo respeito dos anteriores compromissos internacionais, pela não interferência nos assuntos internos dos outros países, pelo reconhecimento do direito dos povos a decidirem dos seus próprios destinos pela solidariedade com os povos em luta pela sua emancipação.»

. Depois de um «não» ao isolamento internacional ou a «exclusivas dependências», é defendida uma «estreita ligação às forças progressistas de todo o Mundo e preconizado o estabelecimento de relações justas e paritárias com todos os países, com especial relevo para as nossas ex-colónias. Aponta-se por outro lado para «uma diplomacia activa e revolucionária que contraponha aos interesses partidários ou pessoais os superiores interesses da revolução» e demarcam-se, como objectivos importantes, o desenvolvimento das relações com o Terceiro Mundo e a defesa dos trabalhadores portugueses emigrados.

. Os outros temas focados no mesmo capítulo são:

. *Descolonização:* Dá-se atenção à «fase extremamente grave e preocupante que atravessam Timor e Angola» e aos problemas com que se debatem os muitos milhares de retornados, «traumatizados pelos acontecimentos recentes ocorridos nos territórios em que viviam» e vítimas também da política colonialista do fascismo e dos «graves erros» do spinolismo. O Governo prosseguirá activamente negociações a nível bilateral e internacional e no âmbito da O.N.U.

Aliança com as classes trabalhadoras: «A classe trabalhadora (operários, assalariados agrícolas, empregados) é aquela que está mais imediatamente em condições de impulsionar a revolução», afirma-se. Refere-se depois que há que adoptar medidas concretas que dêm viabilidade à pequena e média empresa e façam justiça aos agricultores, a pequena burguesia vivendo do comércio e indústria, as camadas intelectuais e parte da média burguesia — tais são os grupos — segundo o documento do V Governo que virão a beneficiar da revolução. Defende-se ainda a necessidade de pôr um travão às disparidades crescentes entre o campo e a cidade.

Revolução Cultural: Afirma-se neste campo que «ao Governo, através dos departamentos competentes, designadamente nos domínios da Comunicação Social, da Educação e da Cultura, caberá desencadear uma política de abertura e de verdade. Será responsabilidade do Governo facultar o acesso às fontes de Informação e clarificar os grandes objectivos conjunturais bem como estruturais, promovendo em amplos debates públicos o livre exercício da crítica serena e construtiva através dos quais possa o Povo Português melhor compreender e melhor decidir sobre o seu próprio destino.»

. Diz-se ainda que será responsabilidade do Governo facultar o acesso à cultura «por forma a que esta deixe de ser o jardim das delícias de alguns privilegiados» e anuncia-se que o V Governo «espera estabelecer as bases de uma reforma democrática da escola, que a purifique do elitismo do passado.»

. *Alternativas face à crise económica:* Depois de analisar os motivos da crise económica, o documento considera que, com a solução social-democrata, na sequência do IV Governo Provisório (...) só com novas tentativas de repressão e exploração da classe trabalhadora seria possível pôr a economia a funcionar.»

. *Descentralização político-administrativa:* É considerada imperativa tal descentralização. Ela deverá ser conseguida por dois processos paralelos: a formação de órgãos de execução e planeamento no âmbito regional e, a nível local, o reforço dos meios financeiros e técnicos à disposição dos executivos municipais. Numa primeira fase — acrescenta-se — «o controlo de actuação dos órgãos descentralizados regionais pelo poder político revolucionário será assegurado por órgãos de fiscalização e orientação do Governo actual e pela articulação das Regiões Militares ou Comandos Territoriais, bem como por representantes municipais e de trabalhadores».

Afirma-se finalmente, que «a descentralização dos órgãos ministeriais que tem vindo a ser feita com critérios nem sempre convergentes, passará a ser coordenada». Caberá ao Ministério da Administração Interna, no entanto, «a competência na condução das acções legislativas ou outras necessárias à respectiva institucionalização».

TRANSIÇÃO PARA O SOCIALISMO

Na segunda parte do documento do V Governo são definidas as tarefas económicas fundamentais de transição para o socialismo. Desde logo, são apontadas como tarefas fundamentais as seguintes:

. «Superação da crise resultante do desmantelamento do poder monopolista do grande capital, através da *batalha da economia*»; *unificação progressiva da vanguarda política* da revolução e do seu suporte social; desenvolvimento da consciência social do processo em curso, pela revolução cultural e utilização correcta e responsável dos meios de comunicação social; descentralização político-administrativa em articulação com a orgânica de planeamento; estruturação progressiva dos órgãos unitários de base em ligação com o M.F.A.; criação de condições para uma economia planificada, controlada pelos trabalhadores e orientada eficazmente na transição para o socialismo; adopção de acções consequentes na política externa em obediência ao princípio da independência nacional e criando esquemas viáveis de cooperação que assegurem os apoios externos indispensáveis à construção do socialismo em Portugal.»

. *Batalha da economia:* Considerada como tarefa fundamental, considera-se que ela impõe: a definição de uma estratégia de desenvolvimento que mobilize eficazmente os recursos nacionais; a adopção imediata de uma política de austeridade e a clarificação de aspectos qualitativos do sistema económico de transição, nomeadamente a socialização dos meios de produção, a delimitação do sector privado e esquemas de apoio e, dentro deste, a acção do movimento cooperativo e o controlo da produção pelos trabalhadores.

Estratégia de desenvolvimento: Neste capítulo são encaradas três questões como prioritárias: emprego, equilíbrio externo e salvaguarda da independência nacional. Acentua-se que a agricultura deverá ocupar um lugar chave nessa estratégia, o que terá como consequência um caminho de transição para o socialismo em grande parte baseado no mundo agrário, visando a sua aproximação do mundo industrial e urbano, no domínio socioeconómico e cultural. Mais adiante é sublinhada a importância da pesquisa e aproveitamento dos recursos naturais, entre eles a água, os minérios e os recursos do mar. São referidos os grandes projectos de investimento, com citação da barragem do Alqueva e das minas de Aljustrel. «A estratégia de desenvolvimento tem de relacionar-se claramente com a política de cooperação económica externa», acrescenta-se.

Apoio à produção nacional e ao emprego: Referem-se as medidas consideradas mais significativas: início da realização dos programas integrados do Alqueva e do aproveitamento das pirites de Aljustrel; aceleramento das obras de abastecimento de águas à região da Grande Lisboa; decisão sobre outros grandes projectos integrados de investimento, designadamente Cova da Beira e Bacia do Mondego; conclusão da reavaliação do *Projecto de Sines; fixação de preços de garantia das principais produções agrícolas e pecuárias,* nomeadamente visando aumentar os rendimentos de pequenos e médios produtores; *redução dos preços dos adubos* (já concretizada); *garantia de escoamento* das principais produções agrícolas e pecuárias; construção do açude de Coimbra e drenagens da zona baixa da cidade; acelerar a execução das medidas previstas no *Programa do Desenvolvimento das Pescas;* criação de estruturas eficazes de apoio, coordenação e reestruturação para *sectores em crise*, dotados de autonomia; continuação da inventariação e início da execução de pequenas e médias obras de hidráulica agrícola nomeadamente no distrito de Faro; Hospital Distrital de Viana do Castelo; Escola de Enfermagem em Coimbra; aplicação de *acções imediatas e coordenadas de política comercial externa* em relação aos sectores mais afectados pela quebra da exportação, quer em relação aos países socialistas quer do Terceiro Mundo, integrando medidas directas de apoio à exportação, nomeadamente nos seguintes *sectores:* têxtil; concentrado de tomate, conservas de peixe, vinhos e bebidas alcoólicas, vinho do Porto, madeira e produtos derivados, cortiça, confecções, materiais para a construção civil, cristalaria; extensão aos países de Leste dos órgãos de apoio ao comércio externo e turismo; realização de acordos comerciais com os países do Terceiro Mundo; realização do programa de emergência para o turismo nacional; concretização da reorganização dos sectores bancário e segurador, a qual assentará no chamado «Programa Geral de Acção».

Concretamente, e até final do ano, deverão ser postos a concurso e adjudicados os seguintes projectos: Mercados Abastecedores do Porto e Funchal, armazém de batata de semente de Montalegre; silos de Alcains, Portalegre, Pavia, Horta, Angra do Heroismo e Ponta Delgada; Central Leiteira e Matadouro de Beja, melhoramentos dos Matadouros do Seixal, Leiria, Lisboa, Coimbra, Almada, Estremoz, Évora, etc. e, finalmente, alargamento da capacidade de armazenagem de vinhos e aguardentes da Junta Nacional dosVinhos.

Ainda dentro da rubrica «Apoio à produção nacional e emprego», preconiza-se: a melhoria dos apoios técnicos e financeiros aos pequenos e médios comerciantes, visando o associativismo; racionalização dos circuitos de comercialização dos principais bens de consumo; criação imediata das Juntas de Administração e Desenvolvimento Regional do Algarve, Açores, Madeira Norte, Centro e Sul; definição da orgânica nacional de planeamento; redução drástica da burocracia no processo de concurso e adjudicação de empreendimentos públicos; criação do Instituto do Investimento Estrangeiro; aprovação do Estatuto do Instituto das Participações do Estado; campanha de poupança de bens importados e de orientação dos consumos para a produção nacional; finalmente, fomento e mobilização da poupança, com medidas que vão do desbloqueamento do entesouramento à intensificação das campanhas de mobilização da poupança junto dos emigrantes.

Estrangeiro

A O.L.P. obteve admissão no grupo dos não-alinhados

LIMA, 26 — (R. e ANI) — A Organização de Libertação da Palestina obteve às primeiras horas de hoje a admissão formal no grupo de Estado não-alinhados, que rejeitou também o pedido da Coreia do Sul para entrar no agrupamento, embora aprovasse o da Coreia do Norte no mesmo sentido.

Foram também admitidos no grupo, segundo diplomatas que assistiram à sessão ministerial da Quinta Conferência dos Não-Alinhados, o Vietname do Norte e o Panamá.

As Filipinas, que requereram o estatuto de observador, foram relegadas para o de convidadas, significando que os delegados desse país poderão assistir a sessões plenárias da conferência, já abertas à Imprensa.

Representantes palestinianos ficaram cheios de contentamento com a decisão da conferência, registando-se grandes aplausos quando regressaram ao hotel onde estão instalados para anunciarem o acontecimento.

O ministros dos Negócios Estrangeiros dos países não-alinhados iniciam hoje as discussões detalhadas sobre questões políticas e económicas importantes que o Terceiro Mundo enfrenta.

Delegados de 13 membros — Jugoslávia, Síria, Malásia, Laos, Ruanda, Vietname do Norte, Zâmbia, Guiné Equatorial, Iemene, Guiana, Chipre, Malta e Omã — estão inscritos para falar no debate inaugural de hoje, que se efectua, pela primeira vez, em público, enquanto as comissões política e económica convocaram sessões à porta fechada.

Num discurso de 50 minutos a uma audiência de cerca de mil pessoas, durante a sessão inaugural da conferência, ontem, à noite, o presidente Juan Velasco Alvarado do Peru declarou que os países do Terceiro Mundo não mais «suplicarão, pedirão, exigirão ou se queixarão».

Os outros não podiam resolver os seus problemas, notou, acrescentando: «Dependeremos unicamente da nossa própria criação, dos nossos métodos, da nossa força e da nossa capacidade para lutar.»

Seguidamente, o ministro peruano dos Negócios Estrangeiros, Miguel Angel de La Flor, declarou aberta a sessão ministerial e presidirá a ela durante toda a conferência de cinco dias.

ROSA COUTINHO

«Estamos muito satisfeitos por o nosso país ter sido convidado a assistir a esta grande reunião dos ministros dos Negócios Estrangeiros dos países não-alinhados», afirmou o almirante Rosa Coutinho, membro do Conselho da Revolução, à sua chegada a Lima.

No decurso de uma conversa com os enviados especiais da agência jugoslava Tanjug, o almirante disse que o processo português está «orientado para o socialismo, pois o socialismo é hoje uma tendência geral natural».

«Devido a esse processo», acrescentou o representante português à reunião dos não-alinhados, «Portugal apreciou extraoridinariamente o movimento dos não-alinhados e o convite que lhe foi dirigido para assistir à reunião.

Ao evocar a situação em Portugal, Rosa Coutinho sublinhou que «não é fácil, pois a revolução não se desenrola como uma peça de teatro, em que se sabe exactamente quando um acto acaba e começa outro».

Rosa Coutinho criticou os meios ocidentais que «começaram logo de imediato a preocupar-se com a sorte da democracia em Portugal».

«Anteriormente, quando estivemos 40 anos sob o fascismo e sob a ditadura, ninguém se lembrava de Portugal nem da democracia em Portugal. Actualmente, quando o nosso povo se empenhou com decisão na via da revolução, o Ocidente começou preocupar-se com as vias que nós escolhemos. «Cremos que os não-alinhados podem contribuir para que se compreenda através do mundo as aspirações do povo português», concluiu Rosa Coutinho.

24 horas no Mundo

O chefe de Estado Argentino, presidente Maria Estela Peron, foi reeleito presidente do Partido Justicialista pelo congresso desta organização.

O primeiro-ministro soviético, Alexei Kossyguine, discutiu a cooperação económica com o Vietname do Norte, durante os próximos cinco anos, numa reunião com Le Thang Ngi, vice-primeiro ministro vietnamita, actualmente de visita a Moscovo.

Parlamentares do Governo e da Oposição da Venezuela exigiram ao presidente Carlos Andreas Perez, uma acção enérgica contra os planos da Junta Chilena, tendentes a eliminar os presos políticos.

Sindicato dos Trabalhadores da Indústria e Comércio Farmacêuticos

COMUNICADO

AOS TRABALHADORES DA INDUSTRIA E COMÉRCIO FARMACÊUTICOS A TODOS OS TRABALHADORES AO POVO PORTUGUÊS

TRABALHADORES EXPULSAM OS SALTEADORES FASCISTAS DO SINDICATO

Hoje, dia 25 de Agosto de 1975, pelas 12 horas, a classe trabalhadora expulsou das instalacões do Sindicato os usurpadores reaccionários a soldo do patronato que violentamente, no passado dia 19, arrombaram e assaltaram a Sede.

Os trabalhadores não podiam permitir por mais tempo que um bamdo de salteadores permanecesse e utilizasse em seu proveito instalações e bens que pertencem exclusivamente aos trabalhadores.

A CRISE DE AUTORIDADE EXISTENTE NO PAÍS FACILITA A ACTUAÇÃO DESTES GRUPOS CONTRA-REVOLUCIONÁRIOS

Apesar de no próprio dia 19 ter sido pedida a intervencão do COPCON para expulsar os assaltantes, tendo mesmo nesse dia sido dada ordem à Polícia Militar para evacuar o Sindicato, ordem que não foi cumprida.

Apesar do Ministério do Trabalho ter comunicado ao COPCON ser a ocupacão ilegal.

Apesar do COPCON considerar também ilegal essa ocupacão.

Apesar dos insistentes contactos feitos pelos trabalhadores para que as autoridades interviessem, fazendo justica, A VERDADE É QUE O BANDO FASCISTA CONTINUOU NO LOCAL DENTRO DO SINDICATO.

Face a isto, outro caminho não restava aos trabalhadores que tomarem nas suas mãos a defesa dos seus interesses.

OS ESTRAGOS E A UTILIZAÇÃO QUE OS FASCISTAS FIZERAM DURANTE A OCUPAÇÃO.

No próprio dia 19, depois da porta arrombada foi queimada na rua diversa documentacão, incluindo todos os cartazes do M.F.A. e da Intersindical e centenas de jornais «Alavanca».

Uma lista que se pretende apoiada por milhares de trabalhadores enche as instalacões do Sindicato com sacos e sacos de pedras, matracas, barras de ferro, cacetes, cocktails Molotov, etc.

Durante a ocupacão, as instalacões foram utilizadas por elementos estranhos a classe, nomeadamente, elementos da lista A dos Bancários e lista B dos Escritórios.

Desapareceram do Sindicato, numa primeira avaliação, actas de reuniões, um envelope que continha Esc. 8350$00 de fundos destinados aos Deficientes das Forças Armadas, material de impressão (caixas de stencil electrónico e resmas de papel).

Além disto, os elementos da lista B comportaram-se como patrões, ameaçando os empregados de despedimento e tendo sido agredida uma funcionária pelo sr. Lopes, delegado de propaganda da Biofarma.

A IDENTIDADE DOS ASSALTANTES

No dia da expulsão encontravam-se nas instalacoes os seguintes elementos a soldo da reaccão:

Elementos da lista B — António Manuel Morais (Beecham), Júlio Gonçalves (Merck), M. Antonia Heniche (Pasteur), Isabel M. Luis (Iberfar), António Gomes (Lepetit), António Silva Morais (Lusal).

Socios do Sindicato — M. Benta Luis (Merck), Etelvina Almeida (F. Lynce), Carlos Alberto Santos (Atral).

Pessoas estranhas — Ernesto Rui R. Silva (estudante), José António Farinha, Manuel Franc. Oliveira, Manuel Artur da Silva.

Além destes, foram referenciados como elementos activos neste golpe reaccionário os seguintes indivíduos:

Lista B — Alcina Ribeiro (A.P. Agostinho), Jorge Penso (Atral), António Catarino.

Sócios do Sindicato — José Valente (Hoechst), Neves Cabral (Pfizer), Alfredo Morgado (Ciba-Geisy), Dr. Frederico Garcia (Medicamenta), António Lopes (Biofarma).

Pessoas estranhas — Ferro (elemento da lista B do Sin. Escritórios), outros elementos não identificados da lista A dos Bancários e lista B dos Escritórios, bem como indivíduos que ostentavam emblemas do M.R.P.P.

ASSALTO DA LISTA B AO NOSSO SINDICATO FAZ PARTE DO GOLPE REACCIONÁRIO

Notícias publicadas na Imprensa diária (Século de 23.8) levam a crer que o assalto ao nosso Sindicato se integrava na tentativa de golpe militar ocorrido de terça para quarta-feira.

Este golpe tinha uma 1.ª fase (plano Alfa) o desencadeamento de manobras de diversão para facilitar as operações militares.

A manifestacão contra a Intersindical, contra o Governo e contra o M.F.A., a tentativa de assalto à Intersindical e o assalto ao nosso Sindicato encaixam perfeitamente nesse plano.

A LISTA B ASSALTA O SINDICATO NÃO PARA DEFENDER OS TRABALHADORES MAS SIM POR QUE ESSE ASSALTO FAZIA PARTE DA CONSPIRAÇÃO CONTRA-REVOLUCIONÁRIA

O SINDICATO VOLTA A ESTAR AO SERVIÇO DOS TRABALHADORES

Impugnadas as eleições por um grupo de sócios e de acordo com os Estatutos aprovados pela classe, foram marcadas novas eleições para 15 de Novembro de 1975. Este procedimento, dando cumprimento legal aos Estatutos coincide com o parecer do Ministério do Trabalho sobre a resolução deste caso.

Até as eleições, a Comissão Instaladora assegurará o funcionamento normal do Sindicato em defesa da classe trabalhadora como sempre fez.

ALERTA CONTRA A REACÇÃO

Estes acontecimentos vêm demonstrar a necessidade da participacão dos trabalhadores na defesa dos seus interesses e no esclarecimento constante dos camaradas menos activos.

Não se póde permitir que o Sindicato seja utilizado por partidos políticos, seja utilizado por elementos a soldo do patronato, seja utilizado como campo de manobra da contra-revolução.

Camarada, não deixes aos outros a defesa dos teus interesses. Participa, na Empresa, no Sindicato, na defesa dos interesses da classe trabalhadora, na luta contra o capital, na construcão do SOCIALISMO.

PELA UNIDADE DE TODOS OS TRABALHADORES.

PEL'A COMISSÃO INSTALADORA

António Fernandes
Maria do Carmo G. Teixeira

Estrangeiro

Ameaçada de malogro a conferência sobre a Rodésia

— LIVINGSTONE (ZAMBIA), 26 — (R) — Desacordo sobre três palavras vitais «dentro da Rodésia» .. ameaça hoje fazer fracassar a conferência constitucional de Victória Falls sobre o futuro da Rodésia.

Essas palavras estão incluídas numa das principais cláusuls do acordo assinado em Pretória, em 9 de Agosto, pelos primeiros ministros sul-africanos e rodesiano, John Vorster e Ian Smith, e por Mark Chona, o conselheiro político do presidente Kenneth Kaunda da Zâmbia.

A cláusula convida a actual conferência «a adiar os seus trabalhos para que as partes possam discutir propostas para uma solução numa comissão ou em comissões dentro da Rodésia».

Contudo, o documento de pretória não foi firmado por representantes do Conselho Nacional Africano (C.N.A.) da Rodésia, que estão a negociar com Smith, em Victória Falls, com o objectivo de conseguirem a transferência de poder do Governo minoritário branco para a maioria negra.

O C.N.A. rejeitou a ideia de comissões se reunirem em sessão dentro da Rodésia e foi esse obstáculo que impediu ontem progresso, a despeito das conversações durarem 14 horas e meia e se registar grande presaão sobre o C.N.A., tanto por parte de Vorster como do presidente Kaunda para ratificar o Acordo de Pretória.

Ontem, a altas horas da noite, parecia que a conferência estava perto do malogro, e Kaunda parecia desmoralizado, quando regressou do local das conversações, um comboio parado numa ponte sobre as cataratas de Victoria Falls centro de Livingstone, no ladoyambiano da fronteira.

Quando os delegados do C.N.A. voltaram ao hotel em Livingstone às primeiras horas de hoje, um informador, Joshua Nkomo, revelou que um comunicado seria emitido em breve. Contudo, jornalistas foram informados depois que a emissão do comunicado seria demorada até hoje, de manhã.

Não havia a mínima indicação de qual seria o teor da comunicação, mas a atmosfera em Livingstone era combria e oferecia um contraste acentuado com a euforia notada ontem ao realizar-se o primeiro encontro, sebundo se conhece, entre o dr. Kaunda e Vorster, que regressou de avião a Pretória, com um aspecto grave, pouco antes da conferência interromper os seus trabalhos.

Smith declarou antes de se ir deitar que não sabia se as conversações tinham fracassado e acrescentou que aguardaria hoje, até ao almoço, que o C.N.A. dissesse se anuía com as sondições para se continuar as negociações. Caso contrário, concretizaria outros planos.

Smith culpou o C.N.A. pelo impasse e disse: «A maioria dos problemas estão no outro lado. Perdemos ontem quase seis horas». Revelou que jogara bridge com os três ministros que o avompanham durante quase toda a noite, enquanto os nacionalistas discutiam noutra carruagem do comboio.

O dirigente rodesiano declarou ainda a jornalistas: «Suponho que pretendeis saber por que razão uma conferência que disse que duraria meia hora se prolongou por tanto tempo. Fiz esse comentário porque julgava que ia falar com pessoas normais. Creio que esses rapazes são um pouco anormais neste momento».

O dr. Kaunda notou, por seu turno: «Tudo o que posso dizer é que estamos ainda a tentar». Pensava-se que tivesse utilizado a sua influência junto do C.N.A. em confirmada dizia que o presidente zambiano apresentara um ultimato àquela organização para iniciar conversações constitucionais, dentro de sete dias, ou arriscava-se a perder o apoio da Zâmbia.

Fontes bem informadas declararam ontem, à noite, que o C.N.A. rejeitara um plano de Smith para a fase de negociações a nível de comissões principais em Salisbúria, a capital rosesiana, dentro de sete dias.

Ontem, o bispo Abel Muzorewa, dirifente do C.N.A., declarou que a conferência era a última oportunidade para se evitar mais derramamento de sangue na Rodésia, onde os nacionalistas têem estado empenhados numa guerra de guerrilhas.

«Estamos a ficar cada vez mais impacientes», observou o bispo.

O presidente K unda da Z mbia encontra-se com o primeiro-ministro sul-africano, John Vorster, à saída do comboio onde decorrem as conversações sobre a Rodésia. (Telefoto U l-Telimprensa)

A CAMINHO DO ACORDO?

Dirigentes israelitas conferenciam com Kissinger

. JERUSALÉM, 26 (R) — Negociadores israelitas encontraram-se hoje com o secretário norte-americano de Estado, para exprimir as suas opiniões sobre as últimas propostas egípcias quanto a um novo acordo interino.

A representação hebraica, chefiada pelo primeiro-ministro Yitzhak Rabin, sonferenciou quase durante toda a noite e hoje, de manhã, sobre as propostas egípcias, antes de se avistar com o dr. Kissinger.

Após as conversações, o chefe da diplomacia norte-americana partirá para Alexandria, a fim de transmitir ao presidente Anwar Sadat as opiniões israelitas.

O secretário de Estado afirmara antes que Israel e o Egipto concordaram sibstancialmente sobre novas posições de tropas no deserto do Sinai.

Fontes bem informadas diseram que se aguardava que efectivos militares egípcios fossem transferidos para Leste e ocupassem algumas posições israelitas a ocidente da Cidade do Suez. O Exército egípcio passaria para posições ocupadas pelos hebraicos, a leste dos campos petrolíferos de Abu Rudeis, que Israel restituiraá ao Egipto, após oito anos de ocupação.

Entretanto, uma rede de televisão israelita informou a noite passada que o dr. Kissinger fora ameaçado de morte.

Um desconhecido telefonara para a rede de TV e avisara que o secretário de Estado seria executado dentro de 60 horas por crimes contra a humanidade.

Em Alexandria, aguardava-se hoje ou amanhã a chegada do dr. Kissinger, com o Egipto esperando que trará a informação de que os dois lados concordaram já com todos os pontos básicos do acordo.

Segundo fontes bem informadas de Alexandria, Israel e o Egipto aproximam-se hoje da última barreira no caminho de um acordo interino — a redacção das condições precisas para uma retirada de tropas judaicas do desrto do Sinai.

Em Washington, o presidente Ford manifestou optimismo de que o Egipto e Israel chegarão a um acordo de paz interino e evitarão, assim, a ameaça de uma quinta guerra entre árabes e judeus.

Fez essa previsão ontem, à noite, numa conferência económica em Milwaukee, patrocinada pela Casa Branca, quando o dr. Kissinger prosseguia com a sua diplomacia de vaivem entre Israel e o Egipto.

Anunciou-se ainda que Ford afirmara, durante um almoço íntimo com representantes da Imprensa de Milwaukee, que esperava que o acordo estivesse concluído dentro de uma semana.

O presidente da Siria, H fez Assad (` esquerda na telefoto), manteve conversações com o dirigente palestiniano, Y sser Asofat, em D masco. Tema das discussões: a presente «missão Kissinger» ao Médio O iente. (Telefoto UPI-Telimprensa)

Motim de presos em Roma

. ROMA, 26 — (F. P.) — Mil e quatrocentos detidos da prisão romana de Rebibbia recusaram-se ontem, durante várias horas, a voltar para as respectivas celas, em manifestação de protesto contra a demora de aplicação da nova reforma penitenciária.

Os presos — muitos dos quais subiram para os telhados da prisão, munidos de pedras — reclamam nomeadamente a imediata entrada em vigor da reforma que prevê a atribuição do salário mínimo nacional para as actividades de trabalho na prisão, bem como a supressão das celas de isolamento, a possibilidade de se encontrarem com a família longe da vigilância dos guardas prisionais, a instituição de um regime de semi-liberdade e o benefício da segurança social.

A fim de evitar qualquer novo incidente, quatro mil polícias rodearam os diversos edifícios da prisão, considerada como «modelo».

A situação continuava tensa, ao fim da noite de ontem, altura em que os detidos ainda se não tinham rendido.

Revelado na venezuela

UM PAÍS DA AMÉRICA CENTRAL PREPARA A INVASÃO DO PANAMÁ

CARACAS, 26 (A. . I.) — O chefe do Estado do Panamá, General Omar Torrijos, «espera uma invasão armada de um momento para o outro», revela hoje a revista venezuelana «Elite», com base em informações que considera de «extremamente confidenciais».

Numa ampla nota intitulada «Omar na Mira da CIA», a citada revista indica que o chefe de Estado Panamiano foi objecto de vultoso oferecimento de suboeno, que se elevava a dois milhões de dólares, o qual rejeitou prontamente.

«Se o tivesse aceite», sublinha a «Elite», «possivelmente estaria neste momento a fazer companhia ao exilado ex-chefe de Estado das Honduras, Oswaldo Lopez Arellano, que foi derrubado depois de uma companhia multinacional ter declarado que procedeu a um suborno de um alto funcionário das Honduras no valor de 1,2 milhões de dólares para reduzir os impostos de exportação.

Segundo a revista venezuela, «eliminado Omar Torrijos, os Estados Unidos alcançariam dois objectivos: abrandar a pressão do Panamá sobre a questão do Canal e pôr fora de acção um dos mais fervorosos amigos do regime cubano em toda a América Latina».

«Se as informações que até agora temos recebido estão correctas, Torrijos aguarda a todo o momento uma invasão, proveniente de um país da América Central» — acrescenta a revista venezuelana «Elite», que atribuiu a frase a fontes diplomáticas latino-americanas na Europa e nos próprios países da América Central.

CONTRA O FASCISMO

CUERNAVACA, (México), 26 (A. N. I.) — O bispo de Cuernavaca, Mons. Sergio Mendez, Arceo, declarou ser necessário que a Igreja latino-americana expresse a sua solidariedade com as vítimas das repressões, torturas e expulsões que se sucedem nas nações do continente.

O prelado afirmou, na sua tradicional homília, perante os fiéis reunidos na catedral desta cidade, que a Igreja latino-americana, «perante o avanço do fascismo devia opôr-se-lhe».

PROTESTO CONTRA A JUNTA CHILENA

PARIS, 26 — (A. . I.) — Um general francês e um dirigente socialista pediram hoje que a Junta Militar Chilena liberte 138 militares e oito civis chilenos que estão detidos «em escandalosas condições», como prisioneiros de guerra.

O socialista Charles Hernu, presidente do Movimento «Convenção paa o Novo Exército» e o general Jean Becam, membro do Movimento distribuiram um comunicado no qual exigem igualmente que a França conceda vistos para que os prisioneiros abandonem o Chile.

Hernu e Becam afirmam que 63 membros da Força Aérea Chilena, 14 elementos do Exército, 53 marinheiros e oito civis estão «presos em condições escandalosas, contrariando as mais elementares normas de decência».

Em SETÚBAL o DIÁRIO DE LISBOA vende-se na TABACARIA LOUREIRO

Geral

CINEASTAS CONTRA CORREIA JESUINO

Tomando posição sobre vários aspectos que estão a perturbar a nossa vida artística, o Sindicato Nacional dos Profissionais de Cinema enviou aos órgãos de Informação o seguinte comunicado:

A Comissão Directiva do Sindicato da Actividade Cinematográfica vem tornar público o seguinte comunicado:

««1 Não pode, coerentemente, deixar de se solidarizar com a posição assumida pelo Sindicato dos Jornalistas quanto à exigência do saneamento do ministro da Comunicação Social, Correia Jesuino, e de todo o seu séquito, em particular o director geral da Cultura Popular e Espectáculos, a que exige um rigoroso inquérito à sua actuação.

«2 Considera que estes dois membros do Governo são os responsáveis pela degrandante situacão do Cinema português.

«3 Relembra, que o projecto de lei do Cinema, não há muito dado a conhecer a certos sectores, é confrangedoramente reaccionário e a sua eventual aplicacão traria as mais perniciosas e incalculáveis consequências, como se verifica já pela prática sub-repticia de algum do seu articulado.

«4 Esse projecto acabou por ser habilmente retirado da discussão pública logo após a justa critica de que foi alvo, não sem que antes os lesados fossem cavilosamente postos em causa nas entrelinhas de comunicados oficiais com mais que estafados argumentos.

«5 Salientemos, e não deixa de ser elucidativo, que o pretexto encontrado para a subtracão a essa discussão pública se filiou no facto de ele ter sido elaborado antes do 11 de Março!...

«6 Aponta ainda entre outros factos, a arbitrária, prepotente e monolitica reestruturação da actividade cinematográfica através do apoio a elementos que dirigem o Instituto Português de Cinema e que são em exclusividade militantes de um determinado partido político.

«7 A hipótese de a actividade cinematofráfica vir a ser dominada por influências hegemónicas é hoje quase indiscutível.

«8 Na prática, a reestruturação monolitica, arbitrária e prepotente do I. P. C. materializa-se com o engodo de uma falsa garantia de «pleno emprego» que cria ilusões temporárias aos trabalhadores, para o que se serviram como é hábito de um grupo intermediário de indivíduos previamente semeados entre os trabalhadores, e pela desregrada aplicação das receitas do I. P. C., através de duvidosos processos de experimentação permanente.

«9 Faz-se por isso mesmo, um veemente apelo aos trabalhadores, mesmo àqueles que se encontram seduzidos por falsas miragens, para as consequências que essa desastrosa política poderá determinar a médio prazo.

«10 A utilização empírica e desregrada das receitas o Instituto Português de Cinema tem tido ainda expressão na política de integração de material bastante oneroso das empresas de produção de filmes na base de resoluções casuísticas que acabam sempre por acautelar os interesses dos seus proprietários.

«11 Por outro lado, a não divulgacão de um inquérito oficial a uma grande empresa monopolista tem propiciado as mais desencontradas especulações e medidas de defesa do grupo, mais facilitou que uma outra empresa também momopolista tivesse tempo de se parcelarizar para que hoje não seja alvo de qualquer medida identica à reclamada pelos trabalhadores para a primeira».

SINDICATO DOS OFICIAIS MAQUINISTAS DA MARINHA MERCANTE

CONVOCATÓRIA

Lembramos a todos os nossos associados que nos próximos dias 27 e 29, pelas 21 horas, se realizam na Casa dos Marinheiros Mercantes, sita a Calçada Salvador Correia de Sá, 42-2.º, (à Bica), sessões de assembleias gerais. A primeira (dia 27) para apreciação e aprovação do relatório e contas da gerência de 1974; a segunda (dia 29) para tomada de posse dos novos corpos gerentes do sindicato para o biénio 1975-76.

A COMISSÃO DIRECTIVA

FUNDO DE FOMENTO DA HABITAÇÃO

AVISO

DISTRIBUIÇÃO DE HABITAÇÕES SOCIAIS

—Caldas da Rainha

Para conhecimento dos interessados se comunica que se encontra afixada na Câmara Municipal das Caldas da Rainha, a lista de classificação dos candidatos habilitados à distribuição do agrupamento de habitações sociais da mesma localidade.

Lisboa, 21 de Agosto de 1975.

A COMISSAO DIRECTIVA

UM NOVO GRUPO DE TEATRO

. Um grupo de trabalhadores de teatro, de que fazem parte, Madalena Sotto, Hermínia Tojal, Lisette Frias, Maria Alexandra, Henrique Santos, Virgílio Macieira, Alberto Villar e Carlos Daniel, interessados na descentralização e divulgação do teatro em Portugal organizaram-se em sociedade cooperativa.

Privando-se das férias, e utilizando economias pessoais, montaram o seu primeiro espectáculo, o original uruguaio «João Palmieri» — Um Jovem Revolucionário, de António Larreta, com tradução de Teresa Paulo. Trata-se de uma peça premiada em 1972 pela «Casa das Américas».

A estreia será no dia 26 no Teatro Casino Peninsular na Figueira da Foz, e depois no dia 27 na Marinha Grande no Teatro Stephens; no dia 28 estarão nas Caldas da Rainha, no Cine-Teatro Pinheiro Chagas. Confiados no interesse do público e no apoio das entidades responsáveis, desejam fazer vários espectáculos no Alentejo e Algarve antes de o apresentar em Lisboa, mas tudo depende, no entanto, dos apoios e do interesse manifestado.

SESIMBRA APOIA 5.º GOVERNO

Continuação da pág. 1

. . O representante do Primeiro-Ministro deu conta da reunião do secretariado provisório da Frente Unitária Popular, efectuada horas antes, onde se decidiu promover um conjunto de manifestações unitárias em diversas localidades do País, «como forma de dar início a uma poderosa ofensiva de massas, contra o fascismo, a social-democracia, o imperialismo, pelo avanço do processo revolucionário». O anúncio da manifestação unitária marcada para quarta-feira e das respectivas palavras de ordem foi longamente vitoriado.

. . Ao iniciar a sua intervenção, Manuel Clemente referiu-se à obra desagregadora levada a cabo por certa Imprensa, desmentindo algumas atoardas lançadas no próprio dia pelo «Jornal Novo»: «Como tem sido hábito nos últimos dias de crise, alguns jornais mais preocupados com o sensacionalismo do que com a verdade objectiva e revolucionária, têm deformado tendenciosamente várias notícias e inventado outras. É assim que o «Jornal Novo» do dia 25 de Agosto» (aqui o orador foi interrompido aos gritos de «Morte ao Jornal Novo») «faz várias alusões à formação de um hipotético Governo. Esclarecemos a opinião pública de que, contactados os órgãos revolucionários do M. F. A., designadamente o Conselho da Revolução e o Copcon, estamos em condições de desmentir tais boatos. Mais esclarecemos que tais boatos são intencionais e estão a ser emanados e propagados por pessoas e forças políticas que tentam travar o avanço do processo revolucionário, opondo-se desesperadamente às decisões de órgãos revolucionários civis e militares, e à sua inavalável perseverança.»

. . Manuel Clemente apelou depois para a vigilância revolucionária, contra comunicados e notícias que «intencionalmente pretendem confundir e baralhar os espíritos do povo português», exemplificando com a «campanha reaccionária e provocatória dos jornais ditos independentes, mas que o não são porque têm uma concepção de liberdade que não é a liberdade que defende os interesses da classe trabalhadora».

. . Manuel Clemente imputou a responsabilidade pela existência de órgãos reaccionários de informação à «ingenuidade» do M. F. A.; «Nós admitíamos, erradamente, que estávamos num País que já era livre, mas que só tinha começado a sê-lo nessa altura, numa caminhada longa para a verdadeira liberdade, que é a liberdade dos trabalhadores e não a liberdade burguesa — e fomos complacentes.» Explicou, assim, a existência desses jornais, que «foram alimentando a deformação da opinião pública. Mas, sublinhou, «o povo trabalhador não deixará» que ela prossiga a sua acção nociva.

. . A assistência dialogou com o orador, manifestando integral adesão às suas palavras. Por isso, pediu «Justiça!» e exigiu «Força» contra a imprensa de direita.

A REVOLUÇÃO NÃO TEM DONOS

. . «À medida que a Revolução avança, que se vão consolidando as conquistas que os trabalhadores alcançaram, o inimigo — o capitalismo, o fascismo, a social-democracia, que não é mais do que uma forma camuflada de capitalismo —, tudo faz para travar a Revolução socialista que pretendemos», afirmou Manuel Clemente, a dado passo.

. Falando do Movimento das Forças Armadas, salientou que este «já não é hoje, nem pretende ser, o mesmo do 25 de Abril».

«O M. F. A., que é composto por soldados e marinheiros, sargentos e oficiais, tem de acompanhar a evolução do processo, isto é, tem de acompanhar as conquistas do povo trabalhador. Aqueles que o não conseguirem, não servem. Vai por aí, na cabeça de certos estratos da classe dominante, da classe burguesa, muita confusão intencional acerca do M. F. A. O Movimento das Forças Armadas é muito simples é aquele que está com a Revolução da classe trabalhadora. O M. F. A. não é aquele que conspira nas costas do povo trabalhador.»

. Censurou, depois, todos aqueles que pretendem resolver os difíceis problemas que afectam as classes trabalhadoras nas costas do povo:

«Não oferece dúvidas a situação de crise político-co-militar que está atravessando a nossa Revolução. As contradições, as ambiguidades, as mudanças oportunistas de posição, sucedem-se agora às claras. Mas têm de acabar! Todos os dias, a todas as horas, as personalidades que ocupam o palco da intriga palaciana, surgem com nova roupagem. Assim se vem dando à Nação e ao mundo todo um espectáculo pouco dignificante que ressuscita as politiquices de gabinete, que foram e são apanágio da burguesia e do fascismo, na sua ávida conquista do Poder e manutenção de privilégios. Infelizmente, o M. F. A. não conseguiu manter-se alheio a disputas pelo Poder, e evitar deixar-se envolver em golpes e contra-golpes de baixa política.»

. Sublinhou a particular gravidade das maquinações que se têm desenvolvido nas coastas das classes mais desprotegidas, realçando a elaboração de «documentos que são o veículo para lançar a confusão e turvar as águas em que pescadores furtivos lançam as suas perigosas redes. O País atónito e confundido interroga-se se os seus destinos são propriedade de um pequeno grupo de personalidades, se há donos da Revolução, se há interesses da sua vontade com mandatos em branco para cozinharem as mais inverosímeis alianças e combinações. A verdade é que a Revolução portuguesa não é propriedade das cúpulas, quer partidárias, quer do M. F. A.

«A REvolução portuguesa pertence ao povo português. Não estão os senhores doutores mais capacitados para decidir os destinos da Revolução do que os simples trabalhadores. Bem pelo contrário. Ou então ainda nem à democracia tínhamos chegado. Não estão os senhores oficiais do quadro permanente mais capacitados para decidir os destinos da Revolução do que os camaradas milicianos, do que os sargentos ou do que as praças.»

. Lembrou, então, a estrutura democrática existente no seio das Forças Armadas, salientando a sua originalidade e acentuando a necessidade de o fazer respeitar, ouvindo a opinião de todo o «povo fardado». **«Os oficiais do quadro permanente nem são, em rigor, povo fardado»**, acrescentou.

Para defender os interesses das classes trabalhadoras, esses sectores pequeno-burgueses das Forças Armadas têm de atraiçoar os seus interesses de classe, «trair a burguesia» « disse. E referiu as «dilacerantes vacilações» de certos oficiais, e as «ambições» de outros, que têm assinalado os últimos tempos e abrem caminho às manobras de «qualquer manhoso politiqueiro nacional ou multinacional».

. Uma salva de palmas acolheu o sei apelo no sentido de uma autocrítica do Movimento das Forças Armadas e da sua depuração de elementos «ambiciosos, de indivíduos ávidos de poder, intriguistas de corredor, caluniadores que não hesitam em insultar camaradas como o general Vasco Gonçalves, para abrir caminho para as cadeiras ministeriais, para os salões de embaixada, para o estrelato». Apelou, igualmente, para a humildade revolucionária dos militares.

. Diversas moções, contemplando o momento político, foram aclamadas no decurso do comício: uma delas, exige-se a «imediata saída do País do agente da C. I. A., Frank Carlucci»; noutra, «os pescadores e trabalhadores do distrito exigem o regresso imediato do brigadeiro Corvacho ao comando da Região Militar do Porto», pretensão a que, aliás, o Conselho da Revolução daria satisfação nessa mesma noite.

. Também o apoio ali demonstrado ao general Vasco Gonçalves e ao V Governo Provisório se consubstanciou num texto lido e aprovado por aclamação, onde se apelava para a imediata resolução da actual crise política.

. No final do comício, gritando palavras de apoio ao Primeiro-Ministro e ao V Governo, os trabalhadores presentes deslocaram-se em manifestação até Santana, a três quilómetros da lota de Sesimbra.

Televisão

CANAL DA CRÍTICA

MÁRIO CASTRIM

O INIMIGO? MAS ESTÁ À VISTA...

No Seixal organizou-se uma grande reunião popular antifascista. Sem fricções partidárias, sem preocupações da grande movimentação operacional: era o povo de uma região com tradições de luta antifascista, nos tempos mais duros e que novamente nos vinha recordar a necessidade de nos unirmos contra o inimigo comum. E quem será esse inimigo comum? O trabalhador seixalense, ouvido pelo *Telejornal*, disse tudo com as palavras mais simples: não importa que eu seja deste partido e tu sejas daquele ou doutro qualquer, a verdade é que somos trabalhadores e que, portanto, *o nosso inimigo comum é o fascismo.*

Esta a sabedoria reduzida — ou levada — à sua expressão mais simples. Outros, mais intelectuais, certos anarco-capitalistas, certos pequenos burgueses de estimação revolucionária, não estão a ver um palmo adiante do nariz e, com o alibi da defesa da Revolução, vão-se entretendo a lançar aos quatro ventos as sementes da confusão.

É o que acontece, por exemplo, no «No mundo aconteceu» do Rádio Clube Português, onde se mete no mesmo saco um jornal honrado como o «Século» e a miséria da folha do P. Filho, essa coboiada reaccionária, cipresca, que dá pelo nome de «Jornal Novo»; onde se põe lado a lado Carlucci e Kaliinine (a tanto chega a infâmia ou a cegueira!), bem como Vasco Gonçalves e não sei que indivíduo em dó maior. E tudo, está claro, em nome da informação, da informação — abram bem os olhos! — antiburguesa...

Estes cavalheiros da indústria radiofónica ainda não sabem aquilo que o trabalhador do Seixal exprime no mínimo de palavras: «o nosso inimigo comum é o fascismo». São uns pobres diabos «revolucionários em onda média», a quem dão o privilégio de semear a confusão.

Em nome do sagrado dever da informação, não se esqueça.

OS JOGUINHOS «DOS BASTIDORES»

Entretanto — como sabemos também pelo *Telejornal*, o fogo lavra. Lavra, em vários pontos do País, soprado pelo vento e pelas bocas amáveis de indivíduos corrompidos pela histeria contra-revolucionária de certas forças políticas. Uns e outros a actuar à vontade. A atestar bem a burrice, perdão!, a originalidade do nosso processo revolucionário. Perto de Mafra lê-se numa parede: *Liberdade para todos menos para os incendiários*. O desenho tosco das palavras denuncia a origem popular da inscrição. Quer dizer: a sabedoria do nosso povo continua a dar lições. O poder político é que ainda não arranjou tempo nem maneira de as aprender. Lá chegará. Que chegue a tempo de salvar ainda uns pinheiritos, para amostra, são os nossos melhores desejos.

Ao serão, antes de entrarmos no filme da *Antologia*, tivemos um *relatório* sobre a revolta muçulmana das Filipinas. Causas concretas, objectivas, da situação não foram assinaladas em mais um «Roving Report». Logo ao princípio, porém, dão-nos conta de uma certa concepção estratégica do imperialismo norte-americano que, segundo a prosa do tal *Relatório*, poderá ser adoptada por outro imperialismo qualquer... Assim, sem se dar por isso, nos fazem entrar calmamente no jogo do inimigo.

É evidente que imperialismo há um só: o imperialismo do capital internacional, explorador das nações mais fracas, e cujo objectivo é mantê-las num estado crónico de subdesenvolvimento. Lógico: o vampiro que suga o sangue das suas vítimas, claro que não lhes dá muita saúde...

São os lacaios do imperialismo que apregoam e divulgam a tese dos «imperialismos». Os «imperialismos» servem apenas para camuflar a presença do único imperialismo inimigo do nosso povo e de todos os povos, é um processo de desviar as atenções dos povos quanto ao perigo real que o espreita.

Incluído na colecção «Antologia» tivemos o filme *Uma semana na vida de Martin Cluxton*. Sobre a delinquência juvenil, uma praga do capitalismo a juntar a tantas outras: a prostituição, a droga, a miséria, a ignorância a própria maneira de viver, enfim.

O director do reformatório não entende por que há tanta delinquência juvenil e por que os delinquentes, no reformatório, não modificam a sua visão do mundo. Isto porque, quando saem do reformatório, voltam à mesma vida...

Oxalá que o director em questão seja espectador deste filme. Ficará a saber porquê. Porquê a degradação do capitalismo justifica e arrasta todas as restantes degradações.

O jovem Martin Cluxton ilustra o desprezo a que a pessoa humana está votado numa qualquer social-democracia — a pessoa humana considerada como uma simples mercadoria, que apenas vale quando dá lucro...

O movimento desencadeado em Portugal, e que com tanta paixão estamos a viver, há-de conduzir-nos à libertação total. Há-de. Não terão qualquer êxito os joguinhos de bastidores onde se organizam «governos» como quem organiza clubes de futebol ou equipas para jogar o belindre.

FILMES E CASAMENTOS DE TAYLOR E BURTON

..TELAVIVE, 26 (Por Richard Gross, da UPI) — Elisabeth Taylor e Rochard Burton, as super-«estrelas» cinematográficas cujo bater de corações fora dos «ecrans» captou a atenção de milhões de embevecidas criaturas, são esperados em Israel para escolherem os locais de uma nova fita.

..Burton atirou para o ar na semana passada: «A gente talvez se case em Israel. No fim de contas, Elisabeth é judia.»

..Isso poderá mostrar-se difícil. Burton não é judeu. Teria de converter-se se o casamento tivesse de ser judaico. Seria um processo muito demorado.

..O casal anunciou no domingo, pela agência publicitária Golan, que chegaria na quarta-feira e estaria cá quatro dias — no mesmo hotel em que se encontrará, na altura, o secretário de Estado Henry Kissinger.

..No seu novo filme, «Abakarov», Burton é um piloto de caça russo que veio para Haifa depois da Segunda Grande Guerra com outro piloto amigo. Ambos conseguem emprego nos serviços de fumigação aérea das colheitas. O amigo é morto. Abakarov quer vingar a sua morte, crente de que ele foi assassinado. Neste transe, perde a licença de piloto, entra no alcoolismo e desnorteia-se.

..Na altura própria, aparece Katerina, neurótica vedeta do cinema norte-americano que fugiu para Israel. O papel parece ter sido escrito de propósito para «Liz».

..Numa entrevista telefónica Wolf Vollmar, o alemão produtor-realizador da película, desmentiu uma notícia do jornal «Bild» de Hamburgo, que lhe atribuia uma participação directa na reconcicliação Burton-Elizabeth.

SERVIÇO CIVICO OBRIGATÓRIO

A Comissão Coordenadora do Serviço Cívico Estudantil informa que na sequência da publicação do Decreto-Lei 363/75, de 11 de Julho de 1975, a frequência do Serviço Cívico Estudantil no ano de 75/76 é obrigatória para os candidatos ao ensino superior.

As inscrições do S. C. E. serão anunciadas oportunamente, sugerindo-se, desde já, a obtenção de certificados de habilitações.

CENTRO DE PRODUÇÃO Teatro Moderno

A RTP apresenta todas as noites, às 21.30 h., e aos domingos também, às 16 h., a peça de Miguel Franco

«LEGENDA DO CIDADÃO MIGUEL LINO»

Desc. às 2.as Feiras

Não acons. a menores de 13 anos

Bilheteira Tel. 89 70 17

ABEP — Telef. 32 88 23

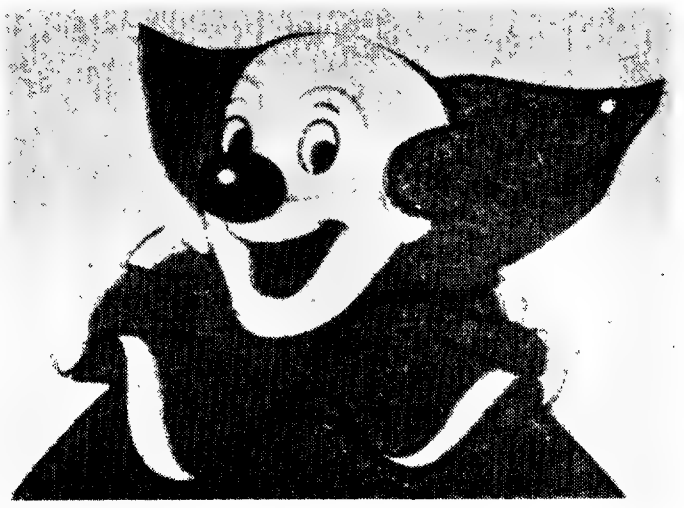
A C. P. INFORMA:

Entrega e recepção de remessas de detalhe

Previne-se o Público de que, por motivo de reorganização dos seus Serviços, a partir do dia 16 de Agosto de 1975 e até aviso em contrário, é suspensa, aos sábados, a entrega e expedição, nas suas estações e apeadeiros, de remessas de detalhe, com excepção das constituídas por fitas cinematográficas, pão, pescaria, criação ou outros animais vivos e géneros frescos ou de fácil deterioração e ainda as remessas em regime de vagão completo e de grupagens, as quais continuam a ser aceites a despacho e entregues naqueles dias.

Por este motivo, o sábado passa a ser considerado, como **dia não útil**, para efeito de cobrança das taxas de armazenagem das referidas remessas de detalhe.

Hoje



I PROGRAMA

19.00 Abertura e **Telejornal** 1.ª edição
19.05 **TV Infantil**
19.30 **«O Regador Mágico»** («Pardon My Genie série filmada «Um Passeio Acidentado»
19.50 **Das Artes e Ofícios** o alcoolismo
20.30 **Telejornal** 2.ª edição VNOTICIÁRIO DO País e do estrangeiro.
21.05 **A Gente que Nós Somos** o contraste do continente e a terra de fome
21.47 **O Tempo**
21.55 **«Capitão Kloss»** série filmada
22.45 **Programa Especial** Grande rémio Ciclismo «Clok»
23.05 **Telejornal** 3.ª edição
23.20 Fecho

II PROGRAMA

21.00 Abertura e a série filmada **«O Regador Mágico»**
21.30 **Telejornal** em diferido a edição transmitida às 20 e 30 no I Programa.
22.00 **Música, Música!**
23.25 Fecho

DESTAQUES

I PROGRAMA

«Capitão Kloss» (21.55)

II PROGRAMA

Música, Música! (22.00)

SIEMENS

SIEMENS ESTORIL Philips

Amanhã

I PROGRAMA

19.00: Abertura e Telejornal 1.ª edição; **19.10**: TV Juvenil; **19.30**: «D. Quixote série filmada 12.º episódio, **20.00**: Escrever e Lutar; **20.30**: Telejornal 2.ª edição noticiário do País e do estrangeiro; **21.00**: Temas e Problemas as pequenas grandes coisas; **21.30**: «Operação Alfa («Hay que Matar el General»); **23.00**: Programa Especial Grande rémio Ciclismo «Clok»; **23.15**: Telejornal; **23.30**: Fecho

II PROGRAMA

21.00: Abertura e a série filmada «D. Quixote»; **21.30**: Telejornal em diferido a edição das 20 e 30 transmitida no I Programa; **22.00**: Concerto «Brandeburgueses de Bach, n.º 2 e n.º 3; **22.30**: «Callan série de espionagem, com alto teor de realismo e na qual Callan é o espião de bons sentimentos. O actor Edward Woodward é o protagonista; **23.00**: Fecho.

PARA REPARAÇÃO DO SEU TV

CLÍNICA DE TELEVISÃO E ASTRONAUTA

COM RADIO-TELEFONE PARA MAIOR RAPIDEZ E EFICIÊNCIA

Deslocação e orçamento grátis

Telefs. 72 27 86 - 83 42 71

Avenida S. João de Deus, 13-B - Rua Macau, 8

Nacional

MANIPULADOS POR CACIQUES

Trabalhadores da Têxtil Manuel Gonçalves contra decisão governamental

PORTO, 25 — Uma escassa minoria dos 3160 trabalhadores da empresa têxtil Manuel Gonçalves (ausente no estrangeiro e, ao que se afirma, mantendo e desenvolvendo os contactos com as forças reaccionárias internas e externas), participou ontem numa manifestação em favor do patrão, paralisando, para o efeito, a laboração nas oficinas do Vale de S. Cosme e nos escritórios de Famalicão — onde decorreu o cortejo de alguns trabalhadores, muitos dos quais, ao que nos informaram, foram coagidos a incorporarem-se no desfile para evitar represálias e violências.

É também do conhecimento público que um dos lacaios do patrão — e do capital —, que inexplicavelmente ainda trabalha na firma, porquanto a comissão de trabalhadores não logrou a sua expulsão, é Adélio Ferreira Gomes, que se desloca amiudadas vezes ao território vizinho e se admite tenha contactos directos com Manuel Gonçalves. Este trabalhador, traidor dos interesses dos seus companheiros, promoveu a reaccionária manifestação desta manhã, que percorreu algumas artérias de Famalicão sem, contudo, despertar a curiosidade dos habitantes da vila. Ao que nos consta e no intuito de dar à mesma uma «imagem» numericamente falsa, no cortejo participaram elementos estranhos à laboração da fábrica e dos escritórios, que gritavam palavras de ordem fascistas e se insurgiam contra a nomeação de uma comissão administrativa, por parte do Estado, para a empresa a fim de impedir que dos cofres da firma seja o dinheiro desviado para «investimentos» contrários aos interesses dos seus trabalhadores e da Revolução Portuguesa. Com aquele elemento outros estão, mas nunca muitos dos trabalhadores que desfilaram pelas ruas de Vila Nova de Famalicão, que só se incorporaram na manifestação por temerem represálias ou o recrudescimento da violência que ultimamente se tem verificado no Norte do País.

DÍVIDAS NA ORDEM DOS 91 MIL CONTOS

Entretanto, a empresa têxti Manuel Gonçalves S. A. R. L., considerada uma unidade vertical dispondo de estabelecimentos produtivos para fiação e tecelagem, que assegura o acabamento da respectiva produção na firma Melo & Gonçalves, de que é sócia maioritária, foi objecto de deliberações numa das últimas reuniões do Conselho de Ministros, que decidiu intervir na sua gestão, após a elaboração de um inquérito mandado instaurar pelo Ministério do Trabalho onde, nomeadamente, se assinala que «a situação financeira da empresa está longe de se considerar desafogada. A empresa está muito dependente em relação à banca; a situação económica não inspira cuidados e a empresa é viável, embora estreitamente condicionada pela sua estabilidade financeira e pela continuidade da evolução até agora verificada nas vendas, nomeadamente nas exportações, que constituem a sua principal componente; as dívidas de Manuel Gonçalves, à firma elevam-se a 91 000 contos existindo uma diferença superior a 7700 contos entre o saldo de caixa real e o saldo contabilístico. Esta diferença deve-se à existência de vales particulares; existem, ainda, saldos devedores que ultrapassam 37 900 contos, devidos a gastos particulares do administrador Manuel Gonçalves ou a valores prestados a firmas pertencentes ao mesmo; no activo imobilizado da empresa estão registados bens «Herdades das Tezas», mas que são utilizados exclusivamente para fins particulares dos administradores; e administrador António da Costa Gonçalves vendeu à empresa, em 17 de Maio de 1974, com data de 1 de Abril de 1974, participações financeiras por 6896 contos, cujo valor nominal era de 429 contos, utilizando a cotação de 28 de Fevereiro de 1974.»

O domínio da família Gonçalves sobre a empresa é irrefutável e repercute-se na arbitrária utilização que os administradores fazem dos capitais da empresa, mesmo para, como se afirma em círculos relacionados com a firma, se verificarem desvios financeiros e envio ilegal de divisas para o estrangeiro. O mesmo domínio também se repercute no quadro dos dirigentes da empresa altamente comprometidos com toda a viscosa estrutura administrativa, até hoje sempre hostil a todos os esforços desenvolvidos pelos trabalhadores no sentido de fiscalizar os negócios da empresa de acordo com as orientações do Conselho da Revolução.

PROPOSTA PARA SANEAMENTO FINANCEIRO

Assim e uma vez que a aludida empresa tem 3160 trabalhadores e o seu volume de vendas atingiu, em 1974, 1 175 000 contos, do qual 80 por cento relativo à exportação, bem como pelo facto de os capitais próprios da empresa se elevarem a 500 800 contos em Dezembro do mesmo ano e 150 mil contos constituírem o capital social, decidiu o referido Conselho de Ministros intervir na gestão e produção da empresa, suspendendo os seus órgãos sociais e nomeando uma comissão de trabalhadores, composta por três elementos (dois dos quais foram já escolhidos) que durante seis meses e dependendo do Ministério da Indústria e Tecnologia terá a incumbência de elaborar relatório exaustivo sobre a situação económico-financeira, esclarecendo factos e situações não analisados no relatório já efectuado, com vista à definição de responsabilidade; elaborar plano de tesouraria para 1975 e apresentar proposta para o saneamento financeiro da empresa e elaborar plano comercial da empresa, com vista a aumentar ou, pelo menos, não diminuir o volume de exportações da empresa.»

NOTA OFICIOSA DO M.C.S. SOBRE A SITUAÇÃO DA IMPRENSA

Do Ministério da Comunicação Social recebemos a seguinte nota oficiosa:

«Divulgaram os órgãos de comunicação social, no passado dia 21, o texto de uma moção levada à assembleia geral do Sindicato dos Jornalistas pela sua direcção e que mereceu a aprovação da maioria dos profissionais da Imprensa presentes, pela qual se condena o chamado «documento Jesuíno» e se repudia a deliberação do Governo de considerar a Imprensa com intervenção económica do Estado como sector em crise.

O Ministério da Comunicação Social emitiu já um esclarecimento sobre o primeiro destes pontos o qual continua a ser ignorado nas especulações que vêm a lume, o que só pode entender-se como intenção clara de desviar as atenções do público para aspectos secundários da vida nacional.

Muito mais importante que condenar hipotéticos projectos, seria abordar de frente o problema económico da Imprensa de expansão nacional e, quanto a isso, limita-se o Sindicato dos Jornalistas a repudiar as deliberações do Governo.

Perante isto, não pode o M.C.S. deixar de chamar a atenção para o seguinte

1. A decisão de considerar a Imprensa com intervenção do Estado como sector em crise resulta de um estudo efectuado por uma comissão de representantes de vários ministérios e representantes dos sindicatos envolvidos, estudo esse que veio a revelar as cifras já do conhecimento público, ou seja o prejuízo de cerca de 42 000 contos mensais que essa Imprensa representa para o Estado e portanto para o Povo Português.

2. Tal decisão, a de considerar o sector em crise, permitirá ao Estado, ao abrigo da lei, intervir com vista a reestruturar, reconverter, sanear e disciplinar.

3. Considera o Ministério da Comunicação Social urgente reduzir gastos e esta redução passa, entre outras medidas, pelos próprios vencimentos dos jornalistas que, em certos casos, auferem vencimentos superiores a vencimentos de ministro, além dos escândalos que se verificam no domínio das acumulações, ajudas de custo, horas extraordinárias e «despesas em serviço».

4. Considera igualmente o Ministério da Comunicação Social que existem jornais em excesso no País e que se torna urgente corrigir tal situação, em grande parte herdada do regime anterior que levava os grandes grupos monopolistas a disporem cada um do seu próprio jornal, correcção essa que aponta para uma redução através da fusão dos órgãos actuais, a exemplo, de resto, de que é normal em todo o mundo, qualquer que seja o figurino político adoptado.

5. Tais medidas e resoluções não foram tomadas nas costas dos trabalhadores. Pelo contrário, o M.C.S. há meses que expõe e debate este problema aos mais diversos níveis e, quantas vezes, em diálogo directo e aberto com os próprios trabalhadores da parte dos quais sempre encontrou receptividade.

6. Por outro lado, o M.C.S. sempre defendeu, junto dos trabalhadores o princípio de assegurar o pleno emprego o qual não seria afectado pela reestruturação a levar a efeito, princípio esse que mantém.

7. Nestas condições, não pode o M.C.S. deixar de estranhar que o Sindicato dos Jornalistas continue a ignorar os verdadeiros problemas para os quais a sua contribuição seria altamente desejável, a menos que tal atitude seja perfeitamente calculada, e vise uma defesa de tipo classista por recear a perda de privilégios chorudos de que actualmente ainda beneficia».

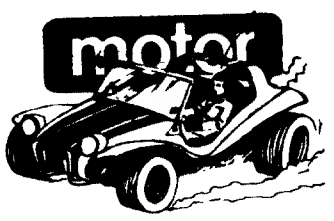
Eleições nos bancários

PROGRAMA DA LISTA C E REPRESENTAÇÃO DE TENDÊNCIAS

Porque não é possível, à partida, constituir uma lista (ou mais que uma) assente numa base unitária a fim de impossibilitar a hegemonização da actividade directiva sindical, os candidatos da C não participam na corrida para os novos Corpos Gerentes, acto que, conforme tem sido divulgado nas nossas colunas se realiza,, já, no próximo dia 30. Os componentes da aludida lista ou terceira via candidatam-se, assim, para a Comissão de Representação de Tendências, como ontem, nas instalações sociais do Banco de Portugal, afirmou aos representantes dos órgãos da Comunicação Social um dos nove elementos da mesa (a lista engloba, refira-se, 11 candidatos).

No decorrer da reunião com os jornalistas um dos intervenientes assinalou ainda que se afigura que as eleições para a Comissão de Representação de Tendências se mostram de capital importância». E, na sequência da sua exposição, ainda aludiu aos órgãos da estrutura sindical e à necessidade de evitar a instrumentalização partidária por parte do sindicato. Nesse enquadramento acentuou que «a actuação da Comissão de Representação de Tendências está condenada a ter um papel de diminuta importância e a reflectir apenas, no seu seio, as batalhas que vão sendo travadas em outros terrenos, pelos partidos que estão por detrás dos «blocos». Isto é, a instrumentalização partidária do sindicato continuará, ainda que (provavelmente) com um sinal diferente do anterior. Mas com um sinal ou outro pouco terão do facto a beneficiar os trabalhadores. A raiz do mal subsistirá, pois ela não está em a instrumentalização ser praticada por este ou aquele partido, mas na existência da própria instrumentalização. Como associações de classe que são e integrando, portanto, trabalhadores das mais diversas opções ideológicas, os sindicatos (e os sindicatos são os trabalhadores neles integrados) não podem consentir que tal aconteça, pois a instrumentalização é em si mesma um factor de divisão e, consequentemente, um factor que apenas beneficia os seus inimigos de classe e esses (por muito que custe a muita gente) são aqueles que exploram os trabalhadores, ou seja, os componentes da única classe cujos interesses frontalmente se opõem aos seus a burguesia.»

No atinente aos objectivos a prosseguir (e a perseguir e aos meios a utilizar, a lista aponta para os princípios fundamentais do seu programa assim esquematizados: «a defesa intransigente da independência do sindicato face ao patronato, ao Estado e aos partidos políticos; a luta pela realização das condições indispensáveis à conquista da democracia interna nas organizações sindicais, o que passa pela constituição para os corpos gerentes de listas sem predominância partidária e pela atribuição dos mais largos poderes às Assembleias Gerais e de Empresa; a defesa da unidade das classes trabalhadoras traduzida numa organização sindical forte e unitária; a defesa dos interesses dos trabalhadores que ao sindicato cabe directamente representar sem deixar de os enquadrar na defesa dos interesses dos trabalhadores em geral.



"Não ao saneamento à esquerda"

— «Apoio ao V Governo e ao Primeiro-Ministro Vasco Gonçalves» — assim se expressa um grupo de trabalhadores da Sorefame, em curto comunicado enviado à nossa Redacção.

Esse grupo de trabalhadores congratula-se também «com a criação da Frente Política Unitária, e com a sua plataforma de acção».

Exige o grupo igualmente «o castigo dos conspiradores contra-revolucionários, assim como o fim imediato do saneamento à esquerda.»

Finalmente, impõe ainda «o saneamento urgente de todos os elementos que não acompanhem o processo revolucionário.»

Organização económica para sectores em crise

Para consolidação das medidas já tomadas pelo Governo com vista à resolução dos problemas mais graves do País e ainda com o objectivo de criar estruturas que permitam um trabalho futuro, o ministro da Indústria e Tecnologia por despacho do seu Ministério empreendeu a criação de uma estrutura dinâmica através da constituição de departamentos sectoriais, os quais poderão auxiliar e dinamizar os sectores económicos com problemas mais prementes.

Pretende-se uma actuação concreta e imediata em relação aos graves problemas que afectam as empresas dentro do ambito de actividade deste Ministério.

Diz nomeadamente o referido despacho:

«Tendo em vista uma adequada reestruturação dos sectores industriais, que possibilite uma correcta gestão das empresas nacionalizadas ou com intervenção do Estado, e a sua articulação com as restantes empresas privadas do sector, e ao mesmo tempo torne viável tanto a planificação económica sectorial e global como o controlo da sua execução.

Atendendo à necessidade de tomar medidas imediatas em relação ao aparelho produtivo, e considerando a impossibilidade do aparelho de Estado, tal como se encontra, poder corresponder a esta necessidade, tanto pela dispersão regional dos sectores de actividade, como pela organização burocrática do Ministério (serviços públicos).

Considerando ainda a situação crítica em que se encontram grande número de empresas e, as graves consequências que acarreta para o normal funcionamento da economia».

Terão estes departamentos entre outras as seguintes funções:

. — Reorganização dos sectores (nomeadamente sectores em crise) através de uma acção coordenada das empresas nacionalizadas e com intervenção do Estado.

— Acompanhamento e estudo da aplicação dos financiamentos concedidos pelas instituições de crédito.

— Tomadas de resoluções imediatas em relação a algumas empresas em declarada situação de crise.

A localização destes departamentos será nas zonas de maior implantação dos respectivos sectores de actividade.

Desporto

UM TESTE A QUATRO VOZES

Por NEVES DE SOUSA

O bicho da profissão (como o gosto pelo futebol) levou-nos a quebrar o remanso das férias para ir à espreita de como se aprontam, para a temporada federativa que bate à porta, quatro das equipas que vão disputar o nacional-rei do conclave futebolístico da área lusa: Vitória de Guimarães e Académico de Coimbra, Atlético e Estoril Praia, todos eles (em jornada dupla) participantes no primeiro «Torneio da Costa do Sol», desenrolado no palco (ventoso mas hospitaleiro) da Amoreira.

Para já, algumas certezas: embora o escalonamento de valores em compita signifique (ou não) a verdade dos acontecimentos, há que mencionar como o Estoril Praia e o Vitória de Guimarães dispõem de flibusteiros e naves para a luta por um lugar na primeira metade da tabela, o modo como o Académico de Coimbra continua a patentear o rendilhado estilo que foi implantado à beira Mondego pelo grande Cândido de Oliveira (reflectir aptidão para fuga aos postos onde os nervos e o coração se fustigam pela incerteza do destino) , em derradeira análise, a imagem (pouco confiante para os adeptos com os pés na terra) que o Atlético deixou como rubrica dos seus espectáculos. Isto é: salvo o devido repeito por opinião mais preponderante (e, nisto, o tempo é quem tudo maneja) surgem-nos duas formacões bastante aptas para os duelos que estão programados, uma outra dotada de magníficos executantes buscando o ritmo de campeonato e, finalmente, um grupo de rapazes muito afastados de paridade com os demais emblemas em equação.

Teve duas jornadas, este curiosos «Torneio da Costa do Sol».

A taça viajando para Guimarães quando, em altíssima percentagem dos espíritos presentes, o bloco de António Medeiros merecia um concludente e insofismável êxito. Mas, afastando os desfechos, vejamos como se exibiram as turmas.

ATLÉTICO

Principiemos pelo Atlético, desprovido (ocasionalmente) de Luis Horta de depois de ter abdicado de um lote de executantes de boa sepa (Vasques, Nogueira, Cló, Esmoriz, Moniz Gaspar). Os alcantarenses, que insuflaram no «onze» rapazes muito novos e destituídos de qualquer experiência palpável (Damião, Wilson, Luis Filipe) a par de outros moços sem maturidade imediata para uma exigente «esfrega» como primodivisionários (Amaral, Seidi, Fernando Martins, Fernando Alves) vão dar algumas dores de cabeça a Carlos Silva, antes que este possa (se o conseguir...) arrumar a casa a contento do «palmarés» da Tapadinha. Muito fraco, (ou excessivamente nervoso), o guarda-redes Damião é presa demasiado fácil para quem atire à rede, mesmo de qualquer modo e feitio. Lapa está a léguas da razoável forma e o Aparício não parece ainda ter chegado ao vértice da sua potencialidade. Na cortina defensiva (dando de barato o infeliz recuo de José Eduardo, que é um nato médio de apoio e talvez nunca um lateral de despacho) a entrada de Baltasar permanece descincronizada do habitual tempo de intervenção do «capitão» Candeias, que continua a ser o resistente-mor do seu símbolo clubista. Coelho e Franque necessitam de saber construir: e, não apenas, atirar atabalhoadamente a bola para fora, em lances de extremo aputo. Quanto aos demais (e, saltando pela ignorada linha média, onde também Belchior fica com o relógio parado na meia hora) vislumbram-se um apontamento de Prieto que se perdem, a léguas, da capacidade que demonstrou nos tempos coninbricenses e uns fogachos de Guerreiro, ele proprio submerso num mar imenso de vontade, mas sem apoio para as tabelas ou para o erguer da última alça. Enfim: um grupo que, priorísticamente, parece de sentença quase lavrada: embora os impossíveis (felizmente) não tenham assentado arrais nos «placards» desportivos. Porém, os quinze «atléticos» ora saídos para o palco pouca ligação demonstraram, nula eficácia atacante exibiram e fraquíssima força nas pernas patentearam. Um monumento de trabalhos espera Alcântara, se quiser sobreviver no acre páreo que se vislumbra.

ACADÉMICO

O Académico de Coimbra tem, em longos períodos do seu jogo, momentos de alta beleza estética, embora utilize um modelo «standard» nas suas progressões: a bola tem, inevitavelmente, de ser colocada nos pés de Gervásio, para este lhe dar destino ofensivo. Em síntese: quem acorrentar Gervásio enfia os conimbricenses num colete de forças...

Mas, os «briosos» têm um pequeno mundo armado de boa calibragem: dois guardiões de expoente semelhante (Cardoso e Helder), defesas rápidas e eficientes (Belo é exemplo), uma intermediária de magnífico toque de bola (Mário Campos é muito experiente e está mais sereno, enquanto Gregório Freixo parece reunir possibilidades de cintilância), a dianteira tem em Daniel e Costa a parcela de juventude que bem pode caldear os anos de bola acumulados em Manuel António. Aliás, ao dispor do técnico Crispim, existe um outro lote de praticantes refinados: Vala (mais o seu temível pontapé final), Brasfemes (coragem) Rogério (homem de «raids»). Sintetizando: equipa com magnífico sentido posicional, preparada (mental e físicamente) para ser «show» ante vários colegas de festa.

ESTORIL

O Estoril Praia pode (deve) ser caso sério neste campeonato que nasce turbulentamente. Dispõe de um trio de «guarda-metas» de bela capacidade (Rui Paulino, Ruas, Ferro), num conjunto que poucas turmas portuguesas podem discutir. Enquanto o lateral Vieirinha trata da sua lesão, a chamada-adaptação de Fernando foi corajosa mas resultou uma surpresa profundamente agradável. Os demais do quarteto atrasado (João Carlos em pleno de soberania, Bira a necessitar de uma rapidez de entrada que evite a falta por recurso e Carlos Pereira a ganhar a audácia que não manifestava em Alvalade) oferecem perspectivas de segurança ao esquema de Medeiros, que conta ainda com Peixoto para um apelo natural. À frente deste corpo de coriáceos, a colocação de Amilcar foi um achado: ele é o guerrilheiro (impulsivo pelo sanque mas disciplinado tácticamente) que desmenbra os primeiros assomos de perigo para a sua rede. Uma espécie de «libero» adiantado, à boa maneira do preconizado em grandes equipas mundiais. Por seu turno, a dupla de lançamento (Eurico-Quim) pode ser aquilatada como das mais eficientes do escalão de topo: melhor disparador o madeirense, a caminho da perfeição na dobragem com o seu extremo o ex-orientalista). À frente, a velocidade de Cepeda e o «drible» de Norton de Matos entram no jogo ponderado (maduro) de Clésio, o consciente. Com um «banco» que permite muitas reviraltas: Nelson Reis a destruir e entrar, Canário a lançar, Norberto somente a carecer de mais confiança para a entrada na grande área ou a comparência para o remate e a discernidade de Torres, útil na «tal» ponta final em que pode resolver um «placard» ou apoiar a juventude dos parceiros na reviravolta a pedir. Estoril Praia: sem dúvida um «team» que caminha, a passos largos, para a senda de antigas histórias.

GUIMARÃES

E, chegámos ao Vitória de Guimarães, onde a pincelada de Fernando Caiado prolonga a decoração da casa feita por Mário Wilson. Sousa, nas redes, ganhou já segurança verdadeiramente curiosa: mas Rodrigues é outro trunfo para o mais especializado dos lugares do espectáculo-futebol. A defesa está feita: Ramalho (pesem embora as tremendas dificuldades manifestadas perante o forte e veloz Cepeda), José Carlos, Torres e Osvaldinho, moram ali, de pedra e cal, embora Celton (enorme) tenha uma credencial na manga. No grupo intermediário reside a fulgurância máxima do «onze»: o Rui Rodrigues da colocacão tão hábil que bem sugere a imagem de íman nas botas, a atrair o esférico, não fora podermos acrescentar que o seu sentido de abertura é de tal matemática que logo aqui a força do íman se perde a favor de um «boomerang». O brasileiro Pedrinho é, só, um dos melhores estrangeiros do futebol português, agora acompanhado por um extremo (Almiro) que surpreende pela agressividade e pelo domínio das situações mirabolantes. Leodroto está em fase pálida: antítese de Ferreira da Costa, um nome a reter para exame próximo. Restam a pontaria (escaldante) de Tito, a noção do desmarque de Abreu, as entregas de Artur e os galopes de Rui Lopes. Se acrescentarmos que, lá por Guimarães, ainda moram Alfredo e José Pedro, a par de alguns jovens à espera de convocação, poderá fixxar-se (desde já e afoitamente) o Vitória dentro da sua linha de habitual comportamento: uma tradição que enriquece o futebol nacional, como expoente minhoto a caminho das Europas.

Atlético, Académico de Coimbra, Estoril Praia e Vitória de Guimarães: seis horas em exame, para olhos de leigos ou sapientes. Testes que ficam na peneira, na hora do último apronto para as esgrimas oficiais do futebol indígena.

Futebolistas estrangeiros no futebol latino

MADRID, (Por Pedro Escartin para a EFE Exclusivo da A. N. I. em Portugal)

Enquanto a Espanha, com uma política futebolistica totalmente errada, abriu de par em par as portas à importação de estrangeiros (dois), aos oriundos discutiveis na sua maioria) e aos nacionalizados, a França acaba de decidir, para a temporada próxima, a redução para dois dos jogadores exóticos, sem que seja possível o subterfugio da nacionalização. No momento actual, são quatro os autorizados, número elevadissimo e que no juizo de Kovacs, o competente técnico romeno que orienta a selecção da França, é uma barreira intransponivel para os jovens franceses úteis à equipa nacional.

Tão profunda alteração começará no fim do Verão de 1976, para chegar pouco a pouco à política italiana, através da qual o competente, hábil e incansável dr. Franchi, (também presidente da U. E. F.A. mantém o sinal vermelho à importação de jogadores e, pese às noticias que de Roma chegam, sempre lancadas por intermediários de futebolistas, a Itália continuará nessa orientacão com a qual foi campeão da Europa e subcampeão do Mundo no México.

Que fará o futebol espanhol ante o critério de italianos e franceses? As nossas informações que são de boa origem, indicam que se aproxima o momento em que uma ordem das autoridades do País cortará a escandalosa saida de divisas que hoje causa o futebol espanhol e que na verdade deveriam ter melhor emprego do que importar jogadores de futebol.

«A parte isto, poderá dar-se o caso, na temporada que temos em cima, de alguma equipa ter, entre estrangeiros, oriundos mais ou menos discutíveis, e nacionalizados, cinco jogadores que ocuparão postos importantes sem que o seleccionador Kubala deles possa tirar qualquer utilidade.

Dos quatro grandes latinos, a Itália, por razões de índole económica e de aproveitamento dos valores próprios, prossegue com as fronteiras cerradas e não as abrirá». A França envereda pela alteração referida na sequência de maus resultados (os franceses como, aliás, os espanhois não estiveram no Mundial do México nem tão pouco no da Alemanha). Portugal, em plena ruina dos seus clubes, liquida quaanto tem de útil e nada pode comprar e quanto à Espanha o novo presidente da Federação Nacional, Pablo Porta é contrário à política de manicómio, ruinosa, do futebol espanhol. Mas é o Governo quem vai pôr cobro a isso.

De 7 a 14 de Setembro

Europeu de Hóquei já tem calendário

O seleccionador e treinador Torcato Ferreira indicará hoje à noite, depois do treino marcado para o Estoril, quais os 10 jogadores que estarão aptos a representar o hóquei em patins português no próximo europeu que se desenrolará em Viaréggio (Itália) de 7 a 14 de Setembro. A indicação desses dez nomes estava primitivamente marcada para ontem, mas uma série de lesões, verificada na última sessão de treino, no domingo de manhã, levaram o encarregado da nossa selecção a adiar esse enunciado.

Das lesões que se verificaram a mais espectacular foi a de Livramento, que abriu ferida profunda na boca, a «stikada» de Virgílio. Chegou a recear-se o pior, mas o jogador deve recuperar a tempo de poder ser integrado no «dez» nacional.

Entretanto está já elaborado o programa deste europeu: no domingo dia 7 (às 17.30 horas) Portugal defrontará a França; no dia seguinte (21.30 horas) defrontaremos a Inglaterra; no dia 9, às 17.30 horas, será o Portugal-Holanda; no dia 10, às 21 e 30 horas; acontecerá o Portugal-Suiça; no dia 11 há descanso para todas as equipas; no dia 12 (18.30 horas), Portugal defrontará a Alemanha, para no dia seguinte (21.30) acontecer o Portugal-Espanha. No último dia do torneio Portugal defrontará a Itália (às 16 horas).

DIA 14 EM CARENQUE

Atletismo popular

Vítor Jornaleiro é uma simpática e popular figura de Carenque, Belas; e, também, amante do Desporto. A tal ponto que resolveu meter ombros a uma iniciativa curiosa, inédita no local onde vive e que irá decerto constituir um êxito sem precedentes. No próximo dia 14 vai ele sozinho levar a efeito uma prova de atletismo, aberta a populares, que terá lugar em Carenque (Belas) no próximo dia 14.

Através do nosso jornal ele convida todos os populares a participar na prova, podendo-se inscrecer (até ao dia 12) na sede do Santos Futebol Clube, em Carenque; todavia, ele espera que os interessados se inscrevam muito antes dessa data, para poder a tempo fazer as divisões dos escalões, segundo as idades. Poderão participar todos os «jovens dos 8 aos 100 anos», conforme se pode ler no programa que mandou imprimir.

De momento o Vítor Jornaleiro apenas tem uma dificuldade: não tem dinheiro para comprar o pano para fazer os números que hão-de ser distribuídos aos atletas. Não poderá a Federação Portuguesa de Atletismo dar uma ajuda ao Vítor Jornaleiro?

Lá fora

CUBILLAS

«A união e grande camaradagem entre todos os componentes da selecção foram grandes contribuintes para a classificacão do futebol peruano nas finais da «Taça América» — disse, ao regressar a Portugal, o futebolista do F. C. do Porto, Teófilo Cubillas.

«Sigo satisfeito com a classificação do Peru mas triste por já não poder participar nos próximos encontros da selecção, visto que vai iniciar-se o campeonato português» acrescentou Cubillas, que revelou ainda a intenção de se reintegrar no futebol peruano quando terminar o seu contrato com o Porto, o que acontecerá em Julho de 1976.

CICLISMO

O holandes Minneboo Gaby conquistou, em Liége, o título mundial de diclismo amador de meio-fundo, triunfando na final à frente do espanhol Miguel Espinos e do frances Jean Pinselo.

Por sua vez, o holandes Roy Schuiten conservou o seu título de campeão do mundo de «Derny» (profissionais ao bater, no sábado, em Liége, o noruegues Knut Knudsen.

Schuiten trinfou com 6'10"52/100 contra 6'15"67 de Knudsen.

O belga Dirk Baert classificou-se em terceiro lugar, seguido do italiano Giacomo Bazzan.

«RECORD»

O jovém nadador norte-americano Bruce Furnissis estabeleceu o seu segundo «record» mundial nos 200 metros estilos.

Furniss, do Long Beac Sin Club, fez 2.02,08 minutos, batendo o tempo de 2.06,32 partilhando pelo seu irmão Steve e por David Wilkie, da Grã-Bretanha.

TAÇA DAVIS

Portugal venceu o Luxemburgo por 50-0 num encontro da zona europeia da Taça Davis, que terminou hoje no Luxemburgo.

José Vilela venceu Theo Storck por 6-1, 6-2, 6-3, e João Lagos bateu Fons Neu por 6-0, 6-3, 6-1.

NATAÇÃO

Jim Montgomery estabeleceu, em Kansas Ctiy, o novo «record» do mundo dos 100 metros livres, com 50"59.

O anterior «record» pertencia a Andy Coan, com mais 5"11.

PUGILISMO

O pugilista mexicano Miguel Canto manteve o titulo mundial dos «mínimos» com a vitória por K.O. técnico que obteve sobre o japonês Jiro Takada. O árbitro parou o combate aos dois minutos do 11/0 dos 15 assaltos previstos.

Foi a segunda defesa do titulo (versão do Conselho Mundial de Boxe) de Canto, que o arrebatou em 8 de Janeiro ao também japones Oyoshi Owuma, em Sandai, Japão. A primeira, contra o dominicano Ignacio Espinal, foi caracterizada pela controversia a que a decisão deu lugar.

Entretanto o panamiano Jaime «Cieguito» Rios conquistou o primeiro titulo mundial da categoria «minimosca» da Associação Mundial de Boxe, ao derrotar por decisão unânime o venezuelano Rigoberto Marcano.

O combate, de quinze assaltos, realizou-se no Ginásio «Nuevo Panama»

Geral

A REPUBLICA SUL-AFRICANA

Continuação da pág. 3

mo, em proporções que por vezes são difíceis de avaliar. O senhor Japie Bason, deputado do Partido Unido (na oposição) diz-nos: «O apartheid» tornou-se perfeitamente ridículo e é por isso que está em vias de desaparecer. Desde a chegada de Verwoerd ao poder, não mais foi o instrumento de uma política, mas tornou-se uma política em si... nós queremos a cooperação entre todas as raças. É por isso que rejeitamos a separação forçada ao mesmo título que condenamos a integração forçada, como está a ser praticada nos Estados Unidos por exemplo...».

Mais prático, o senhor Harry Schwartz, porta-voz do antigo partido reformador, declara-nos: «C loco a política de dessegregação antes da política de abertura, porque não haverá verdadeira abertura nas relações entre a África do Sul e o resto do mundo, se a procura desta abertura e o prosseguimento da dessegregação não forem levados a par».

Oficialmente, a doutrina do senhor J. B. Vorster e dos seus amigos do partido nacionalista, desde há um quarto de século no poder mantém-se muito diferente. Durante uma audiência que nos concedeu por ocasião da última sessão parlamentar no Cabo, o primeiro-ministro disse-nos: «Os negros que estão instalados nas zonas brancas não constituem um povo em si. Não possuem aí, portanto, nenhum direito. P lo contrário, cada um deles pertence, mesmo quando estão instalados em zonas brancas desde há várias gerações, a uma outra das nações negras que vivem no território da África do Sul. Os negros, que vieram procurar trabalho fora do seu homeland de origem, conservam na íntegra os seus direitos de cidadão nos territórios donde vieram. Aliás, eles são os primeiros a considerar os chefes do homeland como os seus guias, enquanto que estes últimos consideram estes trabalhadores migrantes como seus súbditos...». Espantosa, para o estrangeiro de passagem, esta «lógica» especificamente nacionalista, não parece menos incrível aos liberais do país. O senhor René de Villiers que é um dos chefes do antigo partido progressista diz-nos a esse propósito: «É pouco mais ou menos como se a minha família, originária do Poitou, instalada aqui desde há quatro gerações estivesse afastada de todas as eleições no Cabo, mas conservava o direito de voto em Poitiers...».

Contudo, pode-se perguntar se o ponto de vista do senhor Vorster não será o da maioria dos eleitores sul-africanos. O senhor Van der Merwe, ministro dos Negócios Estrangeiros resume assim a situação: «A comunidade branca admite que as outras comunidades possam, afinal de contas, ter um dia a última palavra sobre todos os assuntos da sua própria comunidade; mas somente no que se refere a elas próprias...».

Algumas modificações ocorridas nos últimos meses têm um caracter estritamente demagógico, na medida em que o seu alcance prático é nulo. Tal decisão de permitir o acesso a todas as comunidades raciais ao Nico Malan, a famosa Ópera do Cabo. O elevado preço dos lugares, o afastamento do teatro em relação aos subúrbios onde residem os negros e os mestiços e igualmente o respeito, fazem com que os espectadores de cor sejam bastante raros. Ninguém se deixou enganar por isso, e um médico do Cabo dizia com ironia a esse propósito: «Desde que abriram o Nico Malan a todas as pessoas, eu já lá fui duas vezes. Na primeira vez havia um negro. Na segunda havia dois. Sem dúvida que para o nosso Governo a dessegregação tinha progredido em alguns meses de 100 por cento...».

Outras medidas aparentemente secundárias têm no entanto um alcance maior.

Assim, em 29 de Dezembro de 1974 teve lugar em Joanesburgo o primeiro desafio que opunha uma equipa negra a uma equipa branca. O acontecimento não foi somente desportivo mas político. A partir de agora, a Imprensa exige a constituição de equipas desportivas com brancos e não brancos misturados.

Rosa Coutinho em Lima

"QUANDO A DITADURA OPRIMIA O POVO NINGUÉM SE LEMBROU DE PORTUGAL"

«Ninguém se lembrou de Portugal quando a ditadura oprimia o povo» — afirmou o almirante Rosa Coutinho, membro do Conselho da Revolução à sua chegada a Lima, capital em que se efectua a reunião dos ministros dos Negócios Estrangeiros dos países não alinhados.

Depois de ter afirmado que Portugal se encontrava muito satisfeito por ter sido convidado a assistir àquele encontro, o almirante Rosa Coutinho, ao evocar a situação no nosso País, acentuou que «a revolução não se desenrola como uma peça de teatro, em que se sabe exactamente quando um acto acaba e outro começa».

Sempre sorridente, e muito seguro, Rosa Coutinho cirticou os meios ocidentais que «começaram logo de imediato a preocupar-se com a sorte da democracia em Portugal. E, então, disse:

— «Anteriormente, quando estivemos mais de quarenta anos sob o fascismo e sob a ditadura, ninguém se lembrava de Portugal nem da democracia em Portugal. Actualmente, quando o nosso povo se empenhou com decisão na via da revlução, o Ocidente começou a preocupar-se com as vias que nós escolhemos. Cremos que os não-alinhados podem contribuir para que se compreenda, através do Mundo, as aspirações do povo português.»

Palavras cruzadas

COM PROVÉRBIO

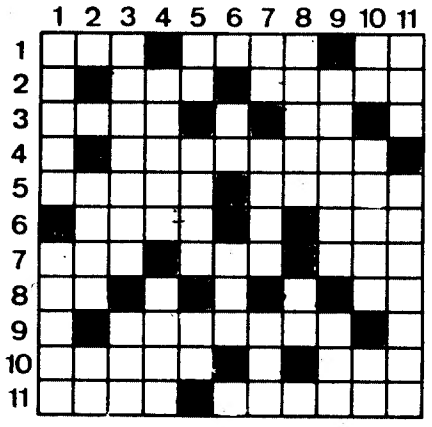
PROBLEMA N.º 11 168

HORIZONTAIS:

1 Coragem. Ruins. Nota musical
2 Época. Imita.
3 Imposto de transmissão. Niquel (s.q...
4 Aqueles que moram perto de nos.
5 Lavrara. Irmão de Moisés.
6 Içar. Mau cheiro.
7 Irmã da mãe. Membro de ave. Grande quantidade.
8 Artigo definido. Nota musical.
9 Censure.
10 Oráculo. Cidade de Espanha (inv.).
11 Caruma. Mudo o nome de.

VERTICAIS:

1 Apelido. Inteiros.
2 Fechar as asas para descer mais depressa (inv). Radio (s.q.).
3 Escorrega. Oceano (inv.).
4 Freguesia do concelho de Castelo de Paiva. Briga.
5 Miriare. Forma antiga de Sara (deserto). Moderato.
6 Li. Saudável.
7 Cobre (s.q. inv.) Cousa nenhuma. Raer.
8 Imagina. Preposição latina que designa movimento
9 Tornar pior. Suspiros.
10 Cinquenta e um em romano. Bolsas. Artigo indefinido
11 Duna da Suécia. Intretinimto intimo.



Resolveu completamente este problema?
Procure agora em segundo passatempo o PROVÉRBIO nele inscrito.

NOVA MODALIDADE

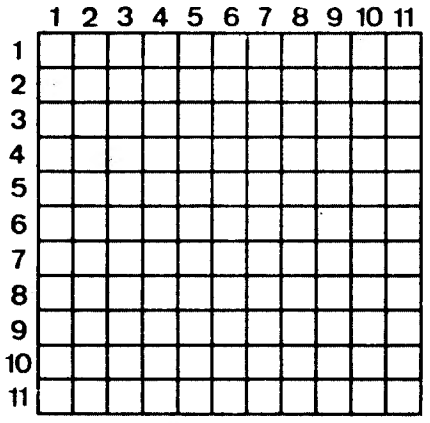
PROBLEMA N.º 7327

HORIZONTAIS:

1 Baile. Termine.
2 Serra de Portugal. Preposição.
3 Preposição. Umcento. Cidade da Ucrânia.
4 Da Alemanha. Não nascida.
5 Rasoira. Estavas.
6 Cobre (s.q.). Platina (s.q...
7 Gira. Interjeição que serve para fazer recuar os bois.
8 Que tem muitos anos. Guarneceis de asas.
9 Preposição. Pelo e certos animais. Artigo indefinido.
10 Lavrem. Adória.
11 Nivelar. Rezara.

VERTICAIS:

1 Capital do Senegal. Raspar.
2 Além. Sobrecarrega.
3 Alcunhas. Mágoas.
4 Crómio (s.q.). Nome de frutos. Ruim.
5 Aqui. Alumínio (s.q.).
6 Crença. Preposição latina que designa movimento.
7 Nota musical. Campeão
8 Cério (s.q.). Filhas dos filhos em relação aos avós. Aparência.
9 Aroma agradável. Cumprimenta.
10 Fruto da ateira. Ilha pertencente em parte a Portugal e à Indonésia.
11 Vagueias Guarnecera de asas.



SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 11 167

HORIZONTAIS:

1 MUITAS. Item.
2 Or. Salvara.
3 VEZES. O.
4 POUCO. As.
5 Adail. Arar.
6 ENCHE. A. Rm.
7 Bi. Aar. Siei.
8 Osa. Rosada.
9 Recoseram.
10 Sa. Cassia.
11 Altas. Assis.

VERTICAIS:

1 Movia. BOLSA.
2 Ure. Deis. Al.
3 An. Ar.
4 Épica. Eça.
5 Assolha. Cãs.
6 Sa. Erros.
7 Liça. Ossa.
8 IV. Orasseis.
9 Tau. Taras.
10 Er. Arreda.
11 Mãos. Miamos.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 7326

HORIZONTAIS:

1 Tabor. Sopas.
2 Urano. Orgão.
3 Do. De. Cá. Re.
4 Olear. Assar.
5 Al. Io.
6 Arc. Per.
7 Ac. Sofia. Ca.
8 Moa. Pôr. MIV.
9 Errai. Omiti.
10 Garra. Girar.
11 Alais. Amora.

VERTICAIS:

1 Tudo. Tâmega.
2 Arola. Coral.
3 Ba. Ela. Arrã.
4 Onda. Rs. Ari.
5 Roer. Copias.
6 Fo.
7 Soca. Piroga.
8 Oras. Ea. Mim.
9 Pg. Sir. Miro.
10 Aarão. Citar.
11 Soer. Tavira.

PROVÉRBIO: Muitas vezes o pouco enche a bolsa.

GRÁFICOS DO PORTO EM LUTA

Os gráficos do Porto estão em luta por melhores condições de trabalho e contra a discriminação. As suas reivindicações imediatas assentam em dois pontos: obtenção do horário dos quadros diurnos e pagamento da remuneração extraordinária por trabalho nocturno.

A União dos Sindicatos do Porto/Intersindical emitiu um comunicado pronunciando-se sobre a justeza dessa luta e a necessidade de dar satisfação imediata às pretensões dos gráficos. Considera que atender as suas reivindicações connstitui um apsso para dar início à eliminação de todas as situações injustas de desigualdade social existentes nas empresas e, por outro lado, para os trabalhadores gráficos da Imprensa Diária do Porto terem tratamento igual ao dos seus camaradas de Lisboa.

NOVA CLASSIFICAÇÃO DE SARGENTOS

— O Conselho de Reclassificação de Sargentos, recentemente criado passará a desempenhar importante papel na promoção e reclassificação de sargentos, segundo a portaria do Conselho da Revolução publicada no «Diário do Governo».

Nomeadamente competirá àquele Conselho a «apreciação da competência profissional, idoneidade moral e carácter político» dos sargentos.

Esta apreciação que poderá tomar características «muito sui generis» assenta num Conselho formado por quinze membros eleitos por um ano, pela respectiva Assembleia.

Serão elaboradas listas de sargentos a promover ao posto imediato, por escolha, ou em condições normais, assim como dos que não devem ser promovidos, e dos que deverão passar à reserva.

DIÁRIO DE LISBOA encontra-se à venda no MINI-GOLFE

Tempo

Situação do tempo 09.00 H.

Em Portugal Continental o céu estava em geral limpo e o vento era fraco ou moderado predominando de Norte.

TEMPERATURAS DO AR

09.00 H.

PORTO	18º
P.DOURADAS	10º
COIMBRA	17º
PORTALEGRE	17º
LISBOA	17º
BRAGANÇA	15º
SAGRES	18º
FARO	22º

TEMPERATURAS EXTREMAS

TAVIRA
Máxima 32º

PENHAS DA SAÚDE
Mínima 3º,8

TEMPERATURAS NO ESTORIL

Água do mar 16,4º
Atmosfera 16º,6

MARÉS DE HOJE

PREIA-MAR		BAIXA-MAR	
6.25	3,6 m	11.58	1,0 m
18.38	3,7 m		
Dia 27			
6.55	3,5 m	0.19	1,1 m
19.10	3,5 m	12.35	1,2 m
Dia 28			
7.29	3,4 m	0.57	1,3 m
19.49	3,3 m	13.18	1,4 m

PREVISÃO GERAL ATÉ ÀS 24 H. DE AMANHÃ

Céu geralmente limpo. Vento fraco ou moderado do quadrante Norte. Pequena subida de temperatura.

AMANHÃ

NASCER AS 7.00
OCASO AS 20.15

DIA 30 | DIA 5 | DIA 12 | DIA 20

BARS BOITES — Restaurantes típicos

DANCINGS

NINA Dancing com atracções. Rua Paiva de Andrade, 7-13. T. 364859/368197 YUKY STREAP-TEASE JAPONESA

CASINO ESTORIL — Jogo autorizado.

Variedades internacionais. T. 26461/264526/264596/264621/264946

HIPOPÓTAMO Conjunto Hipopotamo. Encerra aos domingos. Av. António Augusto de Aguiar, 5-A. T. 48384.

PROGRAMAS RADIO MFA

EMISSORA NACIONAL

De 2.ª a 6.ª feira

12,30 às 13,00
18,15 às 19,00
23,00 às 23,15
06,15 às 07,00

Aos Domingos

10,00 às 12,00

RÁDIO CLUBE PORTUGUÊS

3.as e 5.as feiras:

21,00 às 21,25

farmácias de serviço

LISBOA

TURNO D-1
TODA A NOITE

AJUDA
Moura, Travessa da Memória, 55 (Telef. 630944).

ALTO DO PINA
Ibéria, Rua Barão de Sabrosa, 235-A (à Alameda), (Telef. 728277).

AMOREIRAS
Britânica, Travessa Légua da Póvoa, 5-B (Telef. 689250).

AREEIRO
Imperial, Avenida Guerra Junqueiro, 30-B (Telef. 726860).

AVENIDAS NOVAS
Figueiras, Avenida Marquês de Tomar, 20-22 (Telef. 44995).

BAIRRO DAS COLÓNIAS
Higiénica, Rua Heliodoro Salgado, 20-A, (Telef. 844361).

BAIXA
Oliveira, Rua da Prata, 240, (Telef. 321415).

BENFICA
Lisboa, Rua Cláudio Nunes, 73-A, (Telef. 703393).

LAPA
Silva, Filhos, Rua S. João da Mata, 72, (Telef. 661010).

LUMIAR
Patuleia, Alameda das Linhas de Torres, 262-B, (Telef. 790332).

OLIVAIS-SUL
Nova dos Olivais, Rua Manhica, Lote 469, (Telef. 316402).

TURNO D-2
ATÉ ÀS 22 HORAS

ALFAMA
Anunciada, Rua do Vigário, 74, (Telef. 866360).

ALTO DE S. JOÃO
Dalton, Avenida Mouzinho de Albuquerque, 7-A, (à Praça Paiva Couceiro), (Telef. 843571).

ALVALADE
S. João de Deus, Rua Pedro Ivo, 1-A/B, (Telef. 725140); **Cartaxo**, Avenida da Igreja, 21-C, (Telef. 717958).

ANJOS
Castro, Avenida Almirante Reis, 76-A, (Telef. 821973).

AREEIRO
Miranda, Campo Pequeno, 36-B/C, (à Avenida Sacadura Cabral), (Telef. 770776).

AVENIDA DA LIBERDADE
Fernandes, Rua de S. José, 187, (Telef. 326476).

AVENIDAS NOVAS
Universal, Rua Actor Taborda, 5-7, (Telf. 44158).

BELÉM
Botânica, Rua da Junqueira, 38-40, (Telef. 638132).

BENFICA
Alegria, Estrada de Benfica, 180-A/B, (Telef. 780511).

S.BENTO
R.Poia. S.Bento, 78 (T.6798..

CAMPOLIDE
Rualto, Ld.ª, Alto do Carvalhão, 5/A/B, (Junto ao Aqueduto das Águas Livres), (Telef. 651721).

CAMPO DE OURIQUE
Castro Fonseca, Rua 4 de Infantaria, 28-A, (Telef. 688857).

MARVILA
Grijó, Rua do Grilo, 25 (Telef. 385264).

MOURARIA
Bastos Andrade, Calçada de Santo André, 107-111, (Telef. 860450).

LINHA DE CASCAIS

A .ES
Miramar, R.Ernesto Silva, 81 (T.212048

AÇO DE ARCOS
Godinho, Av. atrão opes, 4 (T.2432039

OE RAS
Central, R. onde Ferreira, 29 (T.2430058

CARCAVELOS
Central

AREDE
Brandão, Av. da República, 77- (T.2471054

ESTORIL
Marques do S ntos, R.Ferreira ..., 15 (T.260116

MONTE ESTORIL
Ostende, R.de Espinho, 1 (T.260391

CASCAIS
Cordeiro, Av. C.G.Guerra, 40 (T.280170 281419 ; **A.Costa**, R.Freitas Reis, 24- (T.280214

LINHA DE SINTRA

AMADORA
Amadora, ta. 28 de Maio, 3-A (T.935518 ; **C rmele**, R.Elias Garcia, lote 28 (T.933303 ; **Helénica**, R.Elias Garcia, 2 (T.933613 ; **S.Jorge**, R. edro del Negro, 5, Reboleira (T.938703

DAMAIA
Lemos, R.Goa, 21-A (T.971121

ELUZ
Zeller, R.d República, 83 (T.950045 ; **Correia**, L.do Mercado, 3 (T.950906 ; **Serra e nto**, Av. D.António C.Sá, 50-E (T.957619

CACÉM
Central, R.Elias Garcia, 55 (T.2940034

MEM MARTINS
Miranda G rcia, E.de Mem Martins, 173-B (T. 2914103

S.PEDRO DE SINTRA
Valentim (T.980456

SINTRA
M rrazes, Estefânia (T.2930058

COLARES
Abreja (T.299088

OUTRA BANDA

A COCHETE
Gameiro, António DOs Santos Jorge, 15 (T. 234-00

A HOS VEDROS
G smão, R.Cândido dos Reis, 30 (T.204020

ALMADA
N no Álvares, Av. D.Nuno Álvares ere ra, 29 (T.2750504

BA XA DA BANHE RA
Ali nca, E.Nacional, 178-B (T.2040302

BARREIRO
S nta M rt, R.Dr. Manuel acheco Nobre, 44-B (T.2072141

CO A DA EDADE
C stro Rodrigues, 5 de Outubro, 662 (T.270121

MO TA
Silva Rocha, da República, 16 (T.239029

MONTIJO
Moderna, R.Bulhão ato, 60 (T.2310156

SESIMBRA
Leão, Av. da iberdade, 13 (T.2233471

SET BAL
Marques, R. ronches un queiro (T.22783 ; **Bonfim**, Av. Rodrigues Manito, 12 (T 24558

SEIXAL
Soromenho, R. aiva oelho, 38 (T.2218560

PORTO

TURNO 29

ATÉ AS 22 HORAS

Alves da Silva, Avenida da Boavista, 1016; **Azevedo**, Rua do Meiral, 503; **Gomes Ferreira**, Rua Faria Guimarães, 449; **Nau Vitória**, Rua Nau Vitória, 723; **Ordem da Trindade**, Rua Heróis e Mártires de Angola; **Confiança**, Rua de Santa Catarina, 960; **Antas**, Avenida Fernão de Magalhães, 1076; **Antiga Porta do Olival**, Campo Mártires da Pátria, 122; **Falcão**, Rua de Santo Ildefonso, 61; **Ferreira**, Praça D. Afonso V, 55-B; **Lousada**, Largo do Campo Lindo, 62

A PARTIR DAS 22 HORAS

Alves da Silva, Avenida da Boavista, 1016; Azevedo, Rua do Meiral, 503; Gomes Ferreira, Rua Faria Guimarães, 449 e Falcão, Rua de Santo Ildefonso, 61

COIMBRA

S.Sebastião, R.António Jardim (T.288802 ; **Paiva**, do Comercio, 57/58 (T.23 231

cinemas

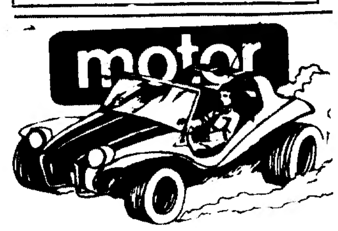
BERNA
T. 776098 14.00, 16.30, 19. 21.15
Não acons. a menores de 13 anos
o filme de Norman Jewison
JESUS CRISTO SUPERSTAR
34.ª semana
O mais espectacular filme dos últimos 10 anos

APOLO 70
T. 763319 14.00, 16.30, 19.00, 21.15
Não acons. a menores de 13 anos
O excepcional filme de Mel Brooks
BALBURDIA NO OESTE
com Gene Wilder Madeline Kahn
Às 24.00 O filme da meia noite
Grupo C M/14 anos
O TESO RO DE TARZAN

ROXY
T. 48560 14.00, 16.30, 18.45 21.15
Interdito a menores de 18 anos
Colorido
PECADOS EM FAMÍLIA

PATHÉ
T. 821933 14.15, 16.30, 18.45, 21.15
Não acons. a menores de 18 anos
A LINGUAGEM DO AMOR
Aviso ao publico «Este filme contém cenas eventualmente chocantes
O MAIS OUSADO FILME SUECO SOBRE EDUCACAO SEXUAL

CASTIL
T. 530194 15.30, 18.30, 21.15
Interdito a menores de 18 anos
CONTOS IMORAIS
Este filme cont. cenas event. chocantes 4.ª Semana



ALVALADE
T. 89748C 14.15, 16.30, 18.45 e 21.15
Para todos
CARROCEL WALT DISNEY
Uma dança maravilhosa de desenhos animados

EDEN
T. 320769 14.00, 16.30, 19.00 21.15
Int. a menores 18 anos
PECADOS EM FAMÍLIA
Colorido

TIVOLI
T. 570595 15.00, 18.00, 21.00
Não acons. a menores de 13 anos
O mais extraordinário filme de todos os tempos
A BIBLIA
70 m/m technicolor
3.ª Semana
Un filme de John Huston

IMPÉRIO
T. 555134 15.15, 18.30 e 21.15
Não acons. a menores de 13 anos
DILEMA EM NOITE DE NÚPCIAS
c/Dennis Waterman e Tessa Wyatt
Amanhã, Sessão Clássica às 18.30 (M. 17 anos
A NA E DOS O COS

CASINO ESTORIL
T. 264621 17.00, 21.15
Grupo D (18 anos
O MISTERIOSO MR. MACKINTOSH

ROYAL
T. 665037 15.30, 21.15
Grupo B (10 anos
A MANIA DAS GRANDEZAS

POLITEAMA
T. 326305 14.15, 16.30, 19.00 e 21.30
Interdito a menores de 18 anos
KUNG-FU NO OESTE SELVAGEM

ROMA
T. 727778 15.30, 18.30, 21.15
Interdito a menores de 18 anos
EMMANUELLE
(Este filme contém cenas eventualmente chocantes 36.ª Semana

D. JOÃO V DAMAIA
T. 971794 21.00
Interdito a menores de 18 anos
A MINHA MULHER É UM VIOLONSEXO

VOX
T. 720808 15.15, 18.30, 21.15, 24
Não acons. a menores de 18 anos num filme sem peias nem pudores
SEM QUAISQUER PRECONCEITOS

CARLOS MANUEL SINTRA
T. 2930394 21.15
Interdito a menores de 18 anos
A PRIMEIRA ENTREGA DE UMA MULHER CASADA
com Emma enella, Glenn ee

SATÉLITE
T. 562632 15.30, 18.30, 21.15
Interdito a menores de 18 anos
SOU CURIOSA
3.ª Semana

MUNDIAL
T. 538743 15.15, 18.30 e 21.30
Não acons. a menores de 18 anos
ANNA AQUELE PARTICULAR PRAZER

CALEIDOSCÓPIO
T. 795093 14.00, 16.30, 21.15
Não acons. a menores de 13 anos
Com Giulieta Massina Francisco Pereira
Obra-prima de Frederico Felini
AS NOITES DE CABIRIA
19 h Cinema e Revolução
Não acons. a menores de 18 anos
A MORTE DE M ENHADOR

CONDES
T. 322523 14.15, 16.30, 18.45, 21.15
Interdito a menores de 18 anos
O TRIO INFERNAL
Com Michel Piccoli/Romy Schneider
Este filme contém cenas eventualmente chocantes

ODEON
T. 326283 15.15, 18.15, 21.15
Interd. a menor. 18 anos
4.º MES DA OMEDIA BREJEIRA
14.ª SEMANA DE SENSACAO
DECAMERON PROIBIDO
com Eva Maria Grubmuller e Pupo de Lucas
ERAM 4 INSACIÁVEIS... NA AUSÊNCIA DOS MARIDOS, O AMOR ANDAVA À SOLTA...

LONDRES
T. 801313 14.15, 16.30, 18.45, 21.15
Interdito a menores de 18 anos
O TRIO INFERNAL
AVISO AO PÚBLICO
Este filme contém cenas eventualmente chocantes

S. JORGE
T. 54153/4 15.15, 18.15, 21.15
Não acons. a menores de 18 anos
O 2.º filme do ciclo Pasolini
OS CONTOS DE CANTERBURY
2.ª semana

AVIS
T. 47163 15.30, 21.15
Paratodos maiores6anos
O POTRO VERMELHO
c/Henry Fonda e Maureen O'Hara

CINEBOLSO
T. 573407 14.00, 16.30, 19.00
Apenas até ao dia 28
Interdito a menores de 18 anos
O ÚLTIMO TANGO EM PARIS

CINEARTE
T. 660446 21.15
Não acons. a menores de 13 anos
PIQUENIQUE

ESTÚDIO
T. 555135 15.30, 18.30, 21.15
Não acons. a menores de 18 anos
OS CANIBAIS
Colorido
Um filme de Liliana Corani

ESTÚDIO 444
T. 779095 15.30, 18.30, 21.15
Interdito a men. de 18 anos
CONTOS IMORAIS
Este filme contem cenas event. cho- 4.ª semana

EUROPA
T. 661016 21.15
Interdito menores de 18 anos
CAMINHOS DO PRAZER
Este filme contém cenas eventualmente chocantes

RESTELO
T. 610375
HOJE NÃO HÁ ESPECTÁCULO
Amanhã (M. 6 anos
OS MA COS MOS ETEIROS

MONUMENTAL
T. 555131 15.00, 18.15, 21.30
Grupo A - 6 anos
MUSICA NO CORAÇÃO
c/Julie Andrews 5.ª Semana

outros espectáculos

LISBOA/Teatros

CAPITÓLIO
20.45 (18 anos)
«Mostra-me a Tua Piscina»

LISBOA/Cinemas

OLIMPIA
14.00 (10 anos
«O Gladiador Invencivel

PARIS
21.00 (13 anos
«Esta Espécie de Amor

PROMOTORA
21.15 (18 anos
«Chegam Django e Sartana e ep o Fim

JARDIM
21.15 (18 anos
«Obsessões

MOSCAVIDE
21.15 (18 anos
« ang-Yu, Rei do Karate

LINHA DE CASCAIS

CASCAIS
Oxford
16.00 e 21.15 (18 anos
«Restos de um ecado

PORTO/Cinemas

ASSOS MANUEL
21.30 (18 anos
«Tamanho Natural

RIVOLI
21.15 (18 anos)
«Ligações Perigosas»

BATALHA
21.30 (18 anos)
«Amar não mata»

O M A
21.15 (18 anos
«Amor ivre

VALE FORMOSO
21.30 (14 anos)
«Romeu e Julieta»

ESTÚDIO FOCO
21.30 (18 anos)
«Teorema»

J IO DINIS
21.15 (18 anos
«Técnica de Engate

TRINDADE
21.15 (18 anos
«Senhoras e Cavalheiros

COLISEU
21.15 (18 anos
«As Sobrinhas

ESTÚDIO
21.15 (18 anos)
«Sou Eu o Culpado»

ÁGUIA DE OURO
21.30 (13 anos)
«Os Dois Bombeiros»

S.JOÃO
21.15 (13 anos)
«A Linda Pamela»

COIMBRA

AVENIDA
21.15 (18 anos
«A Verdade Daquela Noite

TIVOLI
21.15 (18 anos)
«A Freira de Monza»

rádio

EMISSORA 1.º Programa

17.00 Rádio estudantil
18.15 Movimento das Forças Armadas
19.00 Informação de trânsito
20.00 Jornal da noite
21.00 Música portuguesa
21.45 Observação de cinema, por Maria Cristiana, Damas Nunes e Moreira dos Reis
22.00 A grande música negra, por José Duarte
23.00 Movimento das Forcas Armadas
23.15 Música variada
24.00 Fecho

2.º ROGRAMA

15.53 Música coral sinfónica
17.15 Curiosidades musicais
17.45 Música sinfónica
18.30 Gravações históricas
19.00 Música sinfónica
20.00 Jornal da noite
21.00 Música ligeira variada
22.00 Ópera
01.00 Fecho

rograma em Onda Média 2 397 m 755 KHz

20.30 Aberturas da antiga Ciena
21.00 Música portuguesa
22.00 Música russa para duetos de piano
22.30 O gosto pela música, pelo dr. João de Freitas Branco
23.00 Música de piano
23.30 As grandes sinfonias
01.00 Fecho

RÁDIO CLUBE

Onda Média

16.04 rograma C.D.C.
18.05 Movimento
20.30 Terça-feira à noite
21.03 rograma do M.F.A.
21.30 uando o telefone toca
22.30 uando o telefone toca
23.07 Novas de alegria
23.30 No Mundo aconteceu
00.05 Alavanca
01.00 Madrugada
06.03 Diário rural
07.03 Talismã

Modulacão de F equência

16.04 rograma C.D.C.
18.05 O nosso programa
19.05 Em órbita-1
20.30 Boa noite em FM
22.02 Clube à gô-gô
00.05 Em órbita-2
01.05 Banda sonora Sonipol
02.05 erspectiva
03.05 Madrugada
07.03 Hora sete

RÁDIO RENASCENÇA

Onda Média, 233,2 m 1286 KHz; Modulação de Frequência de Lisboa, 93,2 emissão contínua

EMISSORES ASSOCIADOS DE LISBOA

Rádio Voz de Lisboa
Das **06.00** às **10.00** e das **14.30** às **17.00**

Rádio Graça
Das **10.00** às **12.00** e das **22.00** às **02.00**

Clube R diofónico de ortugal
Das **12.00** às **14.30** e das **17.00** às **19.30**

R dio eninsular
Das **19.30** às **22.00**

DL

RENASCENÇA GRÁFICA, S.A.R.L.
ADMINISTRAÇÃO-GERAL
RUA CASTILHO, 185, 1.º, 2.º
TEELEF. 654531/2/3/4
REDACÇÃO, SERVIÇOS TÉCNICOS
E PUBLICIDADE
RUA LUZ SORIANO, 44
Telef. 321154/5, 320271/2/3
RUA DA ROSA, 75
END. TEL. DIBOA TELEX 12363
LISBOA-PORTUGAL

A PALAVRA REVOLUÇÃO

Esta palavra «revolução» tem sido usada a torto e a direito, a ponto de podermos afirmar que vivemos uma revolucão mais de palavras do que de factos. E como os factos tardam em corresponder às palavras, foi engrossando a legião dos que tomaram as palavras como pretexto para a contra-revolução, que se afirma mais em factos do que em palavras.

A crise do poder, a crise no próprio seio das Forças Armadas veio facilitar a manobra, que conta com um apoio logístico que vai de Braga a Bragança, do Porto a Leiria, do Rio de Janeiro a Washington, de Paris a Bona.

E só agora a esquerda parece acordar para esta realidade, dispondo-se a agir em bloco contra o sectarismo que a tem dividido, possibilitando assim as manobras reaccionárias, com seus reflexos perigosos nos próprios centros do poder.

A consciência do perigo começa a surgir nas hostes empenhadas no processo revolucionário, inicio de uma verdadeira e ainda possivel recuperacão das crises que a alguns pareciam submergir totalmente qualquer veleidade de revolucão.

A revolução verdadeira tem de fazer-se apoiada no poder popular, a única força capaz de vencer definitivamente a reacção, mesmo que se apresente com palavras revolucionárias...

MANUEL DE AZEVEDO

Dois novos diários sairam para a rua

. Dois novos vespertinos sairam na capital: «A Luta» e «Luta Popular», anunciados já há algum tempo.

«A Luta», que se define como um jornal «socialista, pluralista e independente» é dirigido por Raul Rego e a sua Redacção é chefiada pelo jornalista João Gomes.

Seguindo a tradição do «República», Vítor Direito (que é sub-director) e Álvaro Guerra assinam colunas de opinião no novo órgão da Imprensa Portuguesa.

Na mesma página de opinião surge ainda um texto de Natália Correia, conhecida intelectual lisboeta que deparou recentemente com a oposição por parte dos trabalhadores de «A Capital», quanto à publicação de artigos seus.

Com 16 páginas, o novo vespertino é impresso nas oficinas do «Jornal do Comércio».

«LUTA POPULAR» SAI PARA A RUA

Um outro vespertino português, o sétimo, aparecerá hoje nas mãos dos ardinas: trata-se de «Luta Popular», órgão central do M. R. P. P. (Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado), um dos raros jornais maoistas em todo o Mundo, com saída diária (exceptuando os publicados na China e Albânia).

O jornal de 8 páginas (por causa da falta de papel) mas com passagem posterior a 12, mantém como director o mmembro do Comité Central do M. R. P. P., José Luís Saldanha Sanches e o seu corpo redactorial é integralmente formado por militantes operários e intelectuais do partido maoista.

Devido a uma avaria no IBM da tipografia do «Jornal do Comércio», onde é impresso, o «Luta Popular» não saiu ontem, conforme estava previsto.

Adiantamos desde já, os títulos da primeira página da edição de hoje do novo diário comunista «5.ª Divisão ou 5.ª Coluna», «Contra-ofensiva do social-fascismo, mantém-se o Governo de Vasco Gonçalves», «Jornada de solidariedade com o povo checo, social-imperialistas fora da Checoslováquia!», «Viva o Luta Popular Diário, bandeira vermelha dos explorados e oprimidos», e ainda um artigo acerca dos acontecimentos sangrentos de Leiria.

Para além da distribuição comercial, o M. R. P. P. prosseguirá a venda militante do seu jornal.

Serão mantidas secções diárias, tais como uma página cultural e uma página de economia marxista. Decorrem igualmente tentativas no sentido de o jornal receber material noticioso directamente da República Popular da China.

Aos novos colegas de Imprensa apresentamos as nossas saudações.

MOBÍLIAS

Se pretende comprar, visite a nossa exposição de mobílias e móveis soltos de vários estilos, jogos maples, lustres, quadros a óleo e enorme variedade de peças decorativas.

GALERIA ACTUAL
Av. da República, 12
(Defr. est. Metro Saldanha)

MOVIMENTO
boletim informativo DAS FORÇAS ARMADAS

Boletim Informativo do MFA, quinzenalmente, às 3.as feiras.

Violência em Leiria

UM MORTO E 10 FERIDOS

Continuação da pág. 1

Às 22 horas de ontem, Leiria deixara de ser cidade, se, por «cidade» entendermos um aglomerado de cidadãos, ou um local onde a vida é possível a homens. Às 23 horas de ontem, Leiria era uma contra-cidade, um local onde os homens vivem em regime de medo e de desconfiança, onde se anda de porta em porta com receio das balas, onde os maridos pedem às mulheres que não saiam de casa, onde as crianças ficam trancadas, onde só os boatos circulam livremente.

Às 23 horas de ontem, Leiria oferecia um triste espectáculo a quem chegava, como eu cheguei, cheio de esperanças de não ter ouvido bem as notícias que tinham começado a chegar a Lisboa por volta das 19 horas.

Grupos de homens falando baixo nas ruas — mal vão as coisas quando só se vêem homens na rua — gente correndo ao longo dos passeios, automóveis saindo das ruas principais para se acolherem às vielas e, aqui e além, gente em mangas de camisa vociferando.

Logo à entrada da cidade, uma cena de pugilato entre dois homens e, mais abaixo, a poucos metros da ponte que atravessa o Liz, uma cena aviltante: vários indivíduos espancando um terceiro manifestamente incapáz de se defender.

Não sabemos se estas cenas de pancadaria se relacionavam com os acontecimentos ou se, pelo contrário, tinham uma base fútil, mas sabemos que se integravam no ambiente de violência que se apossou da cidade.

Ao sairmos de Leiria antes de ontem, ouviramos os assaltantes declarar peremptoriamente que o assalto se repetiria no dia seguinte, que «Leiria não falharia», que «bastariam dois bidons de gasolina para resolver o problema» e que, no dia seguinte, «as coisas correriam de outra maneira». Não tinhamos dúvida, portanto, de que iriamos assistir à repetição da cena degradante a que assistiramos na véspera.

Não assistimos aos acontecimentos que antecederam a tentativa de assalto à sede do P. C. P., mas foi-nos fácil inteirar-nos do que se passara.

Durante o dia folhetos «spinolistas» e não «spinolistas» tinham andado de mão em mão, espalhados sabe-se lá por quem. Enquanto que, na véspera, apenas viramos um folheto político da U. D. P. que um motociclista andara a espalhar no largo da Sé durante a concentração dos católicos, esta noite vimos dezenas de folhetos de várias proveniências, chamando a atenção da população para a crise económica que o País atravessa e para a fome a que o povo está condenado se...

Que os leitores face ao que se passou no decorrer da noite, adivinhem o significado deste «se»!

Claramente indicativos do que viria a acontecer, estes folhetos contribuiram para excitar os ânimos e para aumentar o número dos que aguardavam o fim do dia para assaltarem, de novo, a sede do P. C. P. que escapara incólume, na véspera, graças aos esforços das forças militares, comandadas pelo major Cirne e pelo capitão Caetano.

O PRIMEIRO ASSALTO

Por volta das 19.30 começou a juntar-se gente em frente da sede do P. C. P. Enquanto que, na véspera, os atacantes reunidos na Rua do Liz tinham sido cerca de 200, ontem à noite o número engrossara consideravelmente embora me seja impossível dizer se os presentes eram todos de Leiria ou se tinham chegado «reforços» à cidade, como várias vezes ouvi afirmar. Se tudo o que se ouve fosse verdade, o País já não existiria...

Cinco indivíduos muito excitados penetraram no edifício e desligaram o quadro, enquanto o grosso da coluna apedrejava as janelas e se munia, novamente, de varapaus, tal como acontecera na véspera. Do interior do edifício, alguém fez fogo para o exterior com uma arma caçadeira seguindo-se a este tiro vários outros que feriram alguns dos presentes: Pedro Carvalho, de 48 anos, residente em Parceiros: Augusto Dias de Sousa, de 65 anos, residente na cidade e Joaquim de Sousa, de 69 anos, também residente em Leiria. De acordo com informações obtidas no local, os dois últimos indivíduos não estariam directamente envolvidos nos acontecimentos, já que foram feridos quando atravessavam a ponte que liga as duas margens do Liz na área do parque infantil.

O fogo dos militantes que se encontravam na sede do P. C. P. teve dois efeitos: contribuiu para excitar ainda mais os presentes, mas interrompeu o ataque que viria a ter lugar dentro de momentos se nada tivesse acontecido.

Entretanto, chegavam ao local jornalistas estrangeiros que não tinham, ao contrário do que já foi insinuado, quaisquer notícias do que iria acontecer, mas que tinham ouvido na véspera, como nós ouviramos, afirmações de que o ataque iria repetir-se ontem à noite. Seria óptimo que acabassem de vez estas insinuações acerca das hipotéticas filiações dos jornalistas estrangeiros — ainda ontem ouvimos alguém afirmar que havia em Leiria «jornalistas da C. I. A.» a uma pessoa que, há coisa de um ano, nunca ouvira falar na C. I. A. Estas afirmações apenas contribuem para a excitação e para a confusão geral, quando não estão na base de incidentes graves como os que ontem levaram o camarada alemão Peter Axmel ao hospital. Infelizmente, a asneira não é propriedade exclusiva dos que atacam sedes de partidos políticos. Forças da G. N. R. e da P. S. P. tomaram posições no largo e em frente do hospital, formando barreiras destinadas a deter os grupos que, cada vez em maior número e, agora, organizados em termos paramilitares, percorriam as ruas excitando os presentes numa tentativa, muitas vezes frutífera, de os levar a integrarem-se na multidão que se aglomerara em frente da sede do P. C. P.

Por volta das 21 horas, a multidão aglomerada no Largo do Parque era francamente vasta e revelava-se minuto a minuto mais agressiva. Forças militares, entretanto, tinham ocupado posições no local, adoptando um dispositivo muito semelhante ao da véspera, embora mais amplo, já que os soldados se estendiam ao longo da Rua do Liz impedindo o acesso dos presentes ao terreiro que fica junto ao portão do parque. Ouviram-se os sinos de uma igreja tocar a rebate e alguns dos presentes começaram a dizer que vinham aí «camionetas das aldeias». Foi precisamente neste momento que chegamos à Rua do Liz onde, ainda na véspera, tinhamos assistido a cenas que preferimos esquecer. O ambiente agravara-se consideravelmente de um dia para o outro, mostrando-se a multidão mais excitada e mais decidida. Aqui e além reconhecemos um ou outro indivíduo que tinhamos visto na véspera, mas torna-se difícil fazer afirmações a este respeito, já que tudo se ampliara durante o dia, do número dos presentes, agora excitadíssimos, à sua determinação. Pareceu-nos, por outro lado, que enquanto que na véspera, o ataque estava localizado em frente da sede do P. C. P., ontem à noite o clima de excitação contagiara grande parte da cidade, facto que, aliás, viemos a confirmar por volta da meia-noite, quando encontrámos militares patrulhando as ruas da cidade em vários locais afastados.

Também por essa hora se começaram a verificar incidentes entre as Forças Armadas, cuja calma e paciência é justo referir e grupos de civis que, cada vez em maior número, tentavam provocá-los e levá-los a mudar de atitude.

A meio da noite ouviam-se rajadas dispersas em vários pontos da cidade e, de quando em quando, tiros isolados. A montra do café Santiago, estilhaçada por uma rajada, levou muita gente a abandonar o local e, pouco depois, novas rajadas, atingiram os estabelecimentos Baltazar & Rodrigues e José Jacinto. Todos estes estabelecimentos, bem como duas agências bancárias cujas paredes foram atingidas, se encontram afastadas da sede do partido, na margem oposta do Liz. Mais tarde, novas rajadas atingiram a antiga Delegação de Turismo e os muros do Paço Episcopal.

O conflito, por outras palavras, alastrara à cidade onde só a calma dos militares impediu a generalização de lutas que poderiam ter tido consequências gravíssimas.

Em frente da sede do P. C. P. a multidão, vastíssima entre a meia-noite e as 2 horas, apercebendo-se de que os militares não estavam dispostos a ceder, continuou a provocá-los... juntando aos insultos proferidos na véspera alguns «inventados» durante o dia: «Não foi para matar os irmãos que as vossas mães os criaram!», «vocês estão connosco e não com eles!», «Safem-se disso enquanto é tempo!» etc.

Um pormenor curioso: a multidão, dando de quando em quando a impressão de ter sido atacada por uma histeria colectiva, acometia os soldados sem, todavia, se aproveitar das «abertas criadas» que, aliás, eram imediatamente fechadas.

No decorrer dos incidentes morreu um homem cujo cadáver continua por identificar na casa mortuária do hospital e ficaram feridas dez pessoas, duas das quais — Augusto de Sousa e Joaquim de Sousa — foram transportadas de ambulância para o Hospital da Universidade de Coimbra em estado grave. Todas elas foram feridas por tiros de armas caçadeiras. O morto, por outro lado, foi atingido por rajada de metralhadora que lhe esfacelou a cabeça junto à Fonte Grande. Hoje de manhã, os feridos que se encontram em Coimbra estavam completamente livres de perigo.

À hora de fecharmos o jornal, as forças militares dominavam inteiramente a situação, não se encontrando ninguém em frente da sede do P. C. P.